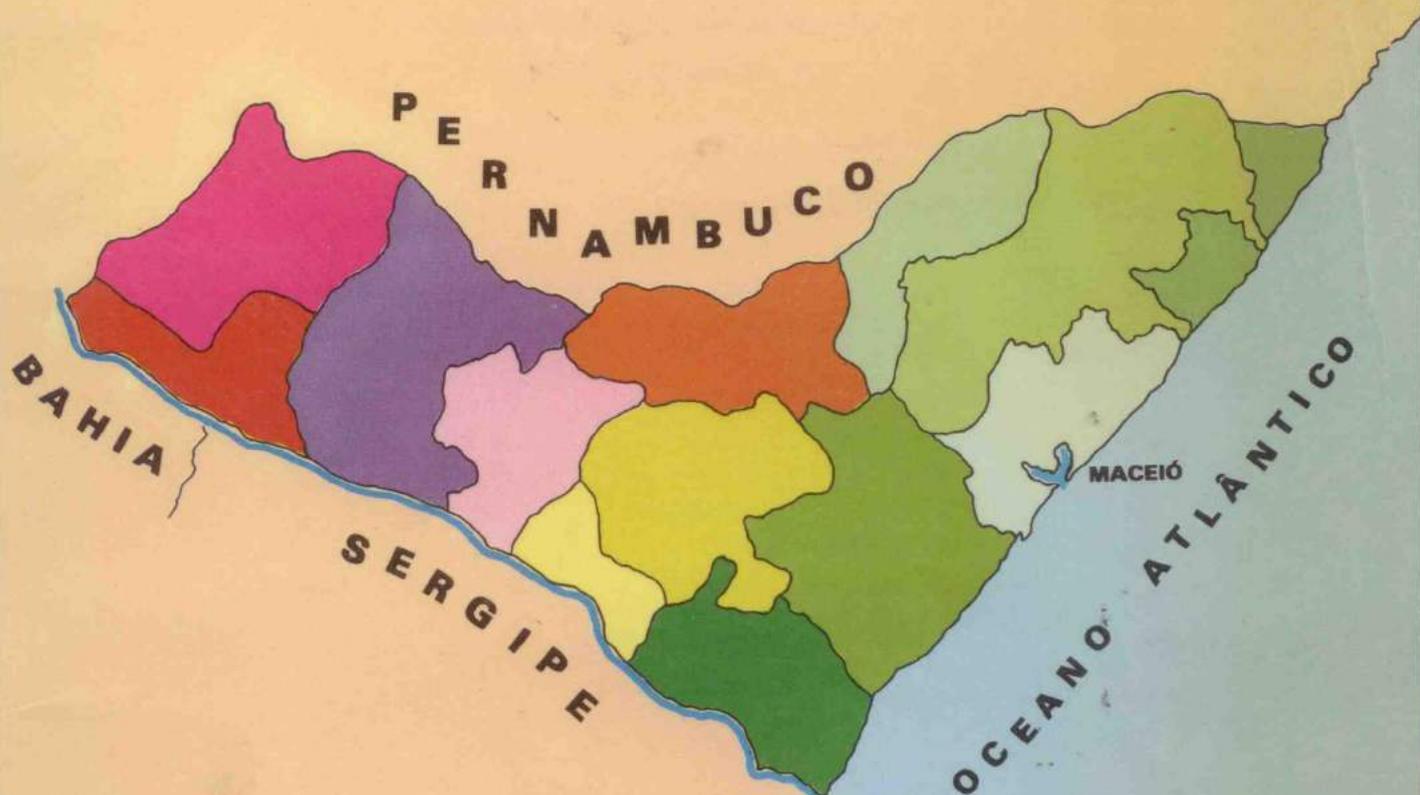




# ESTADO DE ALAGOAS

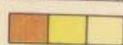


## **PLANO PLURIANUAL 1996 - 1999**

**GOVERNO DIVALDO SURUAGY**

## LEGENDAS

### MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

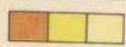
-  1. SERTÃO ALAGOANO: MESORREGIÕES 1,2,3,4
-  2. AGRESTE ALAGOANO: MESORREGIÕES 5,6,7
-  3. LESTE ALAGOANO: MESORREGIÕES 8,9,10,11,12,13

### MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

-  1. SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO
-  2. ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
-  3. SANTANA DO IPANEMA
-  4. BATALHA
-  5. PALMEIRA DOS ÍNDIOS
-  6. ARAPIRACA
-  7. TRAIPIÚ
-  8. SERRANA DOS QUILOMBOS
-  9. MATA ALAGOANA
-  10. LITORAL NORTE ALAGOANO
-  11. MACEIÓ
-  12. SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
-  13. PENEDO

## LEGENDAS

### MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

-  1. SERTÃO ALAGOANO: MESORREGIÕES 1,2,3,4
-  2. AGRESTE ALAGOANO: MESORREGIÕES 5,6,7
-  3. LESTE ALAGOANO: MESORREGIÕES 8,9,10,11,12,13

### MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

-  1. SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO
-  2. ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
-  3. SANTANA DO IPANEMA
-  4. BATALHA
-  5. PALMEIRA DOS ÍNDIOS
-  6. ARAPIRACA
-  7. TRAIPIÚ
-  8. SERRANA DOS QUILOMBOS
-  9. MATA ALAGOANA
-  10. LITORAL NORTE ALAGOANO
-  11. MACEIÓ
-  12. SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
-  13. PENEDO

LISTA DE AUTORIDADES

GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Dr. Manoel de Sá

VICEGOVERNADOR

Alcides de Sá

SECRETARIO PARA ASSUNTOS DELEGADOS DE CIVIL

Osvaldo Martins - Manoel Falcão

SECRETARIO DE FOMENTO ECONOMICO

João Carlos de Sá

DIRETOR GERAL DE PLANEJAMENTO

João Carlos de Sá

SECRETARIO DA VIZINHA

João Carlos de Sá

**LISTA DE AUTORIDADES**

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

João Carlos de Sá

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Franco Aguiar de Sá

SECRETARIO DE CULTURA

Franco Aguiar de Sá

SECRETARIO DE TURISMO

Theresa Theresia de Lyra Galvão de Sá

SECRETARIO DE AGRICULTURA

Dionísio Gonçalves de Sá

SECRETARIO DE SAÚDE

Alcides de Sá

SECRETARIO EXTRAORDINARIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E JURISDIÇÃO

Alcides de Sá

SECRETARIO DE VISTAS ECONOMICAS

Alcides de Sá

SECRETARIO DE SEGURANÇA ECONOMICA

Dr. Carlos de Sá

## LISTA DE AUTORIDADES

### **GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS**

. Divaldo Suruagy

### **VICE-GOVERNADOR**

. Manoel Gomes de Barros

### **SECRETÁRIO PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL**

. Djalma Marinho Muniz Falcão

### **SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

. José Romero Vieira Belo

### **SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO**

. Jorge Toledo Florencio

### **SECRETÁRIO DA FAZENDA**

. José Pereira de Souza

### **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

. José Clayton de Albuquerque Sampaio

### **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**

. Eunice Auto da Silva Nonô

### **SECRETÁRIO DE CULTURA**

. Enio Lins de Oliveira

### **SECRETÁRIO DE TURISMO**

. Maria Thereza de Lyra Collor de Mello

### **SECRETÁRIO DE AGRICULTURA**

. Dgerson Gonçalves Novaes

### **SECRETÁRIO DE JUSTIÇA**

. Rubens Braga Quintella Cavalcanti

### **SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO**

. Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira

### **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**

. José Wanderley Neto

### **SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

. Ten. Cel. R/1 José de Azevedo Amaral

**SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**

. João Beltrão Siqueira

**SECRETÁRIO DE SANEAMENTO E ENERGIA**

. Luiz Dantas Lima

**SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS**

. José Luciano Barbosa da Silva

**SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO**

. Flávio Rui Guerra Mota

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO**

. Marlene Fernandes Lanverly

**PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**

. Marcelo Teixeira Cavalcante

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

. Dilmar Lopes Camerino

**PROCURADOR-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCA**

. Murillo Rocha Mendes

**AUDITOR GERAL DO ESTADO**

. Daniel Salgueiro da Silva

**CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR**

. Cel. PM José Bento da Silva Júnior

**COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS**

. Cel. PM João Evaristo dos Santos Filho

**COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

. Cel. PM Erinaldo Soares de Cerqueira

## SIGLAS UTILIZADAS

- AA - Associação de Agricultores e Empreendedores Rurais
- AL - Assembleia Legislativa do Estado
- ALCASA - Associação de Fidejussários do Estado de Alagoas
- BEA - Banco de Estudos de Alagoas S.A.
- CAC - Companhia de Administração de Serviços e Seguros do Estado de Alagoas
- CPM - Companhia Brasileira de Cimento
- CEAL - Companhia Esportiva de Alagoas
- CEPA - Fundação Estadual de Planejamento e Política de Arborescência
- CODEM - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas
- CONAS - Companhia de Habitação Popular do Estado de Alagoas
- COMAG - Companhia de Administração do Município de Alagoas
- DEP - Departamento de Estradas e Rodagem
- DETRAN - Departamento de Trânsito
- EDR - Empresa de Recursos Naturais
- ESATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ENATUR - Empresa Alagoense de Turismo
- EPAL - Empresa de Engenharia, Arquitetura e Construção
- FAPA - Fundação Alagoense de Pesquisas e Estudos Sociais
- FAPCAL - Fundação Alagoense de Pesquisas e Estudos Sociais
- FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas
- FIDAM - Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Assistência Social Municipal
- FUNDAC - Fundação de Apoio à Cultura do Alagoas
- FUNDEC - Fundação Alagoense de Trabalho e Desenvolvimento de Comunidades
- FUNESA - Fundação Unversitária Estadual de Estudos Sociais
- FUNGLAF - Fundação Governador Lamenha Filho
- FUNTED - Fundação Teófilo Dalcídio
- FUSAL - Fundação de Estudos do Estado de Alagoas
- IMA - Instituto do Meio Ambiente
- IPASEAL - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Alagoas
- ITEAL - Instituto de Tecnologia Educacional do Estado de Alagoas
- ITERAL - Instituto de Terra de Alagoas
- PGC - Procuradoria Geral do Estado
- PGJ - Procuradoria Geral de Justiça
- PMAL - Polícia Militar de Alagoas
- SEAD - Secretaria de Administração
- SEAG - Secretaria de Agricultura
- SECOM - Secretaria de Comunicação Social
- SECULT - Secretaria de Cultura
- SED - Secretaria de Educação e do Desporto
- SEDEM - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
- SEFAZ - Secretaria da Fazenda
- SEJUS - Secretaria de Justiça
- SENERG - Secretaria de Saneamento e Energia
- SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas

---

## SIGLAS UTILIZADAS

---

- . AGE - Auditoria Geral do Estado
- . ALE - Assembléia Legislativa Estadual
- . ALGÁS - Companhia de Gás de Alagoas S/A
- . BEA - Banco do Estado de Alagoas S/A
- . CASAL - Companhia de Abastecimento D'água e Saneamento de Alagoas
- . CBM - Corpo de Bombeiros Militar
- . CEAL - Companhia Energética de Alagoas
- . CEPA - Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Alagoas
- . CODEAL - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas
- . COHAB - Companhia de Habitação Popular do Estado de Alagoas
- . COMAG - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de Alagoas
- . DER - Departamento de Estradas e Rodagens
- . DETRAN - Departamento de Trânsito
- . EDRN - Empresa de Recursos Naturais
- . EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- . EMATUR - Empresa Alagoana de Turismo
- . EPEAL - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Alagoas
- . FAPE - Fundação Alagoana de Promoções Esportivas
- . FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
- . FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas.
- . FIDAM - Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Assistência Municipal
- . FUNDAC - Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente
- . FUNDEC - Fundação Alagoana do Trabalho e Desenvolvimento de Comunidades
- . FUNESA - Fundação Universidade Estadual de Alagoas
- . FUNGLAF - Fundação Governador Lamemha Filho
- . FUNTED - Fundação Teatro Deodoro
- . FUSAL - Fundação de Saúde do Estado de Alagoas
- . IMA - Instituto do Meio Ambiente
- . IPASEAL - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Alagoas
- . ITEAL - Instituto de Tecnologia Educacional do Estado de Alagoas
- . ITERAL - Instituto de Terra de Alagoas
- . PGE - Procuradoria Geral do Estado
- . PGJ - Procuradoria Geral de Justiça
- . PMAL - Polícia Militar de Alagoas
- . SEAD - Secretaria de Administração
- . SEAG - Secretaria de Agricultura
- . SECOM - Secretaria de Comunicação Social
- . SECULT - Secretaria da Cultura
- . SED - Secretaria da Educação e do Desporto
- . SEDEM - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano
- . SEFAZ - Secretaria da Fazenda
- . SEJUS - Secretaria de Justiça
- . SENERG - Secretaria de Saneamento e Energia
- . SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas

---

## SIGLAS UTILIZADAS

---

- . SERGASA - Serviços Gráficos de Alagoas S/A
- . SERHI - Secretaria Extraordinária de Recursos Hídricos e Irrigação
- . SERVEAL - Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas
- . SESAU - Secretaria de Estado da Saúde
- . SETAS - Secretaria do Trabalho e Ação Social
- . SETOR - Secretaria de Transportes, Obras e Recursos Naturais
- . SETUR - Secretaria de Turismo
- . SIC - Secretaria da Indústria e do Comércio
- . SSP - Secretaria de Segurança Pública
- . TC - Tribunal de Contas
- . TELASA - Telecomunicações de Alagoas S/A
- . TJ - Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

UNIDADE I - INTRODUÇÃO 1

UNIDADE II - O PLANO 10

- 1.1 O Plano Geral
- 1.2 O Plano de Custos
- 1.3 O Plano de Investimentos

UNIDADE III - ANÁLISE DE CUSTOS 20

- 2.1 O Custo - Definição e Classificação
- 2.2 O Custo Total
- 2.3 O Custo Unitário
- 2.4 O Custo de Oportunidade
- 2.5 O Custo de Armazenagem

SUMÁRIO

UNIDADE IV - PROBLEMAS DIRETRIZES DO PODER RAMA 31

- 1) Definição dos Problemas
- 2) Definição das Macroeconomias

UNIDADE V - DIAGNÓSTICO, OBJETIVOS DIRETRIZES ETC. DAS FORÇAS 41

- 1) Poder Legislativo
- 2) Poder Judiciário
- 3) Poder Executivo

UNIDADE VI - ORGANIZAÇÃO DA PLURIS 51

- 1) Aspectos Gerais das Organizações
- 2) Estrutura Organizacional - O Poder da Gerência
- 3) Aspectos Gerais da Organização do Trabalho
- 4) Quanto competência por Empresa

# SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA .....	13
ANEXO I - A CONCEPÇÃO DO PLANO.....	17
1) O Quadro de Referência.....	19
1.1 O Quadro Nacional	
1.2 O Quadro Regional	
1.3 O Quadro Estadual	
2) Metodologia.....	51
2.1 Definição da Estratégia de Ação	
2.2 Nota Metodológica	
2.3 Dinamicidade do Plano, Monitoramento, Avaliação, Tempestividade e Sinergia	
2.4 Financiamento do Plano	
2.5 Condicionamento Jurídico	
ANEXO II - PRIORIDADES, DIRETRIZES E PROGRAMAS.....	61
1) Definição das Prioridades	
2) Definição dos Macro-Projetos	
ANEXO III - DIAGNÓSTICO, OBJETIVOS, DIRETRIZES SETORIAIS E METAS.....	75
1) Poder Legislativo.....	77
2) Poder Judiciário.....	83
3) Poder Executivo.....	89
ANEXO IV - ORÇAMENTAÇÃO DO PLANO.....	219
1) Despesas à conta dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social.....	221
2) Consolidação das Despesas à Conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade social	275
3) Despesas à conta do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.....	279
4) Quadro consolidado por Empresa.....	295

...a situação econômica do Brasil, a necessidade de uma política econômica que permita o crescimento econômico e a estabilidade financeira, a necessidade de uma política social que permita a melhoria das condições de vida da população, a necessidade de uma política cultural que permita o desenvolvimento da cultura brasileira, a necessidade de uma política científica e tecnológica que permita o avanço da ciência e da tecnologia brasileiras, a necessidade de uma política de defesa que permita a defesa da soberania nacional, a necessidade de uma política de relações internacionais que permita a defesa dos interesses nacionais, a necessidade de uma política de cooperação internacional que permita a cooperação com os outros países, a necessidade de uma política de integração regional que permita a integração com os outros países da América Latina, a necessidade de uma política de integração mundial que permita a integração com os outros países do mundo.

Devido à situação econômica do Brasil, a necessidade de uma política econômica que permita o crescimento econômico e a estabilidade financeira, a necessidade de uma política social que permita a melhoria das condições de vida da população, a necessidade de uma política cultural que permita o desenvolvimento da cultura brasileira, a necessidade de uma política científica e tecnológica que permita o avanço da ciência e da tecnologia brasileiras, a necessidade de uma política de defesa que permita a defesa da soberania nacional, a necessidade de uma política de relações internacionais que permita a defesa dos interesses nacionais, a necessidade de uma política de cooperação internacional que permita a cooperação com os outros países, a necessidade de uma política de integração regional que permita a integração com os outros países da América Latina, a necessidade de uma política de integração mundial que permita a integração com os outros países do mundo.

Na situação econômica do Brasil, a necessidade de uma política econômica que permita o crescimento econômico e a estabilidade financeira, a necessidade de uma política social que permita a melhoria das condições de vida da população, a necessidade de uma política cultural que permita o desenvolvimento da cultura brasileira, a necessidade de uma política científica e tecnológica que permita o avanço da ciência e da tecnologia brasileiras, a necessidade de uma política de defesa que permita a defesa da soberania nacional, a necessidade de uma política de relações internacionais que permita a defesa dos interesses nacionais, a necessidade de uma política de cooperação internacional que permita a cooperação com os outros países, a necessidade de uma política de integração regional que permita a integração com os outros países da América Latina, a necessidade de uma política de integração mundial que permita a integração com os outros países do mundo.

## NOTA INTRODUTÓRIA

Esta publicação tem caráter informativo e não constitui uma recomendação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ou de qualquer outro organismo internacional. Ela é o resultado de um trabalho conjunto de especialistas de diversos países, que se reuniram em uma reunião de trabalho em Santiago, Chile, em 1975. O objetivo principal desta publicação é fornecer informações sobre a situação econômica do Brasil e as perspectivas de desenvolvimento econômico e social para o futuro. A publicação é organizada em cinco partes: a primeira parte trata da situação econômica atual do Brasil; a segunda parte trata das perspectivas de desenvolvimento econômico e social; a terceira parte trata das políticas econômicas e sociais recomendadas; a quarta parte trata das políticas de cooperação internacional; e a quinta parte trata das conclusões e recomendações.

É concedida por esta publicação a permissão para que seja feita a reprodução parcial ou total do conteúdo desta publicação para fins não comerciais, desde que seja mencionada a fonte original.

Essas medidas parecem inevitavelmente necessárias para a melhoria da administração pública, a melhoria das condições de vida da população, a melhoria das condições de trabalho, a melhoria das condições de saúde, a melhoria das condições de educação, a melhoria das condições de cultura, a melhoria das condições de defesa, a melhoria das condições de relações internacionais, a melhoria das condições de cooperação internacional, a melhoria das condições de integração regional, a melhoria das condições de integração mundial.

Muito para a melhoria das condições de vida da população, a melhoria das condições de trabalho, a melhoria das condições de saúde, a melhoria das condições de educação, a melhoria das condições de cultura, a melhoria das condições de defesa, a melhoria das condições de relações internacionais, a melhoria das condições de cooperação internacional, a melhoria das condições de integração regional, a melhoria das condições de integração mundial.

## NOTA INTRODUTÓRIA

O contexto da elaboração do Plano Plurianual 1996 - 1999 encontra o Estado de Alagoas numa quadratura de particular fragilidade. A crise financeira e administrativa do Estado, as reformas empreendidas pelo governo federal, as dificuldades operacionais decorrentes de um funcionalismo desmotivado e a escassez de recursos para o empreendimento de ações urgentes e inadiáveis dificultam sobremaneira a ação governamental.

De uma ótica prospectiva, a situação torna-se ainda mais imprecisa pelas transformações em curso na esfera federal. A reforma constitucional em marcha reformulando aspectos como: administração pública, legislação fiscal e tributária e a reforma patrimonial empreendida pelo Programa Nacional de Privatização, agregam notável grau de incerteza quanto aos efeitos a serem sofridos pelas demais instâncias administrativas e, conseqüentemente, dificultam a definição de linhas de ação para o Estado no que tange a parcerias com o governo federal.

No que diz respeito às finanças estaduais, o primeiro semestre de 1995 evoluiu dentro de um quadro de extrema dificuldade, onde sequer haviam recursos para o pagamento da folha de salários. Esta situação desemboca naturalmente numa queda da motivação da máquina governamental, com a decorrente conseqüência de baixa produtividade do funcionalismo e reduzida efetividade das ações de governo.

Evidentemente, este cenário compromete totalmente a capacidade operacional do Estado de atuar nas áreas de carência mais aguda, em particular a social - cerceado em recursos e impotente para atuar. É importante ressaltar, que estas afirmações não se configuram como a tradicional figura de "desculpa" para a timidez de ação governamental, onde frequentemente atribui-se à escassez de recursos, a inoperância e mesmo, eventualmente, a incompetência. Basta, para caracterizar a situação, mencionar que o Orçamento Geral da União somente tem capacidade alocativa sobre 5% de seu valor global, sendo todo o restante das receitas governamentais atrelado a destinações compulsórias (transferências constitucionais, previdência, obrigatoriedades constitucionais, como para educação e outras vinculações).

É condicionado por esta moldura que o Governo adotará medidas estruturais transformadoras do modelo existente, cujo objetivo maior será o de assegurar um melhor gerenciamento da ação pública.

Essas medidas passam, inevitavelmente, pela redução do tamanho da máquina administrativa, ou seja, devem contemplar a extinção de alguns órgãos, tanto da administração direta, como da indireta, cujas funções poderão ser muito bem absorvidas por outros órgãos, sem que haja prejuízos para a sociedade. Deve se pensar também na eliminação de alguns cargos e funções desnecessárias, e que apenas contribuem para onerar o erário.

Mesmo para aquelas instituições que permanecerem, deverão ser repensadas suas atribuições da ótica que busca a adequação ao papel e tamanho do Estado à nova realidade.

Como alternativa a estas condicionalidades, resta ao Estado de Alagoas, como única opção administrativa, a montagem de uma estratégia de ação calcada na racionalidade e na eficácia. Assim, dois padrões emergem, como via de solução para o enfrentamento das dificuldades e carências com que se depara a administração pública estadual: a gerência e a eficiência.

No aspecto gerencial, a via otimizadora passa pelos modernos conceitos da administração pública, com o Estado abrindo mão de sua função de produtor e fortalecendo-se como gestor e indutor. Com isto, a ênfase da ação governamental dar-se-á no sentido de delegar, tanto quanto possível, a ação direta à iniciativa privada, porém sob intenso monitoramento e acompanhamento por parte do poder público. Tal configuração otimiza a alocação dos recursos, através de uma minimização do envolvimento direto da força de trabalho institucional, que passa então a desempenhar ações mais nobres como concepção, acompanhamento, avaliação e análise de resultados.

Finalmente, e de igual importância para a retomada do desenvolvimento econômico e resgate da dívida social do Estado, cumpre convocar os demais poderes constituídos - o legislativo e o judiciário - bem como parceiros da iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil para, num esforço que não deve ser apenas de governo, mas da sociedade alagoana como um todo, encetarmos um esforço de superação das dificuldades que, embora grandes, jamais serão capazes de arrefecer a vontade de Alagoas.

Operacionalmente, o PPA 1996/1999 estrutura-se sob a forma de **prioridades e de macro-projetos prioritários**. O conceito deriva da constatação de que o mundo real não se conforma nas meras quadriculas dos organogramas administrativos, constituindo-se sim, em demandas por ações multidisciplinares e multi-agências. Apenas para exemplificar, a concepção do projeto Costa Dourada, embora sob responsabilidade direta da Secretaria de Turismo do Estado de Alagoas, envolve ações conjuntas de praticamente todas as demais instâncias executivas do Estado, tais como: Secretaria de Transportes, de Saúde, de Educação, do Trabalho, de Indústria e Comércio, etc, além de empresas estatais como a TELASA, CASAL, e outras, além, evidentemente, da iniciativa privada.

Desta forma, e como imperativo para a maximização dos resultados no contexto de escassez de recursos, que é o cenário dominante do atual momento histórico, procura-se explorar, ao máximo, o aspecto sinérgico da multidisciplinaridade na ação.

Evidentemente, para atender aos requisitos fundamentais de operacionalidade na adoção deste modelo de atuação, há que dotar o Estado de uma ágil estrutura de acompanhamento, monitoramento e avaliação, a funcionar como o grande elemento coordenador e harmonizador das ações singulares.

## **ANEXO I - A CONCEPÇÃO DO PLANO**

## **1. O QUADRO DE REFERÊNCIA**

## 1.1 O QUADRO NACIONAL

## O QUADRO NACIONAL

O final do século XX vem se caracterizando como um período de intensa transformação tecnológica, de porte tal, que a define como uma nova revolução industrial. Microeletrônica, novos materiais, química fina, microbiologia e outros ramos da ciência recentemente desenvolvidos modificam, não só os processos de produção, mas também a estrutura social e a própria geopolítica.

As telecomunicações e o teleprocessamento transformam o conceito de espaço e tempo, permitindo não apenas assistir, pela TV, em tempo real, uma partida de futebol em Tóquio como, em outro canal, assistir ao vivo e a cores a guerra na Bósnia. Bibliotecas e museus inteiros são acessados em casa via INTERNET ou o videogame de astuciosas crianças inteligentes é substituído por uma navegação clandestina nos arquivos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Materiais desenvolvidos para suportar as incríveis condições de esforço e temperatura exigidos pelas viagens espaciais passam a integrar a estrutura de automóveis ou bicicletas; novos níveis de perfeição e pureza são obtidos com música gravada em CD's.

O novo paradigma de produção também modifica as relações sociais. Associações de empresas e países são realizadas, como forma de gerar massa crítica de pesquisa e consumo, capazes de amortizar os gigantescos custos de P&D embutidos nos mais elementares produtos. União Européia, NAFTA, MERCOSUL e outras associações são formas de consolidação do mercado global, iniciando o processo de extinção do conceito de "Estado-Nação" e inaugurando a "globalização dos mercados". Até a mais representativa manifestação da unicidade nacional, a moeda, passa a ter papel secundário, sujeitando-se às regulamentações extraterritoriais como na UE ou mesmo à abdicação de sua autonomia, como o Austral argentino.

Leis, religião e costumes também transformam-se. A vida criada e replicada em laboratórios reposiciona aspectos de moral, ética e até mesmo da fé. Novos conceitos emergem, antigas doutrinas políticas e sociais tornam-se mudas de respostas. A nova realidade transcende a capacidade analítica dos clássicos na economia, tornando insuficientes os velhos modelos de *função de produção* baseados nos fatores terra, trabalho e capital: o fator *tecnologia* faz-se presente e dominante. Mais ainda, o fator trabalho reconfigura-se: de *energia humana* apertando parafusos num modelo fordista de produção, torna-se *capacidade humana* operando um *cad-can* na extremidade de uma linha polivalente de produção.

Entre nações ou regiões, a dotação de fatores é relativizada. Extensão territorial é substituída por técnicas intensivas de produção (inclusive agrícola); abundância de mão de obra é compensada por robótica; minerais e vegetais são trocados por sínteses laboratoriais. Novos seres e novos materiais são criados.

Estas transformações encontram o Brasil num quadro de extrema fragilidade. A um longo período de centralização administrativa suportada pelo uso de poder ditatorial sucede uma nova ordem social democrática e participativa, suportada nos princípios da legalidade e da legitimidade, mas ainda sem o ordenamento institucional, que somente amadurece com o tempo. O quadro é ainda fertilizado pelo com-

pleto desarranjo das contas governamentais, com as dívidas interna e externa, dragando os recursos do Estado a níveis nunca anteriormente experimentados.

Em resposta à conjuntura desfavorável, estrutura-se um draconiano modelo de reequilíbrio das contas macro-agregadas do país, num esforço de eliminação ou pelo menos redução dos indutores do processo inflacionário - principalmente o desequilíbrio orçamentário do governo federal. É dentro de uma clara política de *stop and go*, contração e expansão de produção, crédito, comércio externo e gastos do governo, que elabora-se o presente Plano Plurianual 1996 - 1999 para o Estado de Alagoas.

Note-se, que este aspecto aumenta, de forma significativa, o inevitável grau de incerteza quanto à evolução do Estado: altamente dependente das transferências constitucionais da esfera federal, bem como de aportes de agências multilaterais e internacionais, é tarefa difícil antever resultados pendentes de transformações estruturais, como as levadas em conta pelo poder central ou complexas negociações com os organismos externos.

Entretanto, o cenário não é pessimista: embora no curto prazo os sacrifícios sejam de grande porte, com a carência de recursos federais levando à redução de suas transferências voluntárias a outras esferas de poder, ao mínimo indispensável, a permanência dos níveis inflacionários em níveis civilizados (ou próximos disto) já a mais de ano e o ingresso voluntário de recursos externos, sob a forma de capital de risco, amenizam a crise e sinalizam um período de melhores condições globais, com a possibilidade de retomada de um processo de desenvolvimento, agora em bases sólidas e duradouras.

Porém, o intenso processo de transformação por que passa o governo federal, com as reformas constitucionais nas mais diversas áreas - política, administrativa, fiscal, tributária, previdenciária e outras - bem como, a mudança de postura sinalizada entre outras ações pelo Programa Nacional de Privatização, tornam de extrema dificuldade a antevisão, no curto prazo, de como dar-se-á o processo de desenvolvimento econômico do país, seguramente condicionado pela velocidade e profundidade das transformações em curso.

É dentro deste cenário, que admite-se uma taxa de crescimento médio da economia do país como um todo em 5% para o período de vigência do PPA de Alagoas. Naturalmente, esta taxa esperada condiciona o crescimento das transferências - constitucionais e voluntárias - da esfera federal para a estadual.

As diferenças de desenvolvimento regional são o resultado de um processo de acumulação de capital que se iniciou no século XVIII e se intensificou no século XIX, com a implantação da indústria e a consequente concentração de renda e de poder político em determinadas regiões.

Em 1964, a criação do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da fusão dos Estados do Rio Grande e do Rio de Janeiro, marcou o início de um novo ciclo de desenvolvimento regional.

Desde 1964, o Estado do Rio Grande do Sul apresenta o maior índice de crescimento do PIB por habitante no Brasil, com uma taxa média anual de 7,8%, enquanto a taxa média anual do Brasil é de 5,2% e a do Estado de São Paulo é de 6,5%, respectivamente.

Essa situação é resultado de uma política de desenvolvimento econômico que tem como base a industrialização e a modernização da agricultura, com ênfase na produção de bens de capital e na formação de uma classe média, como também a implantação de grandes empresas e a formação de uma classe média, como também a implantação de grandes empresas e a formação de uma classe média.

## 1.2 O QUADRO REGIONAL

Após o período de crescimento econômico que se iniciou em 1964, o Brasil passou a apresentar uma situação de estagnação econômica, com uma taxa média anual de crescimento do PIB de 5,2%, enquanto a taxa média anual do Estado do Rio Grande do Sul é de 7,8% e a do Estado de São Paulo é de 6,5%, respectivamente.

Apesar da criação de novos Estados, a situação econômica do Brasil não mudou significativamente, com a manutenção da taxa média anual de crescimento do PIB de 5,2%, enquanto a taxa média anual do Estado do Rio Grande do Sul é de 7,8% e a do Estado de São Paulo é de 6,5%, respectivamente.

No período de 1964 a 1980, o Brasil apresentou uma situação de crescimento econômico, com uma taxa média anual de crescimento do PIB de 7,8%, enquanto a taxa média anual do Estado do Rio Grande do Sul é de 10,5% e a do Estado de São Paulo é de 8,5%, respectivamente.

Por outro lado, a taxa de inflação no Brasil aumentou significativamente, com uma taxa média anual de 20%, enquanto a taxa média anual do Estado do Rio Grande do Sul é de 15% e a do Estado de São Paulo é de 18%, respectivamente.

Os indicadores de emprego indicam também a situação econômica do Brasil, com uma taxa média anual de crescimento do emprego de 5,2%, enquanto a taxa média anual do Estado do Rio Grande do Sul é de 7,8% e a do Estado de São Paulo é de 6,5%, respectivamente.

Os indicadores de renda também indicam a situação econômica do Brasil, com uma taxa média anual de crescimento da renda de 5,2%, enquanto a taxa média anual do Estado do Rio Grande do Sul é de 7,8% e a do Estado de São Paulo é de 6,5%, respectivamente.

## O QUADRO REGIONAL

A política de desenvolvimento concebida para o Nordeste e iniciada na década de 60, foi fundamentada na concepção de que, a partir da criação de um centro autônomo de expansão manufatureira, o processo de industrialização corrigiria as principais causas de subdesenvolvimento da região.

Em consequência da estratégia adotada, o Nordeste passou a ter taxas de desempenho superiores às verificadas para o País.

Assim, no período 1970-80, a taxa média anual de crescimento de seu PIB real, foi de 8,7%, frente a uma taxa de 8,6% para o Brasil, enquanto na década de 80 essas mesmas taxas foram de 3,3% e 1,5%, respectivamente.

Essa estratégia, contudo, foi incapaz de articular a economia do Nordeste à do centro sul, ou seja, de reduzir as disparidades interregionais no campo econômico e social, além de não promover, de forma espacialmente harmônica, o crescimento da região. Por conseguinte, não foi possível manter a taxa de crescimento dos níveis de emprego e formação da renda interna, como também não gerou uma distribuição de renda mais equitativa. Isto é, não conseguiu corrigir problemas estruturais do subdesenvolvimento da região.

Nos últimos quatro anos, inclusive, observou-se uma inversão da tendência de crescimento médio anual, com a região (com 2,0%) passando a ter taxas inferiores as observadas para o País, que cresceu a uma taxa média anual de 2,3%. Também continua pequena a participação da região na formação do Produto Interno Bruto-PIB brasileiro (17% em 1990 e 17,5% em 1994).

Apesar da criação de alguns pólos, a base industrial do Nordeste é pequena e concentrada nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, e não representa o carro chefe do processo de desenvolvimento da região como um todo.

As taxas de mortalidade infantil, apesar de ter melhorado, ainda estão bem acima dos níveis verificados para o País. Em 1991, estas taxas foram de 88,2 por 1000 habitantes para o Nordeste contra 51,6 para o Brasil.

Por outro lado, a taxa de alfabetização da região em 1989 foi de 60%, bem abaixo, portanto, dos 80% verificados para o País. Em consequência, o percentual de não-alfabetizados da região (40%) é o dobro do registrado para o País (20%).

Os indicadores de emprego indicaram também a manutenção de problemas estruturais da região e de sua defasagem em relação ao País; em 1990, a população ocupada na região foi de 39%, frente a 43% registrado para o Brasil.

“Se encontram no Nordeste: mais da metade (51%) dos analfabetos brasileiros acima de 10 anos; cerca de metade das habitações subnormais do Brasil; quase 2/3 da população brasileira com déficit calórico superior a 200 calorias/dia; quase metade dos trabalhadores brasileiros com rendimento igual ou inferior a um salário-

mínimo; a esperança média de vida do nordestino (52 anos) é inferior em 10 anos à média do habitante do Sudeste" (1).

Assim, a estratégia implementada não conseguiu consolidar uma base produtiva autónoma e equilibrada. Portanto, o desenvolvimento da região continua dependente do dinamismo da economia nacional, do capital externo e da disposição e capacidade de investimento do setor público.

(1) Documento de "Diretrizes da Ação Governamental Para o Nordeste-1991-1995-2000".

... e, por fim, a necessidade de se estabelecerem mecanismos de controle e fiscalização que assegurem a correta aplicação dos recursos e a transparência das contas. A criação de uma comissão de acompanhamento e avaliação da implementação do plano é uma medida que pode contribuir para a melhoria da gestão pública e para a transparência dos recursos.

O Estado, por sua vez, deve atuar de forma estratégica, promovendo a melhoria da infraestrutura, a capacitação da mão de obra e a atração de investimentos estrangeiros. Além disso, é importante que o Estado promova a descentralização da gestão pública, permitindo que os municípios tenham maior autonomia e capacidade de decisão.

Por fim, é importante destacar que a implementação do plano deve ser acompanhada de uma política de comunicação que informe a população sobre os objetivos e os resultados do plano. Isso é fundamental para garantir a transparência e a accountability do governo e para promover a participação cidadã no processo de desenvolvimento econômico.

### 1.3 O QUADRO ESTADUAL

Este capítulo apresenta o quadro geral do desenvolvimento econômico e social do Brasil, com ênfase na análise das condições de competitividade e produtividade das empresas brasileiras. O objetivo é identificar os principais desafios e oportunidades para a melhoria da performance econômica e social do país.

No âmbito do desenvolvimento econômico, é importante destacar a necessidade de se promover a inovação e a melhoria da produtividade das empresas. Isso pode ser feito através da implementação de políticas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento, à capacitação da mão de obra e à melhoria da infraestrutura.

A globalização da economia, por sua vez, tem trazido desafios e oportunidades para o Brasil. A abertura dos mercados e a integração econômica global podem promover o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, é importante destacar que a melhoria da competitividade e da produtividade das empresas brasileiras depende da atuação conjunta do Estado, do setor privado e da sociedade civil. É necessário promover a cooperação e a colaboração entre todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento econômico.

Também o papel dos governos locais e estaduais neste novo quadro mundial.

Para o Estado-Nação foi possível o crescimento por alguns países via de relativo isolamento dos mercados mundiais, através de reservas de mercado, altas tarifas aduaneiras, políticas protecionistas e credenciais expansionistas, taxas cambiais administradas, políticas restritivas aos investimentos estrangeiros e controle de propriedade intelectual.

Nos dias que correm, os problemas postos diante dos que, escolhidos pelo povo, são responsáveis pela condução dos interesses coletivos, clamam por soluções de alcance geral. A prestação de serviços levada a efeito pelo Estado, neste final de século, está em cheque. Do mesmo modo, o velho modelo protecionista dá mostras evidentes de esgotamento, uma vez que não mais é capaz de suprir as necessidades de uma população cada vez mais numerosa, mais exigente, melhor educada e politizada.

O Estado, a toda evidência, não tem mais capacidade de absorver mão de obra. Resta-lhe, no entanto, a responsabilidade de criar condições para o florescer de iniciativas do setor privado que, ampliando a oferta de emprego, resulte na geração de oportunidades para um contingente cada vez maior de indivíduos economicamente ativos.

O país como um todo e particularmente Alagoas, vêm enfrentando dificuldades crescentes com o segmento dos servidores públicos. Quadros hiper dimensionados, salários baixos, serviços ineficientes, privilégios e outras mazelas, bem demonstram a necessidade, cada vez mais premente, de uma imediata e profunda reformulação não só do serviço público como e principalmente, do modo como vem sendo encarado pelos que detêm o Poder Político em nosso país e em nosso Estado.

O modelo ancestral, como já dissemos anteriormente, está esgotado. Não há como acolher a todos, é preciso redimensionar a máquina estatal, dotá-la de maior eficiência e agilidade e, ao mesmo tempo, criar alternativas para viabilizar o desenvolvimento econômico, único caminho capaz de, a médio e longo prazos, garantir melhores dias para nosso povo.

No limiar do século XXI o mundo encontra-se em profunda e rápida mudança. Uma terceira revolução industrial está em curso, transformando produtos, modos de produzir, modos de consumir, o lazer e as relações de trabalho. Isto se reflete no alto grau de desenvolvimento econômico e social dos países e regiões que lideram essas mudanças.

A globalização da economia, que outra coisa não é senão a intensificação de fluxos comerciais, de capitais, de tecnologias e de comunicações entre países e regiões, acirra a competição em escala planetária.

Nesse contexto, as condições de sobrevivência e prosperidade de empresas, regiões e países estão baseadas na competitividade sistêmica, continuamente aprimorada.

Também o papel dos governos muda radicalmente neste novo quadro mundial.

Para o Estado-Nação foi possível o crescimento, até agora, pela via do relativo isolamento dos mercados mundiais, através de reservas de mercado, altas alíquotas aduaneiras, políticas monetárias e creditícias expansionistas, taxas cambiais administradas, políticas restritivas aos investimentos estrangeiros e aos direitos de propriedade intelectual.

No mundo globalizado e regionalizado, o papel do Estado será muito diferente. Já não cabe mais isolar do mundo a economia nacional, para poder crescer.

Por outro lado, o Estado passará a ser não um Estado mínimo, como pretendem alguns. O seu papel continuará sendo central para o desenvolvimento econômico e social. Suas tarefas, modos de ação e prioridades, entretanto, modificar-se-ão radicalmente.

Os países e regiões bem sucedidos evidenciam, que todo desenvolvimento está sustentado pelo conhecimento.

A principal tarefa do Estado, nesta era da revolução técnica e científica, é o desenvolvimento da capacidade de trabalho de seu povo e da capacidade realizadora de seu empresariado.

Investir em pessoas, este o segredo do sucesso na nova concorrência planetária.

O quadro de dificuldade que se verifica para economia nacional e para a Região Nordeste do Brasil reflete-se, com maior dimensão, na economia local. Esta com uma estrutura produtiva ainda não consolidada setorialmente, com um longo caminho a percorrer em termos de eficiência produtiva e de capacidade competitiva, ao lado de um conjunto de problemas sociais que se acumularam ao longo dos anos, torna-se mais frágil nos momentos de crise e de ajustamentos da política regional à nacional. Em consequência, seu quadro econômico-social torna-se altamente agravado.

Esta realidade pode ser melhor percebida, quando se analisa a performance econômica e social do Estado.

O desempenho da economia estadual, expresso através dos resultados anuais de seu produto interno bruto-PIB, mostra que apesar de um certo dinamismo experimentado em alguns períodos, vem ao longo das últimas décadas, perdendo espaço frente aos demais Estados, da Região Nordeste.

No período de 1980-90, a taxa média anual de crescimento de seu produto real foi de 5,7%, acima das taxas verificadas para a Região (3,3%) e para o Brasil (1,5%). Já no período de 1990-94, esta taxa cai para 3,2%, mesmo assim situando-se a frente da Região (2,0%) e do País (2,3%).

O maior desempenho registrado para a década de 80 deveu-se, em grande parte, aos investimentos possibilitados pelo Programa Nacional do Alcool - Pró Alcool.

Mesmo com este resultado, verifica-se que a economia alagoana não conseguiu manter posições conquistadas em períodos anteriores. Em 1985, Alagoas tinha uma participação de 6,5% no PIB da Região Nordeste, ocupando a 5ª posição, a frente dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí. Já em 1990, esta participação cai para 5,7% e, em 1994, passa a ocupar o 7º lugar com uma participação de 5,6%.

Com relação ao PIB do Brasil, a sua participação, que em 1985 era de 1,03%, cai para 0,98% em 1994.

Também o saldo da balança comercial do Estado tem diminuído ao longo do tempo. Em 1980, Alagoas obteve um saldo de US\$ 362,2 milhões, que representava 38,6% do saldo verificado para a Região Nordeste. Este resultado positivo vem gradativamente diminuindo ao longo dos anos, chegando em 1994 a US\$ 151,9 milhões, que corresponde a 15,6% do resultado verificado para a região. Tais resultados expressam, também, o menor desempenho da economia estadual frente a Região Nordeste.

Verifica-se, por outro lado, que a estrutura produtiva do Estado sofreu uma acentuada modificação ao longo dos últimos vinte anos. Em 1975 o PIB do Estado, a custo de fatores, era composto de 28,8% da agropecuária, 23,2% da indústria e 48,0% do setor serviços. Em 1985 esta composição passa para 16%, 34,1% e 49,9%, respectivamente. Já em 1992 esta participação setorial é, na mesma ordem, de 11,4%, 36,3% e 52,3%.

Esta modificação expressa a perda da hegemonia do setor primário, que é calcado principalmente na cultura da cana de açúcar, cedendo lugar aos setores secundário e terciário, que experimentaram um ritmo de crescimento bem mais expressivo, como comprovam as taxas médias de crescimento anual do período 1975-92, com 3,4%, 8,2% e 5,8% para a agropecuária, indústria e serviços, respectivamente.

O menor crescimento do setor primário da economia estadual, com a conseqüente falta de opções para o homem do campo, o maior nível de automação do setor açucareiro e as crescentes dificuldades que este último vem enfrentando ao longo dos últimos anos, com fechamento inclusive de, usinas de açúcar, contribuiu para o crescente êxodo rural-urbano nas últimas décadas. Isto, em conseqüência, veio resultar em uma forte pressão de demanda por uma série de serviços no meio urbano, tais como: habitação, educação, saúde, segurança etc., além de uma maior demanda por emprego, agravando aí, o já baixo nível de eficiência e qualidade dos serviços prestados.

Este quadro de realidade passa a exigir, do Governo Estadual, um maior volume de investimentos e de dispêndios correntes, num momento em que o mesmo enfrenta uma grave crise financeira, o que impõe a necessidade de uma definição seletiva de prioridades.

## FINANÇAS PÚBLICAS

Sem uma profunda reversão das tendências observadas nos anos 80, através da reconstrução da capacidade de autofinanciamento, notadamente da recuperação da capacidade contributiva do ICMS, não haverá espaço para uma retomada da capacidade de investimento do Estado.

O ICMS alagoano, que em 1981 representava 1,07% do nacional, caiu onze anos depois, para 0,53%. As receitas tributárias próprias comparadas às receitas de transferências Federais alcançaram a razão de 2,35 em 1982, em 1991 essa razão caiu para 0,89.

Esses números ameaçam, inclusive, a própria sobrevivência do Estado, enquanto Unidade Federativa, que tem como pré-requisito a sua autonomia financeira.

A dívida fundada se multiplicou por 3,8 entre 1982 e 1991, ficando claro, que grande parte desse endividamento serviu para custeio da máquina administrativa, especialmente para pagamento de salários, em lugar de ser canalizada para investimentos em atividades formadoras de capital humano, como educação e saúde.

Outrossim, equívocos na escolha de prioridades levaram à construção de equipamentos físicos, que se encontram inacabados.

Dessa maneira, será necessário um enorme esforço de recuperação da capacidade de arrecadação dos tributos próprios da esfera estadual, dentro da legislação vigente, junto com a racionalização de despesas, de maneira a se obter um equilíbrio entre os dispêndios em custeio e os gastos em investimento.

## ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O Estado de Alagoas, segundo o Censo Demográfico de 1991, possuía uma população de 2.514.100 habitantes, o que significa dizer, que Alagoas participou com 6% do contingente populacional nordestino e 1,7% do Brasil. Enquanto nesse mesmo ano, o município de Maceió contabilizou 629.041 habitantes.

No que se refere à taxa média anual de crescimento, o Nordeste situou-se com 1,82% aa, Alagoas 2,18%aa e Maceió 4%aa.

Neste contexto, o crescimento da população urbana em Alagoas (3,86%a.a) frente à rural (0,23%a.a) apresenta diferenças bastante expressivas, o mesmo ocorrendo em relação ao Brasil (urbana 2,96% a.a e rural -0,61% a.a) e ao Nordeste (urbana 3,54% a.a e rural -0,28% a.a). Esse comportamento faz parte das

características da dinâmica populacional comum a países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento.

Por sua vez, a evolução da população urbana tem contribuído para aumentar os desequilíbrios entre oferta e demanda de serviços, de equipamentos urbanos, de transportes, e de empregos nos centros urbanos. Requerendo, de parte do Governo, maior investimento na área social.

A densidade demográfica registrada no Estado, em 1991, foi de 91 hab/Km<sup>2</sup>, enquanto para Maceió esse indicador demográfico atingiu o patamar de 1.238 hab/Km<sup>2</sup>.

Segundo estimativas do próprio IBGE, em 1993 a população do Estado era de 2.604.049 habitantes, para Maceió, o contingente projetado foi de 667.920 pessoas.

## EMPREGO E RENDA

O Estado de Alagoas apesar de suas potencialidades econômicas expressas pelas possibilidades de produção da indústria sucro-álcool-química, do turismo, do gás natural, da bacia leiteira, da agricultura irrigada etc., tem apresentado, ao longo dos anos, um baixo desempenho do ponto de vista social e, porque não dizer, um desempenho altamente injusto para o cidadão alagoano.

Muito embora alguns ramos de atividade tenham experimentado um certo dinamismo, a nível geral, o seu processo de crescimento econômico não tem possibilitado o equacionamento de graves questões sociais, como os crescentes níveis de pobreza, baixos níveis de renda, diminuição da qualidade dos serviços de educação, saúde etc., e, sobretudo, a questão do desemprego e subemprego.

Apesar do contingente de ocupados na economia alagoana em 1990, 909.561 pessoas, representasse 97% da população economicamente ativa, esta população corresponde apenas a 50,9% da população em idade ativa. Isto significa, que o desemprego formal naquele ano era de 47,5% da PIA, cerca de 849.312 pessoas. Supõe-se, entretanto, que a maioria dessa população foi absorvida pelo setor informal.

Os baixos níveis de remuneração da força de trabalho é um outro fato, que se observa na economia estadual. Os dados de 1990 demonstram, que 23,7% da população ocupada percebia até um salário mínimo. Já para um rendimento médio de até dois salários mínimos este percentual sobe para 38,4%.

Verifica-se, por outro lado, que além das dificuldades da economia estadual e, sobretudo, do setor primário, que em períodos anteriores absorvia o maior contingente de mão-de-obra, a impossibilidade da administração pública de oferecer emprego, como o fez nas décadas de 70 e 80, vem aprofundar o problema do emprego no Estado.

Assim, de um lado, a expansão das atividades produtivas não tem sido capaz de absorver adequadamente o contingente de mão-de-obra, que ingressa no mercado de trabalho a cada ano. Por outro lado, as dificuldades que a economia estadual vem enfrentando nos últimos anos, levaram à liberação de contingentes da força de trabalho empregada, como é o caso da cultura canavieira. Isto, ao lado do crescente êxodo rural-urbano ocorrido nas últimas décadas, levou ao crescimento do setor informal e a uma concentração do emprego no setor terciário, supõe-se, com um grande nível de subemprego visível e invisível. Tais aspectos revelam, também, o grau de debilidade da estrutura produtiva primária e secundária do Estado.

Este quadro remete ao fato de que a geração e a qualidade do emprego, em Alagoas, passam a ser prioridades absolutas em todas as ações do Governo.

## SETOR AGROPECUÁRIO

A característica marcante do Setor Agropecuário Alagoano na década de 80 início dos anos 90 é a acentuada queda no seu ritmo de crescimento, e consequente redução de sua importância relativa, tanto na composição do PIB estadual quanto da participação no PIB agropecuário regional. Dados do grupo de contas regionais da SUDENE, indicam que a participação de 25% do Setor Agropecuário no PIB alagoano de 1980, reduz-se para 11% em 1992. A mesma fonte, assinala que a participação de Alagoas no Setor Agropecuário Regional, cai de 8,1% em 1980, para 5,8% em 1992.

Dados da FIBGE e SUDENE para 1994 indicam, que apenas dois produtos alagoanos, cana de açúcar com 36,9% e fumo com 60,2%, tem participação expressiva na produção agrícola nordestina.

A cana de açúcar, que ocupa aproximadamente metade da área geográfica do Estado, teve seu último período de crescimento na segunda metade da década de 70 via estímulos do Proálcool. Já na década de 80 esse dinamismo arrefece, e o rendimento da terra reduz-se à níveis observados no início da década de 70.

A queda nos preços da cana, do açúcar e do álcool no mercado nacional aliada à deficiente estrutura de pesquisa no Estado, além da eliminação dos subsídios no crédito rural explicam, de forma bastante representativa, a involução da cultura canavieira.

Por sua vez, a irrigação, técnica indiscutivelmente capaz de elevar a produtividade, não conseguiu ser implementada com sucesso em Alagoas. O pouco conhecimento da maior parte dos solos do Estado, a carência de técnicos especializados, além da falta de tradição no manejo desta técnica, bloqueiam a expansão das áreas irrigadas no Estado.

Se do ponto de vista conjuntural, o crédito agrícola tem sido uma das principais variáveis que explicam o baixo desempenho da agropecuária estadual, não é demais lembrar, que alguns outros fatores, caracteristicamente estruturais, conformam a quadro acima descrito.

Assim, é preciso destacar, que a irresolubilidade de questões como: estrutura de posse e uso da terra, geração e difusão de tecnologia e estrutura de armazenagem, ensejaram um processo de modernização bastante rarefeito e circunscrito a pouquíssimas culturas, além de reduzida distribuição espacial.

A transformação desta realidade, implica num redirecionamento da política agrícola estadual, que objetivará, primordialmente, a elevação da produtividade, além da busca incessante da integração do setor agro-pecuário aos demais setores da economia alagoana.

## INDÚSTRIA

Uma das principais características do processo de industrialização implementado no Nordeste a partir dos anos 60, é que seu rebatimento espacial na região, se deu de forma bastante descontínua e diferenciada. Se é verdade que alguns Estados conseguiram desenvolver uma base industrial mais consistente, casos principalmente da Bahia, Ceará e Pernambuco, é também fato comprovado que outros Estados, embora aumentando sua participação no PIB industrial da região, não atingiram o dinamismo suficiente para garantir uma base econômica sólida, e um processo sustentável de crescimento. No segundo grupo, posiciona-se o Estado de Alagoas.

Nos anos 80, Alagoas participava com 4,2% do PIB industrial do Nordeste, em 92, sua participação cresce para 6,9%.

Já do ponto de vista da composição inter-setorial, constata-se também uma mudança na posição do setor industrial alagoano, em 1980, sua participação era de 23% do PIB global, crescendo em 92 para 36%.

A observação da taxa média de crescimento da indústria alagoana também apresenta oscilações que caracterizam a fragilidade do setor à conjunturas adversas. No período 80/86 este indicador alcançou valor igual a 13,1% ao ano, caindo a partir daí para 1,3% ao ano.

Dentre os gêneros que se destacam e predominam no setor industrial, cabe ressaltar:

- o de laticínios e beneficiamento do leite nas regiões do Médio Sertão e do Agreste (Batalha, Major Izidoro e Palmeira dos Índios);
- o açúcar e o álcool nas regiões da Mata e do Litoral;

- os produtos alimentares; a construção civil; a indústria química e de fertilizantes, na área da grande Maceió;

- beneficiamento do fumo e produtos alimentares, na região do Agreste, sob a influência de Arapiraca; e,

- o cimento e fertilizantes na micro-região de São Miguel dos Campos.

Documento elaborado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas (CODEAL), identifica como principais problemas do setor, principalmente:

- a estagnação do Polo-Cloroquímico;

- as dificuldades financeiras a nível do Governo Estadual;

- a influência dos planos econômicos do Governo Federal, mudanças nas regras de política industrial, alterações no padrão e na base monetária e descapitalização do setor;

- a política dos juros altos;

- a decadência do Proálcool;

- a falta de uma política abrangente e seletiva de industrialização e de uma política de incentivos e crédito facilitado, para atrair os capitais privados até 1993;

- a transferência de capitais para o setor turismo, a partir de 1986, sobrepujando os investimentos para o setor industrial.

Entendendo ser a industrialização fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do Estado, e avaliando a conjuntura mundial e nacional, Alagoas estabelece, como princípio orientador de sua política industrial, a diversificação e incorporação de novos elos na cadeia produtiva de base agrícola, pecuária e mineral, de modo a alcançar, sucessivamente, produtos finais de maior valor agregado, que permitam maiores taxas de retorno e maiores requisitos de capacitação de mão-de-obra, que resultem, por sua vez, no pagamento de maiores salários.

## SETOR SERVIÇOS

O setor serviços vem, ao longo das últimas décadas, ampliando a sua participação e importância no cenário da economia estadual. Em 1992, já participava com 52,3% do produto interno bruto do Estado.

É também o setor mais dinâmico da economia, no que se refere à geração de emprego. Segundo informações da PNAD, em 1985, este setor absorvia 31,9% da população ocupada, contra 54,2% e 13,8% das atividades agrícola e in-

- os produtos alimentares; a construção civil; a indústria química e de fertilizantes, na área da grande Maceió;

- beneficiamento do fumo e produtos alimentares, na região do Agreste, sob a influência de Arapiraca; e,

- o cimento e fertilizantes na micro-região de São Miguel dos Campos.

Documento elaborado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas (CODEAL), identifica como principais problemas do setor, principalmente:

- a estagnação do Polo-Cloroquímico;

- as dificuldades financeiras a nível do Governo Estadual;

- a influência dos planos econômicos do Governo Federal, mudanças nas regras de política industrial, alterações no padrão e na base monetária e descapitalização do setor;

- a política dos juros altos;

- a decadência do Proálcool;

- a falta de uma política abrangente e seletiva de industrialização e de uma política de incentivos e crédito facilitado, para atrair os capitais privados até 1993;

- a transferência de capitais para o setor turismo, a partir de 1986, sobrepujando os investimentos para o setor industrial.

Entendendo ser a industrialização fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do Estado, e avaliando a conjuntura mundial e nacional, Alagoas estabelece, como princípio orientador de sua política industrial, a diversificação e incorporação de novos elos na cadeia produtiva de base agrícola, pecuária e mineral, de modo a alcançar, sucessivamente, produtos finais de maior valor agregado, que permitam maiores taxas de retorno e maiores requisitos de capacitação de mão-de-obra, que resultem, por sua vez, no pagamento de maiores salários.

## SETOR SERVIÇOS

O setor serviços vem, ao longo das últimas décadas, ampliando a sua participação e importância no cenário da economia estadual. Em 1992, já participava com 52,3% do produto interno bruto do Estado.

É também o setor mais dinâmico da economia, no que se refere à geração de emprego. Segundo informações da PNAD, em 1985, este setor absorvia 31,9% da população ocupada, contra 54,2% e 13,8% das atividades agrícola e in-

dustrial, respectivamente. Já em 1990, a sua participação na absorção dessa população passa para 41%, frente a 44,8% da agricultura e 14,2% da indústria.

Observa-se, assim, que no período considerado, a agricultura com uma taxa negativa de 1,8% desempregou cerca de 38.585 pessoas; em contrapartida, o emprego formal na indústria e no setor serviços cresceram a taxas de 2,6% e 7,2%, respectivamente, incorporando, nessa ordem, um contingente de 15.333 e 109.462 pessoas.

Em Alagoas, este setor, a nível geral, não é um setor moderno e competitivo, cuja expansão tenha se dado em função de um crescimento harmônico e sinérgico com as demandas dos demais setores. O maior grau de terciarização da economia estadual, portanto, expressa condições típicas de atraso, face aos baixos níveis de remuneração e de sobrevivência da população por ele absorvida.

Neste setor, em particular, o turismo apresenta-se como o segmento de maior importância para a economia estadual, isto devido aos seguintes fatores:

a) Dispõe o Estado de um grande potencial a ser explorado, expresso por: 230Km de litoral com praias de beleza ímpar e até paradisíacas; lagoas e rios navegáveis com belas paisagens, de que são exemplos as lagoas Mundaú e Mangaba e o rio São Francisco; sua rica cultura, onde se destacam o folclore com cerca de 30 diferentes manifestações, o patrimônio histórico, o artesanato e a sua culinária, tendo assim, o Estado, uma vocação natural para o turismo;

b) Tem uma razoável infraestrutura em termos de rede viária, energia, telefonia, rede de restaurante, casas noturnas e, sobretudo, de um moderno parque hoteleiro;

c) É o segmento que, a nível do setor terciário da economia estadual, mais tem gerado emprego. O ramo de prestação de serviços onde a atividade de turismo tem predominância, respondia em 1990 por 30% da população ocupada do setor serviços, liderando a absorção de mão-de-obra neste setor;

d) É a atividade que possibilita a melhor distribuição de renda entre a população.

Ademais, é o turismo um dos ramos de atividade que, comprovadamente, tem maior efeito expansivo e multiplicador de investimentos. Sua implementação, pela geração de demandas, impulsiona inúmeras outras atividades tanto do próprio setor terciário como dos setores primário e secundário, gerando, de forma dinâmica, emprego e renda.

O setor turismo, em Alagoas, alcança já um bom desempenho, a medir pelos resultados de hospedagem. Segundo publicado no "Boletim Conjuntural" da Sudene - Julho/95., em 1994 o Estado ocupava a 3ª posição na Região Nordeste, em termos de taxa média de ocupação nos hotéis classificados, com 54,1% e no período de janeiro a março de 95 passou a ocupar o 2º lugar com 70,9%.

Também em termos de apartamentos ocupados e fluxo de hóspedes nos hotéis classificados, o Estado ocupou, no período de 1992-94, a 5ª posição na regi-

ão, sendo que, nesse período, esses dois indicadores experimentaram uma variação de 45,5% e 25,9%, respectivamente.

Esse resultado é expresso também pela ação do Governo Estadual através da SETUR e da EMATUR, que buscando promover o desenvolvimento do setor vem executando um trabalho incessante e continuado em termos de: promoção e divulgação dos atrativos turísticos do Estado no país e no exterior; realização de campanhas promocionais de conscientização turística; apoio às Prefeituras Municipais com potencialidades turísticas; pesquisas de natureza turística e elaboração de estatísticas do setor; promoção de treinamento nas diversas áreas do segmento turístico e; sobretudo, pela formulação e implementação de uma consistente política estadual de turismo, de que são exemplos, os projetos "COSTA DOURADA", no litoral norte e "PARAÍSO DAS ÁGUAS", contemplando Maceió, litoral sul e o baixo São Francisco.

## ENERGIA

O Estado de Alagoas não obstante dispor de uma razoável infraestrutura econômica, em termos de energia, transporte e comunicação, precisa realizar esforços no sentido de sua recuperação e manutenção, bem como de sua ampliação.

A adequação dessa infraestrutura às demandas sócio-econômicas constitui pré-condição à continuidade do processo de desenvolvimento do Estado.

O fornecimento de energia elétrica ao Estado de Alagoas é atualmente de responsabilidade da CHESF-Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, que compete a implantação das usinas geradoras e do sistema de transmissão de energia elétrica para todo o Nordeste.

Cabe ao Estado, através da CEAL: implantar Pequenas Centrais Hidroelétricas-PCH's, bem como implantar a transmissão de energia elétrica a partir dessas usinas e dos pontos de entrega da CHESF; a distribuição de energia elétrica; eletrificação rural e a venda final aos consumidores e comprar energia de outras concessionárias e de autoprodutores sempre que o mercado requerer.

Atualmente, todos os municípios do Estado são atendidos com energia elétrica através de 25 subestações 69/13,8kv, com 383,25 MVA instalados e 1.240,8 km de linhas de transmissão 69kv, tendo o Estado capacidade para atendimento a uma demanda máxima de 307MW.

O sistema elétrico do Estado apresenta uma série de pontos críticos, do ponto de vista operacional, que afetam diretamente o desenvolvimento de nossa sociedade.

O abastecimento da região Oeste do Estado (Sertão) apresenta deficiências, que impossibilitam ao atendimento adequado, à modernização e desenvolvimento da atividade industrial dessa região e ao suprimento requerido pelos projetos

de irrigação e abastecimento d'água, através das captações dos rios São Francisco e Moxotó. Assim, várias obras de melhoramento e ampliação são necessárias.

O suprimento da região Centro Norte do Estado (Agreste e Zona da Mata) também apresenta deficiências. Para um atendimento adequado ao mercado são necessárias a conclusão e execução das seguintes obras: implantação de mais um ponto de suprimento da CHESF; implantação das linhas de transmissão Rio Largo/Penedo e Viçosa/Maribondo; conclusão da subestação 69/13,8kv Penedo/Arapiraca e implantação da subestação de Maribondo, exigindo um esforço de investimento tanto por parte da CHESF, como do Estado.

Também a região Norte necessita de uma série de obras para um melhor atendimento ao mercado de energia elétrica, especialmente às demandas oriundas do projeto "Costa Dourada". Como prioridade nessa região, tem-se: a implantação de uma subestação no Morro de Camaragibe; da linha de transmissão de São Luiz do Quitunde/Morro de Camaragibe 69kv e da subestação de Campestre 69/13,8kv; complementação da linha de transmissão 69kv Palmares/Campestre e execução de obras de melhorias no sistema existente.

Quanto à região Metropolitana de Maceió, para o adequado atendimento ao mercado de energia elétrica, estão sendo exigidas as seguintes obras: implantação da linha de transmissão Messias/Maceió, trecho Rio Largo/Tabuleiro do Martins, da subestação de Maceió 230/69kv, das subestações de Pajuçara e Serraria, e da linha de transmissão Tabuleiro do Martins/Pajuçara, além de melhoramentos nas outras subestações existentes, nesta região.

As fontes não convencionais de energia (de que são exemplos: o gás natural, o bagaço de cana, energia solar, aerogeradores, energia fotovoltaica, etc) são potenciais no Estado que assegurarão a complementação do suprimento de energia elétrica, sobretudo de longo prazo, considerando o esgotamento das fontes convencionais da hidreletricidade. O seu efetivo aproveitamento exige, que os esforços, neste sentido, se iniciem desde já, necessitando a continuação dos estudos já iniciados nessa área.

Pela importância que este segmento representa para o desenvolvimento das atividades produtivas e para a sociedade em geral, o Governo implementará, através dos órgãos competentes, os esforços que já vem sendo desenvolvidos em termos de planejamento energético, de forma a garantir uma utilização racional e inteligente do potencial energético do Estado, e o conseqüente apoio ao processo de desenvolvimento sócio-econômico.

## TRANSPORTES

Parte componente da infra-estrutura econômica, o setor transportes, é de fundamental importância no processo de desenvolvimento econômico de uma região. Permite, em primeiro lugar, o deslocamento das pessoas, satisfazendo necessidades inerentes à própria condição humana, mas e principalmente, é na possibilidade de deslocamento das cargas do seu local de produção para os centros consumidores, que realiza a sua principal função.

Em Alagoas, a infra-estrutura de transportes é formada basicamente pelos "moldais" aeroviários, dutoviários, ferroviários, hidroviários e rodoviários.

Com início de operação no final da década de 70 e início dos anos 80, o transporte dutoviário alagoano, formado basicamente por 30 km de oleodutos e 271 km de gasodutos, encontra-se estabilizado. Dados da Petrobrás indicam, para os anos 1989/1993, um transporte médio anual de 400.000 T. de petróleo e 471.000 T. de gás, sem variações expressivas no período.

Situação diferenciada vivem os outros "moldais", que compõem a infra-estrutura de transportes de Alagoas.

Consequência do modelo de transporte a nível nacional que privilegiava o "modal" rodovia, na medida em que o Fundo Nacional de Transporte (FNT) destinava a quase totalidade de seus recursos para o transporte rodoviário, as ferrovias e hidrovias passaram por um processo de sucateamento, que em última instância, direcionou para as rodovias, um volume de carga superior à capacidade do Estado de mantê-las em boas condições de uso. Assim é que, levantamento realizado em 1993, mostrou que dos 1.330 km de estradas pavimentadas sob jurisdição do Estado, apenas 35% encontravam-se em boas condições, 38% em condições regulares e 27% em más condições de utilização.

Um outro problema derivado do modelo nacional adotado, é que esta prioridade, acarretou em Alagoas, uma predominância dos objetivos do Departamento de Estradas e Rodagem sobre a própria Secretaria de Transporte, esvaziando-a e impossibilitando-a de conceber e executar uma política de transporte para o Estado.

A estratégia do Governo, em face do quadro exposto, é definir como linhas básicas de uma política para o setor, ações que permitam a recuperação dos "moldais" existentes, possibilitem sua integração, e como consequência, aliviem o "modal" rodoviário, que passará a ter custos de conservação bastante reduzidos.

## TELECOMUNICAÇÃO

Com os avanços tecnológicos registrados nos últimos anos, as Telecomunicações têm contribuído significativamente para o desenvolvimento social e econômico do país. Este setor, em Alagoas, tem se apresentado satisfatoriamente no que diz respeito à telefonia, serviços postais, radiodifusão e teledifusão.

Com relação à telefonia, Alagoas apresenta-se razoavelmente bem, em se tratando de taxa de atendimento de plano de expansão, taxa de obtenção do tom de discar, acessos telefônicos fixos residenciais em serviços e acessos comutados em serviços totais.

Comparando a taxa de atendimento do plano de expansão da Telecomunicação de Alagoas S.A.-TELASA com a média nacional, observa-se que a alagoana foi de 89,76%, enquanto que a nacional alcançou 78,91%. A taxa de obtenção do tom de discar obtida pelos clientes, apresenta-se satisfatoriamente com relação à situação nacional, com uma meta de atendimento de 98%, a TELASA atingiu 97,19%, enquanto a nacional foi de 95,41%.

Quanto aos acessos telefônicos fixos residenciais e comutados em serviços totais, o quadro apresenta-se equilibrado, analisando o desempenho do Estado com o do País. Segundo esses indicadores, em 1994 a TELASA apresentou um crescimento de 1.056 em relação a 1993, enquanto a nacional foi de 1.065, o mesmo ocorreu em relação aos acessos comutados, cujo crescimento foi de 1.081 e 1.079, respectivamente. A partir desses dados, a Telecomunicação de Alagoas vem demonstrando esforços para modernizar o setor e, conseqüentemente gerar melhorias nos serviços prestados à população.

Com a modernização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-EBCT, as prestações de serviços passaram a ser mais eficientes e diversificadas. Em decorrência, a rede de atendimento passou a atender adequadamente todo o Estado. Alagoas possui, distribuídos na capital e interior, 104 agências de correios, 23 agências de correios franqueadas, 56 agências de correios satélite, 1 agência filatética, 86 postos de vendas de selos e 202 caixas de coletas.

Atualmente, o Estado dispõe de um adequado serviço de radiodifusão e teledifusão, serviços esses realizados através de emissoras de rádio (AM e FM) e televisão. Na capital encontram-se localizadas 06 emissoras de rádio FM e 06 AM e no interior 11 FM e 07 AM. Alagoas dispõe, ainda, de 04 repetidoras de televisão e 05 jornais, sendo que 04 de circulação diária e 01 semanário.

## EDUCAÇÃO

A região Nordeste contava, no ano de 1988, com 91.103 escolas de 1º e 2º graus. Desse total, 11.136 pertenciam às redes estaduais de ensino, onde Alagoas participou com 3,75%.

Os Estados Nordestinos nesse mesmo ano de referência, contavam com um contingente de 150.018 profissionais, exercendo funções docentes nos estabelecimentos públicos estaduais de 1º e 2º graus. Neste total, Alagoas contribuiu com 7.954 profissionais.

Passando a analisar, especificamente, a situação educacional de Alagoas em 1994, verifica-se que a sua rede física era constituída por 5.527 estabelecimentos, que ofertavam cursos pré-escolar, 1º e 2º graus, dos quais 11,8% pertenciam à rede pública estadual. A SED possuía, ainda, um montante de 17.535 servidores, onde 6.692 eram docentes, que se encontravam em salas de aulas.

No que se refere ao número de matrículas iniciais, observa-se que, de 657.141 alunos matriculados, as escolas estaduais absorveram 153.697 crianças e jovens, onde 7,3% matricularam-se no pré-escolar, 86,2% no 1º grau e 6,5% no 2º grau. Em termos geral, essa demanda na Zona Urbana foi 85,5%, enquanto na Zona Rural o índice foi de 14,5%.

Comparando-se matrícula inicial com matrícula final, percebe-se que houve uma redução bastante acentuada de alunos. Para a pré-escola o número da matrícula final foi da ordem de 6.620 alunos, para o 1º e 2º graus foram, respectivamente, 65.240 e 5.810.

Por sua vez, os níveis de evasão escolar na rede pública estadual no ano de 1994 foram bastante elevados, situando-se em 41% na pré-escola, 50,7% no 1º grau e 42,2% no 2º grau. Os números apresentados corroboram com a afirmação de que grande parte desse contingente foi obrigado a interromper seus estudos para trabalhar e, com isso, ajudou na composição da renda familiar, ou porque não consegue compatibilizar estudo e trabalho. Por conseguinte, a exclusão escolar apresenta uma interrupção precoce no processo de aprendizagem, cujos resultados afetarão profundamente o desenvolvimento intelectual do indivíduo e, conseqüentemente, sua participação na sociedade.

Tomando-se por base documento da SED, entre os principais problemas que afetam o setor destacam-se:

- "despreparo dos professores para o atendimento pedagógico a uma clientela social e culturalmente diversificada e, também para a utilização eficiente de materiais de ensino-aprendizagem";

- "inexistência de programas que possibilitem a correção e a prevenção de repetência e da evasão, principalmente nas séries iniciais";

- "localização e dimensionamento precário de prédios e instalações escolares, em virtude da inexistência de um planejamento escolar que possibilite a definição tecnicamente confiável da rede física";

- "falta de materiais didáticos básicos, inclusive livros didáticos, considerados indispensáveis à execução das atividades de ensino-aprendizagem".

Tendo em vista os pontos de estrangulamento ora apresentados no setor educação, o Governo reconhece a necessidade de investimentos nessa área, no sentido de promover, o mais rapidamente possível, a reversão dos problemas existentes. Pois, a função educação é fator fundamental para o crescimento da sociedade e desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado.

## SAÚDE

Os níveis de saúde do Nordeste e, em especial, de Alagoas são muito baixos. O conjunto de causas associadas e os condicionantes que influem nos padrões de saúde da população têm estreita vinculação com a questão econômica e institucional. Assim, os baixos níveis de salário, as altas taxas de desemprego e sub-emprego, habitação inadequada, ausência de água tratada e esgotamento sanitário, contribuem significativamente para a redução dos padrões de saúde.

No tocante à rede física de saúde pública do Estado existiam no ano de 1990, 711 estabelecimentos, distribuídos entre Hospitais, Pronto-Socorros, Postos de Saúde, Centros de Saúde, Ambulatórios e Mini-Pronto-Socorros.

Dos 61 hospitais estaduais que existiam em Alagoas, em 1990, 64% estavam situados em Maceió, dos 7.258 leitos, 58,6% pertenciam também a rede hospitalar da capital. Denotando-se, então, que a prestação de assistência à saúde, é bastante concentrada em Maceió.

O coeficiente de mortalidade geral para o Estado, em 1990, foi da ordem de 6,3 mortes por mil habitantes, enquanto Maceió, situou-se em 7,2 mortes por mil habitantes. Em termos de mortalidade infantil, o índice do Estado foi de 60,2, enquanto Maceió registrou 57,4 mortes por mil nascidos vivos.

Das principais causas de morte da população destacaram-se em Maceió, as do aparelho circulatório, as causas externas e de envenenamento, e as doenças infecciosas e parasitárias. Para a faixa etária até 1 ano de idade chamamos à atenção das doenças infecciosas e parasitárias, afecções originárias do período perinatal e do aparelho respiratório.

A situação da saúde pública em Alagoas é bastante preocupante, as estruturas de atendimento tais como: número de estabelecimentos; equipamentos; recursos humanos e insumos médicos, não atendem às reais necessidades da população.

O mau gerenciamento dos recursos do setor, evidenciado nos últimos anos, impediu a implementação de ações preventivas de saúde, que são de indiscutível importância para a redução e controle das doenças transmissíveis e redutíveis por imunização, bem como de outras causas responsáveis pelos altos índices de morbidade e mortalidade.

Para reverter a atual situação da área de saúde, o Governo implementará ações efetivas que estabelecerão novos padrões de atenção à saúde.

## SANEAMENTO BÁSICO

Do total de domicílios existentes no interior do Estado no primeiro semestre de 1995, apenas 52% eram atendidos pela CASAL com água tratada, e 0,7% com esgotamento sanitário.

Por sua vez, esses serviços em Maceió atingiram respectivamente, 63% e 22% dos domicílios. O que é, ainda, bastante insuficiente face o porte e crescimento acelerado da cidade.

Isto significa dizer que, em todo o Estado, 69% da população consumia água tratada e 13% era assistida com sistema de esgoto.

Os baixos níveis de atendimento, apenas contribuem para elevar os índices de doenças infecto - contagiosas, como por exemplo, esquistossomose, cólera, febre tifóide, etc... que são patologias transmitidas por veiculação hídrica, e quando não tratadas adequadamente, levam o indivíduo à morte.

Devemos chamar a atenção da necessidade de uma maior integração entre o Governo do Estado e as Prefeituras municipais no desenvolvimento de ações pertinentes à adequação perfeita de coleta e destinação do lixo, de maneira a prevenir e conter proliferação de doenças. Agindo de forma sinérgica, multiplicando a efetividade das ações da esfera estatal.

Atualmente, a população alagoana depara-se com a insuficiência e a insegurança do sistema de abastecimento d'água da capital, a carência de produção nos sistemas coletivos do Sertão, Agreste e Zona Serrana, e a inadequação do Sistema da Bacia Leiteira para distribuição do volume produzido. Além do que, os sistemas independentes localizados nos municípios da Zona da Mata, exigem reformas e/ ou substituições das unidades ou dos próprios sistemas.

Finalmente, lembramos que, a partir da implementação dos macro projetos, o Governo do Estado desenvolverá esforços no sentido de superar as difi-

culdades ora enfrentadas pelo setor e, conseqüentemente, viabilizar de forma eficiente e eficaz suas ações prioritárias.

## **CULTURA E LAZER**

Estimular a criação, preservação e difusão cultural de um Estado é de suma importância para seu desenvolvimento sócio-econômico, uma vez que, se está preservando sua própria história e, conseqüentemente, moldando sua evolução em bases estruturadas.

Alagoas dispõe, atualmente, de um razoável acervo cultural representado por 12 museus, 09 cinemas, 07 bibliotecas, 06 teatros, 09 anfiteatros, 03 galerias de artes e 3 salas de espetáculos.

A cultura popular se apresenta através de danças e folguedos, cujos principais são: Chegança; Pastoril; Fandango; Coco de Roda; Banda de Pífano, etc. Dentre as principais festas que fazem parte do calendário turístico do Estado, destacam-se: as festas juninas, carnaval, natal e semana santa.

O artesanato alagoano é muito diversificado e rico em detalhes. São trabalhos feitos em bordados como: filé, labirinto, redendê, ponto de cruz, boa noite, renascença, etc., destacando-se, também, trabalhos em palha e madeira. O artesanato é comercializado em pontos turísticos, distribuídos na capital e interior, como o Mercado de Artesanato e Pontal da Barra.

Embora o turismo, em Alagoas, tenha apresentado um certo declínio em períodos anteriores, em conseqüência da ausência de políticas de incentivo por parte de governos passados, o PPA busca reverter este quadro, através de macro-projetos de turismo, como o Paraíso das Águas e o Costa Dourada. Com eles, o governo visa revitalizar a atividade turística, aproveitando o potencial diferenciado disponível no Estado, de modo a incrementar o fluxo turístico e trazer, como conseqüência, a geração de novos empregos e aumento da renda.

## **PROMOÇÃO SOCIAL**

A situação sócio-econômica das crianças e adolescentes é um reflexo das condições em que se encontram suas famílias. Dados de 1990 divulgados pelo PNAD já indicavam que, em Alagoas, 61,8% das crianças e adolescentes viviam em famílias com renda familiar inferior a ½ salário mínimo.

Também as informações de Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição-PESN-92, indicam que, neste ano, 36,2% das famílias com crianças menores de cinco anos tinham renda mensal inferior a um salário mínimo.

Por outro lado, a situação da criança e do adolescente em situação de risco social e pessoal, em Alagoas, vem se agravando a cada ano. Isto em decorrência de vários fatores, destacando-se o aumento do desemprego e subemprego.

Dados de 1991 já indicavam a existência, só em Maceió, de 2.081<sup>(1)</sup> meninos e meninas que "estavam na rua" e que "vivem na rua".

Buscando o enfrentamento desta questão, serão empreendidos esforços em duas direções distintas, mas de fundamental importância.

A primeira, refere-se ao combate à violência contra a criança e o adolescente. Neste sentido, a política do Governo se voltará para o incentivo e apoio a todas as iniciativas da sociedade, buscando articular suas ações com as dos diversos segmentos, que atuam na defesa dos direitos dos menores; a segunda, volta-se para o campo da assistência integral ao menor, onde o Governo Estadual articular-se-á junto às demais esferas de Poder.

## MEIO AMBIENTE

No Nordeste e em particular em Alagoas, importantes ecossistemas como a mata atlântica, o agreste e o semi-árido vêm sendo ocupados e explorados, muitas vezes, sem consideração à sua biodiversidade e à capacidade de sua utilização sustentável.

A expansão agrícola, a industrialização e o turismo, caminhos naturais para o desenvolvimento de Alagoas, passam, necessariamente, pela efetiva mudança dos conceitos e métodos até então empregados na sua relação com o meio ambiente.

Persistir na visão e nos métodos de exploração econômica dissociados da questão ambiental, significa aprofundar o processo de degradação e comprometer, definitivamente, os nossos já degradados ecossistemas.

Com extensão de 230 km, e composto por estuários, manguezais, restingas, falésias e 17 lagoas, o litoral alagoano já apresenta nítidos sinais de comprometimento ambiental.

O desmatamento indiscriminado, o processo de industrialização e o crescimento demográfico, intensificados nas últimas três décadas, refletiram de tal forma na região litorânea, que 16 das 17 lagoas já apresentam índices significativos de

poluição, rios apresentam calhas assoreadas, compondo um quadro de elevada preocupação.

Destaque-se, neste sentido, os problemas do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba, cujas lagoas alimentam cerca de 300 mil pessoas através da

<sup>1</sup> Pesquisa realizada pela FUNDAC-AL, e CBIA e Projeto Axé-Bahia

pesca de peixes/crustáceos e moluscos, que vêm recebendo toneladas de lixo urbano, esgotos in-natura produzidos por cerca de 780 mil habitantes de nove municípios, além de vazados antigos e recentes de produtos tóxicos oriundos da indústria química.

Na Zona da Mata, cuja principal característica tem sido a substituição da Mata Atlântica pelo cultivo da cana-de-açúcar e, mais recentemente, a bovinocultura, os rios e riachos apresentam-se assoreados, com visíveis sinais de extinção e, a confirmar com estudos, iniciando um processo de salinização de suas águas.

No Agreste e Semi-Árido, mercê da destruição da exuberante vegetação primitiva, substituída pelas culturas de fumo, mandioca, milho, feijão e, em maior escala, pela bovinocultura de corte e de leite, os mananciais de água potáveis encontram-se exauridos e apresentando elevados índices de sais e cloretos diversos.

A reversão deste quadro é tarefa imperiosa do Governo, compatibilizar desenvolvimento com prevenção ambiental, é condição primordial para elevação da qualidade de vida do alagoano.

## 2. METODOLOGIA

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A concepção utilizada na elaboração do Plano Plurianual (PPA 1995/99) teve como base os cenários delineados na proposta de governo e, especialmente, o caráter das manifestações dos vários segmentos da sociedade alagoana. Assim, com a definição dos pontos de apoio para o desenho da metodologia que foram as Prioridades e os Macro-Projetos, estabeleceu-se a estrutura e a forma do Plano.

O PPA apresenta, de uma maneira geral, uma concepção tradicional, compatibilizado na sua totalidade com as determinações emanadas pelas Constituições Federal e Estadual.

O Plano está estruturado em cinco partes:

1. Parte preliminar, satisfazendo os requisitos aos quais o Plano foi submetido, com a legislação em vigor, a sociedade e as intencões e manifestações pelo Governo do Estado.

## 2. METODOLOGIA

Esta parte tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada na elaboração do Plano. Ela é dividida em cinco partes: a) identificação das prioridades e das oportunidades; b) identificação das prioridades e das oportunidades; c) identificação das prioridades e das oportunidades; d) identificação das prioridades e das oportunidades; e) identificação das prioridades e das oportunidades.

As prioridades, diretrizes e programas deverão retratar a visão das prioridades, a definição dos Macro-Projetos e o caráter estratégico do Plano, demonstrando com clareza a nova forma de governo e as expectativas a serem alcançadas.

Na parte quarta, apresentam-se os dados do plano desagregados a nível de órgão executor e esfera de poder, apresentando os diagnósticos, objetivos, diretrizes setoriais e as metas em quadros detalhados por projeto/atividade consideradas prioritárias.

Finalmente, na quinta parte apresenta-se a Orçamento do Plano através dos quadros de despesas por tipo de orçamento Fiscal e Seguridade Social, rede de atividades das Empresas Estatais, separados por Poderes.

O plano representa as intencões do governo delineadas para os próximos quatro anos, em cumprimento o que determina o artigo 176 e 177 da Constituição Estadual. Apesar de ter uma conformação tradicional semelhante à de outros estados e à do governo federal, este plano apresenta pontos especiais e serem destacados, entre eles: a mudança dos governantes em atender às solicitações imperiosas

## 2 . METODOLOGIA

### 2.1 DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A concepção utilizada na elaboração do Plano Plurianual-PPA 1996/99 está baseada nos cenários delineados na proposta de governo e, aperfeiçoados, a partir das manifestações dos vários segmentos da sociedade alagoana. Assim, com a definição dos pontos de apoio para o desenho da metodologia que foram as Prioridades e os Macro Projetos, estabeleceu-se a estrutura e a forma do Plano.

O PPA apresenta, de uma maneira geral, uma concepção tradicional, compatibilizado na sua totalidade com as determinações emanadas pelas Constituições Federal e Estadual.

O Plano está estruturado em cinco partes:

- Nota preliminar, salientando os condicionantes aos quais o Plano foi subordinado, como a legislação em vigor, à sociedade e às intenções já manifestadas pelo Governo do Estado.
- Anexo I, onde são apresentados o Quadro de Referência e a Metodologia. No primeiro, destacam-se as informações e textos divididos de forma espacial: Nacional, Regional e Estadual, traçando-se os cenários onde aparecem definidas as oportunidades e tendências futuras, em consonância com os macro projetos definidos, sinalizando as mudanças previsíveis e/ou desejáveis. Na apresentação da metodologia são detalhadas as definições utilizadas, a forma metodológica de trabalho, a dinamicidade do plano, monitoramento, avaliação, tempestividade e sinergia, financiamento do plano e condicionantes jurídicas.
- As prioridades, diretrizes e programas deverão retratar a eleição das prioridades, a definição dos Macro-Projetos e o caráter sinérgico do Plano, demonstrando, com clareza, a nova fisionomia do governo e as expectativas a serem alcançadas.
- Na parte quatro, aparecem os dados do plano desagregados a nível de órgão executor e esfera de poder, apresentando os diagnósticos, objetivos, diretrizes setoriais e as metas em quadros detalhados por projeto/atividade considerados finalísticos.

Finalmente, na quinta parte apresenta-se a Orçamentação do Plano através de quadros de despesas por tipo de orçamento Fiscal e Seguridade Social e de investimentos das Empresas Estatais, separados por Poderes.

O plano representa as intenções do governo delineadas para os próximos quatro anos, em cumprimento o que determina o artigo 176 e 177 da Constituição Estadual. Apesar de ter uma conformação tradicional semelhante à de outros estados e à do governo federal, este plano apresenta pontos especiais a serem destacados, entre eles: a atenção dos governantes em atender às solicitações imperiosas

da sociedade e transformando-as nos Macro-Projetos prioritários e uma visão futurística de continuidade administrativa, em convergência com as tendências mundiais pautadas em ações não poluidoras, preservacionistas e desenvolvimentistas, com o intuito de garantir, para as gerações futuras, um habitat em condições melhores do que as atuais.

## 2.2 NOTA METODOLÓGICA

A elaboração do Projeto de Lei referente ao Plano Plurianual 1996/99 está em consonância com o artigo 176, parágrafo primeiro, da Constituição do Estado de Alagoas, onde define que: "A Lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada".

Assim, a coleta de informações foi realizada através das unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta e das Empresas Estatais, segundo roteiro apresentado pelo Manual do PPA 1996/99.

A preparação das equipes para participação na Elaboração do Plano Plurianual 1996/99 de cada órgão iniciou-se com a implantação do Programa Estratégico de Treinamento, com a realização do Curso de Processo Orçamentário e teve continuidade com o Curso sobre Elaboração do PPA. Durante o treinamento foram testadas as tabelas e realizados os ajustes devidos. Assim, após as últimas revisões foi divulgado o Manual de Preenchimento do PPA 1996/99.

O Manual está dividido em cinco partes: Características do Órgão, Plano de Ação do Órgão, Detalhamento da Proposta, Metas Físicas e Empresas Estatais. Conta com cinco tabelas de apoio que salientam os seguintes aspectos: informações anuais; totalização dos dados financeiros dos órgãos da administração direta; metas físicas; fontes de recursos e transferências totais do tesouro para as empresas estatais.

A captação dos dados exigiu, desde o início, a apresentação de diagnóstico, objetivos, metas setoriais e diretrizes de cada órgão:

**Diagnóstico:** o papel do órgão, sua situação atual, as dificuldades de sua atuação e as limitações para sua atuação.

**Objetivos:** a atuação objetiva do órgão na sociedade através dos seus projetos e programas.

**Metas:** são as etapas de curto, médio ou longo prazo, quantificáveis ou passíveis de serem aferidas, com prazo definido, consideradas como marco no alcance dos objetivos estabelecidos.

**Diretrizes:** as estratégias e os princípios que orientam a ação do Governo para o melhor atingimento dos objetivos e metas.

Os preços utilizados em todo o trabalho foram os de julho de 1995 para os quatro anos.

## FORMULÁRIOS UTILIZADOS

### Detalhamento dos Gastos

Este conjunto, composto de duas tabelas - uma auxiliar (C-1) e tabela de consolidação (D-1) - sintetiza as informações que permitiram compatibilizar os gastos e as metas programadas dentro de cada subprograma e, ao final, a sua consolidação adicionando o conceito de subprogramas finalísticos e outros subprogramas para caracterizar as principais ações de cada órgão.

A apresentação dos dados financeiros enquadrou-se em consonância com as exigências da Constituição do Estado, onde foram classificadas as despesas da seguinte forma:

**Despesas de Capital:** os investimentos, amortizações e outros itens a serem desembolsados no período do plano (1996/99);

**Despesas Decorrentes de Capital:** despesas realizadas em decorrência dos investimentos realizados durante o plano, por exemplo, as despesas de capital e de custeio decorrentes da construção de uma escola, durante o seu período de operação;

**Despesas de Programas de Duração Continuada:** os gastos realizados em cada subprograma em execução, anterior ao plano.

Este conjunto de tabelas de apoio aparece compatibilizado no plano através da tabela de Despesas à conta dos orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, onde foram agregados todos os gastos de capital no item de Despesas de Capital; no item de Despesas Correntes estão agregadas as parcelas de despesas correntes, das decorrentes de capital e de duração continuada.

### Investimentos das Empresas Estatais.

Os dados sobre as empresas estatais foram coletados, obedecendo a seguinte orientação:

Na tabela C-3, foram coletados os dados sobre as transferências de recursos do Tesouro Estadual às empresas estatais e nas tabelas E-1, E-2 e E-3 os detalhamentos dos gastos, por projetos ou atividades;

A Empresa com identificação de cada projeto/atividade (E-1), especificando as despesas e metas dos projetos e atividades, nomes e objetivos;

Quadro Consolidado dos Investimentos (E-2): por subprograma e seus valores no período de quatro anos;

O quadro das Fontes de Financiamento (E-3) incluindo as de geração própria, aumento de capital, operações de crédito, alienação de bens e outros.

Como apresentação consolidada no plano plurianual aparecem, na tabela de Despesas à Conta do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, os dados referentes às empresas estatais.

O aporte anual de recursos do tesouro previsto para financiamento das empresas estatais, deverá ser decrescente no quadriênio 1996/99, visando neutralizar os gastos dos orçamentos Fiscal e de Seguridade Social nos investimentos das empresas estatais e, conferir àquelas empresas, maior responsabilidade nas gerações de poupanças para financiamento de seus investimentos.

A inclusão de novos projetos deverá atender para sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Só poderão ser alocados recursos próprios para investimentos após o atendimento integral das necessidades relativas ao custeio administrativo e ao operacional, inclusive pagamento de pessoal e encargos sociais e serviços da dívida.

Os recursos destinados ao atendimento de despesas com investimentos serão prioritariamente aplicados em projetos financiados por agências e organismos internacionais, com cláusulas de contrapartida.

## **2.3 DINAMICIDADE DO PLANO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, TEMPESTIVIDADE E SINERGIA**

### **2.3.1 Dinamicidade do Plano**

A metodologia utilizada para elaboração do plano, permitirá ao Governo adequações imediatas na eventualidade do aparecimento de um fato relevante, que determine a sua alteração.

Assim, a participação direta dos diversos órgãos na elaboração do Plano possibilita a existência de um canal permanente de comunicação com a SEPLAN, tornando o plano um processo integrado, contínuo e dinâmico, ao contrário daqueles elaborados de forma tradicional.

### **2.3.2 Monitoramento e Avaliação**

Está previsto, a cada primeiro trimestre de cada ano subsequente ao da aprovação do Plano, a realização de avaliação do impacto dos resultados obtidos. Esta atividade sob a coordenação da SEPLAN, contará com a participação dos diversos órgãos da Administração Estadual, objetivando a identificação dos problemas e das dificuldades de implementação e alcance das metas pretendidas, bem como a proposta de revisões e correções de rumo para os próximos anos.

A implantação de um sistema de acompanhamento do Plano Plurianual e a realização de revisões anuais no primeiro trimestre, demonstra a intenção do Governo cumprir o que está disposto no artigo 176 da Constituição Estadual, que define o Plano Plurianual como instrumento de Lei orientador da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias e esta, em relação à Proposta Orçamentária.

### 2.3.3 Tempestividade e Sinergia

A metodologia utilizada na elaboração do PPA 1996/99 possibilitou o início de um caminho de continuidade e participação de todos os níveis do Governo, facilitando o ressurgimento do Sistema de Planejamento como instrumento de tomada de decisão na alocação de recursos no curto, médio e longo prazo.

Ainda, em função da formatação adotada, será gerado um processo sinérgico entre os diversos projetos e atividades, possibilitando a maximização dos resultados e representando uma alocação mais eficaz dos escassos recursos, com que contam a sociedade e o Governo alagoano.

## 2.4 FINANCIAMENTO DO PLANO

Qualquer esforço de antevisão em economia, notadamente no que tange a processo de desenvolvimento econômico, cerca-se de grande grau de especulação e incerteza. As dificuldades aumentam em circunstâncias onde trajetórias passadas são de pouca utilidade no exercício, devido às rupturas existentes ou esperadas nas tendências e trajetórias.

Estas condições são facilmente visíveis no Brasil nos últimos 15 anos, onde o país foi objeto de vários planos de ajustamento ortodoxos e heterodoxos, elegeu e alijou presidentes, decretou e suspendeu moratórias, criou e descreiu regras, promulgou uma constituição que, antes mesmo de ser regulamentada, já é objeto de reformas profundas.

Mais ainda, conforme analisado no Anexo I, transformou-se estruturalmente como proposta de Estado, com o aspecto produtor cedendo espaço a uma conotação de gestor. Tudo isto num contexto de crise, escassez de recursos e esforços inauditos (do Estado e da Nação) para a implementação de um programa de ajustamento estrutural capaz de estabilizar os agregados macroeconômicos e monetários.

Nenhum estado do país passou incólume por processo de tal violência e profundidade, e, neste particular, Alagoas - Estado pequeno, ainda pobre e fortemente dependente das políticas públicas globais - é particularmente vulnerável, aspecto que se agrava por gestões recentes, pouco felizes, no encaminhamento de soluções para seus problemas.

Por outro lado, o processo de transformações em marcha sinaliza, de forma positiva, para novas perspectivas no contexto nacional, acenando claramente com a possibilidade de retomada do processo de desenvolvimento econômico e não mais de forma espasmódica e circunstancial como verificado nos dois últimos decênios, mas de forma estável, crescente e duradoura.

Às perspectivas positivas supracitadas somam-se, em primeiro lugar, a crescente recuperação/evolução da capacidade de arrecadação do Estado, e, subseqüentemente, os reflexos positivos oriundos da eficiência da máquina arrecadadora federal, antevendo-se, portanto, uma reversão das tendências negativas anterior-

mente delineadas. Neste cenário, esboça-se um quadro mais promissor para o financiamento do desenvolvimento estadual.

Os comentários acima caracterizam as dificuldades de utilização dos métodos tradicionais de projeção para definir-se os níveis de gastos a que o Estado pode comprometer-se no período abrangido pelo Plano Plurianual, na medida em que a ruptura de tendências da economia gerada pelas novidades em curso, tornam a experiência passada pouco representativa como base de projeção para o futuro. De particular importância, neste aspecto, é o fato de Alagoas ser fortemente dependente de recursos externos para seus investimentos, o que coloca sua economia num nível elevado de dependência das decisões emanadas de Brasília - Congresso Nacional e Poder Executivo - e de Washington - Banco Mundial e BID.

Embora este PPA 1996/1999 explicitamente direcione-se para a superação do inaceitável estado de coisas vigente no Estado, através da concepção dos Macro Programas Prioritários - que tem por objetivo exatamente transformar o indesejado perfil desenhado no Anexo I - a definição dos tetos de gastos anuais torna-se de quantificação particularmente difícil, pelo número de variáveis exógenas intervenientes no processo. Assim, diversos programas prioritários do Governo dependem não apenas de sua vontade política e determinação administrativa, mas também de longos e demorados processos negociais e decisões em outras esferas.

Sob este status abrigam-se programas como o PAPP e os de turismo, dependentes tanto de recursos internacionais quanto da participação da iniciativa privada; a recuperação da agroindústria sucroalcooleira, vinculada a opções empresariais e decisões federais; o desenvolvimento do programa de micro-bacias hidrográficas, ainda em negociações para a obtenção de funding.

Cabe, entretanto, ao executivo estadual, através de sua manifestação de prioridades, definir seu grau de envolvimento e esforço, o que é caracterizado no Anexo IV, através dos quadros de despesas dos diferentes organismos do Estado.

- Rec
- Rec
Sub-
- Rec
REC
- Des
- Des
- Res
DES

## PROJEÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$ 1.000,00 ( JUNHO DE 1995 )		
	1996	1997/99	TOTAL
<b>- Receita não financeira</b>	1.524.046	7.433.523	8.957.569
Transferências correntes	1.015.184	4.025.430	5.040.624
Receita Tributária	501.935	3.357.446	3.859.381
Demais receitas não financeiras	6.927	50.647	57.574
<b>- Receita financeira</b>	251.191	383.527	634.718
Operações de Crédito	244.306	345.832	590.138
Demais receitas financeiras	6.885	37.695	44.580
<b>Sub-Total (Receita do Tesouro)</b>	1.775.237	7.817.050	9.592.287
<b>- Receita da Administração Indireta</b>	288.366	2.087.790	2.376.156
<b>RECEITA TOTAL</b>	2.063.603	9.904.840	11.968.443
<b>- Despesa não financeira</b>	1.919.786	9.722.389	11.642.175
Despesas Correntes	1.288.005	7.591.840	8.879.845
Despesas de Capital exclusive amortizações	631.781	2.130.549	2.762.330
<b>- Despesa financeira</b>	138.317	150.328	288.645
Juros e Encargos	104.746	83.530	188.276
Amortizações	33.571	66.798	100.369
<b>- Reserva de Contingência</b>	5.500	32.123	37.623
<b>DESPESA TOTAL</b>	2.063.603	9.904.840	11.968.443

## 2.5 CONDICIONAMENTO JURÍDICO

As diversas normas e imperativos existentes na Constituição do Estado foram observados na elaboração do presente Plano, com espírito de cumprir e respeitar, com exatidão, a vontade do Legislador.

No campo da Educação a aplicação de recursos, conforme determina o artigo 198, inciso primeiro, com a aplicação de 25% (vinte e cinco por cento) da receita dos impostos, de acordo com a Constituição do Estado.

No campo da Ciência e Tecnologia foi observado o que prescreve a Constituição, artigo 216, no tocante ao percentual de 2% da receita orçamentária para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, com a recomendação expressa de que 5% (cinco por cento), no máximo, desse valor, fosse utilizado para a manutenção dos serviços. Garantiu-se, com isso, que 95% (noventa e cinco por cento) fosse alocado na atividade-fim.

A alocação de 2,5% (dois e meio por cento) do Fundo de Participação do Estado para Composição do FUNED-Fundo Estadual de Desenvolvimento Integrado, baseado na Lei nº 5671, de 01 de fevereiro de 1995.

## 2.5 CONDICIONAMENTO JURÍDICO

As diversas normas e imperativos existentes na Constituição do Estado foram observados na elaboração do presente Plano, com espírito de cumprir e respeitar, com exatidão, a vontade do Legislador.

No campo da Educação a aplicação de recursos, conforme determina o artigo 198, inciso primeiro, com a aplicação de 25% (vinte e cinco por cento) da receita dos impostos, de acordo com a Constituição do Estado.

No campo da Ciência e Tecnologia foi observado o que prescreve a Constituição, artigo 216, no tocante ao percentual de 2% da receita orçamentária para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, com a recomendação expressa de que 5% (cinco por cento), no máximo, desse valor, fosse utilizado para a manutenção dos serviços. Garantiu-se, com isso, que 95% (noventa e cinco por cento) fosse alocado na atividade-fim.

A alocação de 2,5% (dois e meio por cento) do Fundo de Participação do Estado para Composição do FUNED-Fundo Estadual de Desenvolvimento Integrado, baseado na Lei nº 5671, de 01 de fevereiro de 1995.

**ANEXO II - PRIORIDADES, DIRETRIZES  
E PROGRAMAS**

## DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES

A definição de prioridades para o período de 1990-1994 baseia-se no diagnóstico da realidade nacional, contemplada no Livro Ponto Zero e no estudo de viabilidade estratégica elaborado pelo SUTAP em conjunto com a Comissão Europeia, tendo em conta as prioridades de desenvolvimento da investigação e inovação e das outras entidades e instituições.

### AGRICULTURA

Incentivo à produção de produtos agrícolas

Incentivo à produtividade de culturas com vantagens ambientais elevadas

Incentivo à produtividade de outros produtos

Implementação de programas de irrigação do Suroeste

# 1. DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

### CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias menos poluentes e menos intensivas em capital

Apoio à capacitação e modernização tecnológica

### CULTURA

Recuperação e dinamização dos espaços culturais e museológicos

Criação de novas alternativas de apoio à criação artística

Redefinição do papel de museus e bibliotecas

### EDUCAÇÃO

#### 1) ENSINO BÁSICO

Redução das taxas de repetência

Ampliação da oferta de vagas no pré-escolar

Promoção da melhoria das condições de ensino e atendimento escolar

## DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES

A definição de prioridades é um processo fundamental para o planejamento estratégico de uma organização. Ela envolve a identificação das áreas de maior importância e a alocação dos recursos de forma eficiente. Este documento apresenta as prioridades definidas para o período de 1990-1995, com base na realidade nacional contemplada no Livro Roteiro 2000 e na perspectiva de longo prazo da organização. As prioridades são definidas em função da importância da área, da urgência da ação e da disponibilidade de recursos.

### AGRICULTURA

- Incentivo à produtividade da lavoura e criação
- Incentivo à produtividade e qualidade dos produtos agropecuários
- Incentivo à produtividade dos serviços rurais
- Implementação de projetos de irrigação do Sertão

# 1. DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

### Ciência e Tecnologia

- Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias novas com ênfase em setores estratégicos
- Apoio à capacitação e modernização tecnológica

### CULTURA

- Recuperação e desenvolvimento das espécies culturais e costumes
- Criação de novos e atividades de apoio à produção cultural
- Redefinição do papel de museus e bibliotecas

### EDUCAÇÃO

#### 1) ENSINO BÁSICO

- Redução das taxas de repetência
- Ampliação do tempo de aulas no pré-escolar
- Promoção da melhoria dos padrões de ensino e aprendizagem

## DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES

A estratégia de elaboração do Plano Plurianual para o período de 1996-1999 baseou-se na análise da realidade estadual, contemplada no livro Resgate Moral e enriquecida por inúmeras sugestões da sociedade alagoana, feitas durante a campanha eleitoral, através de segmentos da classe política, da comunidade científica e de outras entidades representativas.

### - AGRICULTURA

- . Incentivo à produtividade da lavoura canavieira;
- . Incentivo à produtividade de culturas com vantagens comparativas elevadas;
- . Incentivo à produtividade do setor pesqueiro;
- . Implementação das ações de irrigação do Semi-árido;
- . Promoção da atividade agro-industrial.

### - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- . Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias menos complexas e menos intensivas de capital ;
- . Apoio à capacitação e modernização tecnológica.

### - CULTURA

- . Recuperação e dinamização dos espaços culturais já existentes;
- . Criação de novas alternativas de apoio à produção artística;
- . Redefinição do papel de museus e bibliotecas.

### - EDUCAÇÃO

#### 1)- ENSINO BÁSICO

- . Redução das taxas de repetência;
- . Ampliação da oferta de vagas no pré-escolar;
- . Promoção da melhoria dos padrões de ensino e atendimento escolar.

## 2)- SEGUNDO GRAU

- . Ampliação do número de vagas;
- . Melhoria das condições e da qualidade de ensino;
- . Oferta de ensino profissionalizante voltado, sobretudo, para as áreas de turismo, agricultura e setor serviços.

### - FINANÇAS PÚBLICAS

- . Recuperação do equilíbrio das finanças públicas fundamentado sobretudo na recuperação da capacidade de arrecadação e de aportar recursos externos e na racionalização de despesas.

### - HABITAÇÃO

- . Formação de estoque rotativo de terras públicas;
- . Integração dos programas habitacionais aos programas de saneamento ambiental, de infra-estrutura social e de transportes urbanos, voltados sobretudo para as populações de baixa renda;
- . Apoio aos municípios na formulação de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- . Expansão da política habitacional ao meio rural, para assentamento das populações de baixa renda.

### - INDÚSTRIA

- . Apoio à geração de novos produtos industriais de base agropecuária, agroindustrial e mineral;
- . Difusão, implantação e operacionalização das ações de incentivos fiscais;
- . Apoio ao aproveitamento, para fins industriais, de produtos da agro-indústria sucroalcooleira.

### - SAÚDE

- . Diminuição dos índices de mortalidade infantil;
- . Redução drástica das doenças epidemiológicas;
- . Reativação da central de medicamentos;
- . Expansão e consolidação do SUS em todo território alagoano.

## - JUSTIÇA E SEGURANÇA

- . Aperfeiçoamento de sistema penitenciário;
- . Melhoria da qualidade de atendimento nas áreas de justiça e segurança;
- . Combate a violência e a criminalidade;
- . Apoio à promoção de campanhas de combate a incêndios, segurança no trabalho e no trânsito, de prevenção de acidentes, em defesa dos recursos naturais e de proteção ambiental.

## - MEIO AMBIENTE

- . Ampliação das ações de monitoração e controle do meio ambiente;
- . Promoção de uma ampla e profunda reforma na legislação ambiental do Estado.

## - TURISMO

- . Investimento em infra-estrutura básica e na melhoria dos equipamentos turísticos;
- . Desenvolvimento de estratégias de marketing;
- . Implementação dos Projetos Costa Dourada e Paraíso das Águas;
- . Implantação da infraestrutura rodoviária nas regiões de atuação do PRODETUR.

## - TRANSPORTE

- . Manutenção do sistema rodoviário estadual;
- . Promover a participação do setor privado na implantação de programas voltados para ampliação do sistema rodoviário e do Porto de Maceió, bem como para expansão da telefonia urbana e rural;
- . Ampliação e melhoria do sistema rodoviário estadual.

## - TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

- . Aumento da geração de emprego, fundamentado no estímulo às micro, pequenas e médias empresas nas áreas de agricultura, turismo e serviços;
- . Implementação de um programa de emprego para os chefes de famílias carentes, cujas crianças se encontram em situação de risco social e pessoal;

- . Implementação de política de assistência social nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- . Implementação de política de saúde e educação nutricional para as mães e crianças desde a fase pré-natal;
- . Implementação das ações do Programa Comunidade Solidária a nível do Estado de Alagoas.

**- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- . Reorganização e melhoria da eficiência da Administração Pública e seus serviços.

**- SANEAMENTO BÁSICO**

- . Ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário da capital e interior do Estado.

**- ENERGIA**

- . Ampliação e melhoria do sistema de energia elétrica;
- . Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas;
- . Desenvolvimento de estudos, tendo em vista o aproveitamento de fontes alternativas.

2.

... a partir da análise dos dados estatísticos e da aplicação dos métodos de análise de regressão, o que possibilita a identificação dos fatores que influenciam a ocorrência de eventos. De modo geral, a análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos. A análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos. A análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos.

... a partir da análise dos dados estatísticos e da aplicação dos métodos de análise de regressão, o que possibilita a identificação dos fatores que influenciam a ocorrência de eventos. De modo geral, a análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos.

... a partir da análise dos dados estatísticos e da aplicação dos métodos de análise de regressão, o que possibilita a identificação dos fatores que influenciam a ocorrência de eventos. De modo geral, a análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos. A análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos.

## 2. DEFINIÇÃO DE MACRO-PROJETOS

... a partir da análise dos dados estatísticos e da aplicação dos métodos de análise de regressão, o que possibilita a identificação dos fatores que influenciam a ocorrência de eventos. De modo geral, a análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos.

... a partir da análise dos dados estatísticos e da aplicação dos métodos de análise de regressão, o que possibilita a identificação dos fatores que influenciam a ocorrência de eventos. De modo geral, a análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos. A análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos.

... a partir da análise dos dados estatísticos e da aplicação dos métodos de análise de regressão, o que possibilita a identificação dos fatores que influenciam a ocorrência de eventos. De modo geral, a análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos. A análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos.

... a partir da análise dos dados estatísticos e da aplicação dos métodos de análise de regressão, o que possibilita a identificação dos fatores que influenciam a ocorrência de eventos. De modo geral, a análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos. A análise de regressão é utilizada para determinar o grau de influência de cada fator sobre a ocorrência de eventos.

## 2. DEFINIÇÃO DE MACRO-PROJETOS

## MACRO-PROJETOS PRIORITÁRIOS

Conforme desenhado nos capítulos anteriores deste PPA, o Estado de Alagoas passa por quadratura de particular dificuldade de recursos, o que compromete a implementação de metas mais compatíveis com os níveis de carência de sua população. De não menor importância é o grau de incerteza, quanto a aportes de recursos extra-tesouro do Estado, na medida em que os mesmos independem da vontade política ou mesmo gerencial do executivo local, condicionando-se ao resultado de difíceis negociações e decisões em instâncias externas.

Deste tipo de dificuldade, cria-se, entretanto, um estilo diferente de planejamento.

Em primeiro lugar, há que gerir os recursos sob comando do Estado de forma ótima, maximizando seu efeito multiplicador e potencializando os impactos sociais. Esta estratégia é a de buscar efeitos sinérgicos, de forma que ações singulares somem-se e fertilizem-se, ajudando-se mutuamente na obtenção de resultados que, no todo, superam a simples soma das capacidades individuais.

Em segundo lugar, há que abrir espaço para a contribuição externa ao esforço desenvolvimentista do Estado, porém não de forma pontual e singular - quando não casuística - mas dentro de um contexto mais amplo, abarcando uma estratégia global, ou seja, consistente e coerente.

É dentro destes contornos que o Plano Plurianual 1996 - 1999 é formatado sob a forma de **macro-projetos prioritários**.

A concepção parte da observação trivial de que o mundo real não se conforma dentro de simples quadrículas de organogramas, sendo os problemas a serem superados usualmente multidisciplinares e de implementação envolvendo múltiplas agências. Isto significa a identificação de estratégias de desenvolvimento, cuja implementação abrange diversas entidades, operando de forma consentânea e concertada, contribuindo cada uma em sua esfera de ação administrativa, mas com objetivos globais e de impacto disseminado.

Ademais, de uma maior efetividade, pela coordenação das ações individuais em objetivos globais, a estratégia adotada apresenta como dividendo maior a concentração dos esforços (limitados pelo cerceamento de recursos) em objetivos comuns, e - portanto - sinérgicos. Em outras palavras, busca-se evitar a pulverização das ações e a pontualidade ou casuismo dos gastos, concentrando a capacidade de ação do Estado em projetos capazes de, em relativamente curto prazo, gerarem resultados concretos.

É importante notar, que esta estratégia de ação não significa a concentração do esforço operacional do governo em uns poucos aspectos privilegiados, relegando os demais segmentos da sociedade. Conforme ver-se-á pela descrição dos macro-projetos prioritários, os mesmos contemplam a totalidade territorial do Estado ao mesmo tempo que, representam ações coordenadoras e aglutinadoras de todas as áreas administrativas e beneficiando todas as camadas da sociedade de Alagoas.

Descreve-se, sucintamente, a seguir, os macro-projetos prioritários.

## **1. PROJETO COSTA DOURADA**

Contempla o projeto turístico referente ao litoral norte do Estado, na faixa que vai de Maceió até Maragogi, na fronteira com Pernambuco. Envolve a implantação de um Complexo Turístico (Camaragibe) e tres Centros de Animação Turística, em Paripueira, Porto das Pedras e Maragogi.

O projeto contempla todas as ações inerentes à dotação de atrativos e conforto aos turistas, desde instrumentos normativos e legais a saneamento básico, recuperação de áreas ambientalmente degradadas e dotação e aperfeiçoamento das facilidades infraestruturais indispensáveis, tais como:

- sistema rodoviário;
- sistema de balsas;
- abastecimento d'água;
- esgotamento e tratamento sanitário;
- limpeza urbana;
- energia elétrica;
- telecomunicações;
- pavimentação ou melhoria de vias urbanas;
- saúde;
- educação.

O projeto como um todo prevê um investimento público global a ser efetuado até sua implantação total - em 2010 - de US\$ 330 milhões. Os investimentos predominantes são no sistema rodoviário (cerca de 2/3 do total de desembolsos), seguidos dos gastos em saneamento básico e infraestrutura. Observe-se, que estas estimativas não abarcam a participação privada no projeto, referente à implantação dos equipamentos de acomodação, alimentação e lazer.

O impacto previsto ao final do projeto envolve a criação de 17.250 empregos diretos e 28.250 indiretos, com uma geração de divisas da ordem de US\$ 622,9 milhões anualmente, valor que constituir-se-á em enorme impacto no padrão de vida e de renda dos habitantes da região.

Finalmente, há que ser registrado que, embora sob a coordenação e comando da Secretaria de Turismo do Estado de Alagoas, o projeto envolve quase todos os demais órgãos estaduais como partícipes do esforço conjunto para sua viabilização.

## **2. PROJETO PARAÍSO DAS ÁGUAS**

Constitui-se no rebatimento, para o litoral Sul do Estado, do Projeto Costa Dourada. Os quantitativos de investimentos e benefícios do projeto ainda são objeto de revisão das estimativas, mas grosso modo podem ser considerados de porte se-

melhante ao do projeto anterior. Igualmente sua implementação será coordenada pela Secretaria de Turismo e envolverá toda a estrutura estadual como partícipe.

### **3. PROJETO SURURU**

Abrange as bacias dos rios Paraíba e Mundaú, com extensão de 4.882 km<sup>2</sup>, compreendendo 21 municípios.

O mencionado projeto visa atenuar os efeitos das enchentes cíclicas, melhorar as condições de saneamento básico, gerar emprego e aumentar a renda da população, preservar e restaurar o meio ambiente.

Essas ações estão divididas em 5 (cinco) subprogramas, de maneira bastante integrada, a saber:

**Recursos Hídricos:** prevê a redução dos efeitos das enchentes através da construção de obras de contenção, dragagem dos rios e das lagoas Mundaú e Manguaba.

**Saneamento Básico:** promover a ampliação e melhoria do sistema de abastecimento d'água, implantar sistemas de coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários, além da construção do interceptor lagunar.

**Preservação do Meio Ambiente:** recompor a vegetação das margens dos rios e lagoas contemplados pelo referido projeto; realizar levantamentos topográficos e hidrográficos da barra (encontro das lagoas com o mar); promover a preservação da reserva ecológica de Pedra Talhada e do Parque Municipal de Maceió, além da implementação do Programa de Educação Agrícola-Ambiental.

**Urbanização:** prevê a melhoria e recuperação de áreas urbanas de baixa renda, bem como o controle da poluição dos rios e lagoas e ações de proteção à flora e à fauna da região.

**Estímulo às Atividades Produtivas:** promover a melhoria da base econômica de assentamentos rurais.

A título de investimento global o mencionado projeto está orçado em R\$ 147.468 mil, estando 60% dos recursos assegurados pelo BID.

Este projeto será coordenado pela Secretaria de Planejamento, contando entretanto com a participação dos órgãos com atuação nas diversas áreas contempladas.

### **4. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA O NORDESTE-PROHIDRO-AL**

As ações do PROHIDRO em Alagoas abrange 53 municípios localizados na região do polígono das secas, o que corresponde a uma área de 10.979 km<sup>2</sup> do território alagoano.

Este programa está voltado basicamente para a solução das repercussões negativas das estiagens sobre o homem, os rebanhos e a agricultura da região, de forma a proporcionar uma convivência harmônica entre esses três elementos e a sêca que assola a região semi-árida do Estado. Em seu detalhamento, o referido programa contempla os seguintes segmentos:

- . Adutoras: Compreendendo o canal adutor do Sertão, ampliação do Sistema Adutor do Alto Sertão alagoano, Sistema coletivo na Bacia Leiteira, ampliação do Sistema de abastecimento d'água da Zona do Agreste e a implantação do novo Sistema coletivo de abastecimento d'água, interligando Porto Real do Colégio à Palmeira dos Índios.
- . Construção/recuperação de açudes para fins de abastecimento d'água humano e dos rebanhos.
- . Perfuração, instalação e recuperação de poços.
- . Construção de cacimbões, poços rasos e amazonas.
- . Construção de sistemas, tanques e implúvios.
- . Implantação, ampliação e recuperação de perímetros irrigados.
- . Estudos e Projetos de irrigação e hidro-geológicos, gerenciamento de recursos hídricos.
- . Implantação de uma rede hidro-meteorológica.

O volume global de recursos destinados pelo Governo Federal durante o período de sua execução, 1995 à 1998, é da ordem de R\$ 136.337,8 milhões, constituindo-se desta forma em uma macro ação, cujos rebatimentos favorecerão à melhoria da qualidade de vida das populações mais carentes do Estado. O PROHIDRO-AL está sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Recursos Hídricos e Irrigação, contemplando ações que também serão executadas pelos diversos órgãos da administração pública com atuação na área.

## **ANEXO III - DIAGNÓSTICO, OBJETIVOS, DIRETRIZES SETORIAIS E METAS**

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

## 1. Caracterização do Órgão e Funções principais

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, instituída pela Constituição de 1988, composta por membros eleitos em sufrágio universal pelo povo do Estado de Alagoas, com o objetivo de legislar e fiscalizar o Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas é um órgão colegiado, formado por membros eleitos em sufrágio universal pelo povo do Estado de Alagoas, com o objetivo de legislar e fiscalizar o Poder Executivo. Sua composição é definida pela Constituição e pelo Regimento Interno do órgão.

## 2. Organização da Proposta

As propostas legislativas dentro do planejamento são elaboradas, visando basicamente:

# 1. PODER LEGISLATIVO

Segundo a Assembleia do sistema de representação, que é o sistema de representação da sociedade civil e o sistema de representação da sociedade econômica, favorecendo a ligação entre os poderes.

Segundo a história da Assembleia, visando a sua estrutura e organização, visando a sua estrutura e organização.

Segundo a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, visando a sua estrutura e organização.

Segundo a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, visando a sua estrutura e organização, visando a sua estrutura e organização.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Legislativa, onde a partir da Constituição de 1988, conquistou algumas prerrogativas na tentativa de participar mais do processo de discussão dos grandes problemas nacionais e na perspectiva de poder atender aos reais anseios da sociedade.

A Assembléia Legislativa na tentativa de se inserir nesta nova visão de um parlamento voltado para os interesses da sociedade e, observando, que a harmonia entre os poderes é condição básica para que o Estado cumpra seu real papel de agente de bem estar social, definindo como seu plano de ação, projetos que visam gerar uma maior operacionalidade nas ações legislativas, que resultarão, em última análise, um Estado mais eficiente.

### 2. Detalhamento da Proposta

Os projetos inseridos dentro do Subprograma ação legislativa, visam basicamente dotar a Assembléia, de condições de exercer melhor suas atribuições, a saber:

- . Dotar a Assembléia de um sistema de informatização, que permita o aperfeiçoamento da atividade parlamentar e do processo legislativo, favorecendo a ligação entre os poderes;
- . Resgatar a história da Assembléia, evitando que o tempo destrua o restante do acervo existente;
- . Dotar a Assembléia Legislativa de um espaço físico mais racional;
- . Conquistar um espaço destinado à pesquisa, que irá atender, não só aos senhores Deputados e Funcionários, como também a própria comunidade.

## 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Ao Tribunal de Contas compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos dos poderes do Estado, bem como das entidades da administração indireta, incluídas as fundações, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Suas ações no quadriênio 96/99 deverão estar direcionadas para:

- . Dinamização da fiscalização municipal;
- . Operacionalização da fiscalização da administração financeira, orçamentária, patrimonial e da movimentação de pessoal;
- . Capacitação de recursos humanos;
- . Manutenção dos serviços administrativos e do Conselho Deliberativo.

## 2. Detalhamento da Proposta:

Por outro lado, as propostas deste órgão sinalizam para:

- . Manutenção de suas atividades fins / meios, objetivando o cumprimento de atribuições constitucionais;
- . Aperfeiçoamento de suas atividades no seu todo;
- . Modernização e expansão do Centro de Processamento de Dados, visto agilização e eficácia do controle externo;
- . Intensificação de atividades de fiscalização de procedimentos dos órgãos da administração direta / indireta / fundações, tendo em vista a moralização do serviço público.



### TABELA DE METAS

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
002- Controle Externo				
. Dinamizar a fiscalização municipal	Municípios	91	91	91
. Operacionalizar a administração financeira e orçamentária contábil, operacional, patrimonial e de movimentação de pessoal do Estado	-	-	-	-
. Manter os serviços administrativos do TC	Unid.	1	1	1
. Modernizar a informatização do TC	-	-	-	-
. Manter o Conselho Deliberativo	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
217 - Treinamento de Recursos Humanos				
. Capacitar e treinar Rec. Humanos	Cursos	6	34	40

## 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Constituição do Poder Judiciário de acordo com o artigo 92 da Constituição Federal

Tribunal de Justiça

Corregedoria

Tribunal do Juri e Jurado

Justiça Militar

Conselho Estadual de Magistratura

Cumprimento do Preceito Judicial

Fórum do Mercado

Jurado de

## 2. PODER JUICIÁRIO

Jurado de Entorpecentes

Escola Superior de Magistratura

Jurados de Infância e Juventude

Jurado de Infância e Juventude de Arapiraca

O Plano de Ação do Tribunal de Justiça, a partir de 1993, tem como objetivo:

Aplicar e concluir os processos judiciais pertencentes a toda magistratura do Poder Judiciário.

Melhoria da eficiência administrativa (uma das prioridades do governo estadual), modernizando suas instalações físicas.

O Poder Judiciário como um todo destina-se a aplicação da Lei, independentemente de qualquer distinção de natureza, em ordem a fazer justiça.

## 3. Detalhamento da Proposta:

A proposta de trabalho do Tribunal de Justiça, segundo seus subprogramas, é a seguinte:

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Constituem o Poder Judiciário, os seguintes órgãos:

- . Tribunal de Justiça
- . Corregedoria
- . Tribunal do Júri e Juizado
- . Justiça Militar
- . Conselho Estadual de Magistratura
- . Cumprimento de Decisões Judiciais
- . Fórum de Maceió
- . Juizado de Pequenas Causas
- . Juizado de Entorpecentes
- . Escola Superior de Magistratura
- . Juizado da Infância e Juventude
- . Juizado da Infância e Juventude de Arapiraca

O Plano de Ação do Tribunal de Justiça, a partir de 1996, tem como objetivo:

- . Agilizar e concluir os processos judiciais pertinentes a toda máquina administrativa;
- . Melhoria da eficiência administrativa (uma das prioridades do governo atual), modernizando suas instalações físicas.

O Poder Judiciário como um todo destina-se à aplicação da Lei, indistintamente, com o objetivo maior de, em assim sendo, fazer justiça.

### 2. Detalhamento da Proposta:

A proposta de trabalho do Tribunal de Justiça, segundo seus subprogramas, está assim estruturada:

Informatização do Tribunal de Justiça e a manutenção de suas atividades, para maior celeridade aos processos judiciais e administrativos em tramitação, cuja meta é reorganizar e melhorar a eficiência dos serviços prestados;

Defesa do interesse público no processo judicial, visa a julgar causas de 1ª instância nas comarcas de Maceió e Interior do Estado, contribuindo assim, para a conclusão eficaz de processos criminais e cíveis;

Processos e causas pertinentes a entorpecentes, da comarca de Maceió. Visa a combater a prática ilegal de tóxicos, garantindo a tranquilidade da sociedade;

Coordenar e executar os serviços administrativos do Poder Judiciário. Sua meta volta-se para a organização e eficiência administrativa;

Construção dos edifícios do Fórum de Maceió e do Tribunal de Justiça, objetivando melhores condições de trabalho, em busca da qualidade de seus serviços;

Manutenção da Escola Estadual de Magistratura, para reciclagem de seu corpo de magistrados. Esta direcionada, portanto, para a atuação segura e eficaz desse conjunto de profissionais;

Prestação de assistência ao menor abandonado das comarcas de Maceió e Arapiraca. Atua na ressocialização de menores marginalizados, reintegrando-os à sociedade.

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
013- Ação judiciária				
. Informatizar o Tribunal de Justiça	Unid.	1	1	1
. Manter as atividades Judiciárias do TJ	Unid.	1	1	1
. Manter a Corregedoria Geral de Justiça	Unid.	1	1	1
. Manter os Tribunais de Juri e Juizados	-	-	-	-
. Manter a Justiça Militar	Unid.	1	1	1
. Manter o Conselho Estadual da Magistratura	Unid.	1	1	1
. Cumprir Decisões Judiciais	-	-	-	-
014- Defesa do Interesse Público no Processo judiciário				
. Manter o Fórum de Maceió	Unid.	1	1	1
. Manter os Fóruns do Interior	-	-	-	-
. Manter Juizados de Pequenas Causas de Maceió	Unid.	1	1	1
015- Custódia e Reintegração Social				
. Manter as atividades do Juizado P. de Entorpecentes de Maceió	Unid.	1	1	1
483- Assistência ao Menor				
. Manter o Juizado da Infância e Juventude de Maceió	Unid.	1	1	1
. Manter o Juizado de Menores de Arapiraca	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do TJ	Unid.	1	1	1
025- Edificações Públicas				
. Construir o Fórum de Maceió	Prédio	1	1	1
. Construir o Tribunal de Justiça	Prédio	1	1	1
206- Ensino de Pós-Graduação				
. Manter a Escola S. da Magistratura	Unid.	1	1	1

## SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Criada pela Lei Estadual de nº 3284 de 13 de junho de 1973, com a finalidade principal de assegurar o efetivo planejamento e coordenação das ações do governo, tendo como órgãos vinculados: FUNGLAF, FUNEC e COHAB.

A Secretaria para Assuntos do Gabinete Civil tem como objetivos principais:

- . Propiciar meios para que as metas do governo sejam alcançadas;
- . Desenvolver trabalhos na área social;
- . Acompanhar e orientar a política administrativa do órgão.

### 2. Detalhamento da Proposta

Para um melhor acompanhamento da política governamental a Secretaria conta com vários programas, para que suas áreas sejam amplamente realizadas:

- . Assessoria Governamental;
- . Administração Geral;
- . Assistência ao Menor;
- . Conselho Penitenciário.

Com relação aos seus órgãos vinculados ressaltam-se os seguintes aspectos:

## FUNDAÇÃO GOVERNADOR LAMENHA FILHO

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A FUNGLAF foi criada pela Lei Estadual sob o nº 2.843 de 30 de dezembro de 1966, com a finalidade de dotar o Estado de condições adequadas ao atendimento médico-hospitalar da população.

É da competência da Fundação, realizar uma articulação efetiva entre as instituições de saúde, com área de abrangência em todo o Estado.

## 2. Detalhamento da Proposta

### Objetivos:

- . Manutenção satisfatória de todos os órgãos que compõem o complexo hospitalar da Fundação;
- . Cumprir os contratos de parcelamento dos encargos;
- . Permitir que toda população tenha acesso ao atendimento médico;
- . Tratamento do lixo hospitalar;
- . Introdução de moderna tecnologia, que propicie a obtenção de diagnósticos médicos mais precisos.

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

É um órgão que tem como função prioritária, manter diversos cursos nas áreas de graduação e pós graduação (atividades-fim), tendo sido criado pela Lei Estadual nº 5119 de 12 de janeiro de 1991. Sua atividade-meio reside na manutenção do ensino e da área administrativa de sua competência.

A FUNESA tem como sua principal atribuição, manter a Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca, a quem cabe a oferta de cursos de nível superior de ensino.

### 2. Detalhamento da Proposta

- . Proporcionar melhores condições de trabalho, nas áreas de ensino e pesquisa;
- . Oferecer melhores condições de ensino à sua clientela;
- . Informatização do complexo Administrativo da FUNESA;
- . Proporcionar cursos de capacitação de pessoal.

## COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Sociedade de Economia Mista, criada de acordo com a Lei Estadual nº 2777 de 25 de maio de 1966, órgão coordenador e executor da política habitacional popular do Estado de Alagoas, com o intuito de elevar o padrão habitacional e o bem-estar da população.

A COHAB tem como objetivos principais:

- . Produção e comercialização de unidades habitacionais;
- . Apoio a programas e projetos de desenvolvimento.

### 2. Detalhamento da Proposta

- . Produção e Comercialização de Unidades Habitacionais ;
- . Construção de infra-estrutura de Conjuntos Habitacionais e Favelas;
- . Urbanização da Lagoa do Oiteiro;
- . Viabilização de programas integrados na área de sua competência.

**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
020- Supervisão e Coordenação Superior	-	-	-	-
Assessoria Governamental	-	-	-	-
Assegurar um perfeito relacionamento entre os Poderes	-	-	-	-
Manter as atividades do Conselho Penitenciário	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
Manter as atividades do Conselho Estadual de Trânsito	Unid.	1	1	1
483- Assistência ao Menor				
Manter o Conselho da Criança e do Adolescente	Unid.	1	1	1

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO GOVERNADOR LAMENHA FILHO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
428- Assistência Médica e Sanitária				
. Manter os serviços da Casa Maternal Santa Mônica	Unid.	1	1	1
. Manter as atividades da unidade de emergência Dr. Armando Lages	Unid.	1	1	1
. Manter as atividades do Hospital José Carneiro	Unid.	1	1	1
. Manter as atividades do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Alagoas	Unid.	1	1	1
429- Controle de Doenças Transmissíveis				
. Adquirir um incinerador para tratamento do lixo hospitalar	Unid.	1	1	1
431- Produtos Profiláticos e Farmacêuticos				
. Reequipar o setor de radiologia do do Hospital José Carneiro com um equipamento de ultra-sonografia	Unid.	-	1	1
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
. Manter os serviços administrativos da Escola de Ciências Médicas	Unid.	1	1	1
. Cumprir decisões judiciais	-	-	-	-
033- Dívida Interna				
. Promover o pagamento da dívida interna do IAPAS E FGTS	-	-	-	-

**TABELA DE METAS**

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Outros Subprogramas				
217- Treinamento de Recursos Humanos . Capacitar Recursos Humanos	Cursos	3	17	20
025- Edificações Públicas . Ampliar e reformar o Centro Administrativo	M2	5.316	9.654	14.970
024- Processamento de Dados . Informatizar o Complexo Administrativo	Unid.	2	3	5
022- Documentação e Bibliografia . Reorganizar a Biblioteca	Unid.	1	1	1
205- Ensino de Graduação . Manter as atividades administrativas do Órgão	Unid.	1	1	1

**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE ALAGOAS**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
316- Habitações Urbanas				
. Construir conjuntos Habitacionais				
Palmeira dos Índios	Unid. Habitacionais	221	-	221
Arapiraca	Unid. Habitacionais	186	703	889
Maceió	Unid. Habitacionais	2.478	3.518	5.996
Coruripe	Unid. Habitacionais	-	120	120
. Construir unidades habitacionais através de Sistemas Mutirão				
	Unid. Habitacionais	184	9.016	9.200
. Manter os Serviços Administrativos do Órgão				
	Unid.	1	1	1
323- Planejamento Urbano				
. Produzir e comercializar lotes urbanizados				
	Lotes	750	750	1.500
. Dotar as favelas de infra-estrutura básica				
	Favelas	-	2	2
. Urbanizar a Lagoa do Oiteiro		-	-	-
183- Programação Especial (Programas de integração rural)				
. Promover os serviços de infra-estrutura e equipamentos comunitários				
	Micro-regiões	2	4	6

## CASA MILITAR

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Casa Militar é um órgão integrado à estrutura básica do Gabinete do Governador, por termos da Lei Estadual de N° 2843, de 28 de julho de 1960.

A finalidade precípua da Casa Militar, é assessorar o chefe do Poder Executivo, nos assuntos de natureza militar ou policial militar, proporcionando segurança pessoal e familiar, bem como de outras autoridades.

### 2. Detalhamento da Proposta

Fazem parte das atribuições da Casa Militar as seguintes propostas:

. Manter e zelar pela segurança do Palácio do Governo e de outros lugares em que se encontre o Chefe do Poder Executivo;

. Preparar e coordenar a execução das viagens governamentais em articulação com o Gabinete Civil;

. Representar o Governador do Estado em cerimônias especiais.



## AUDITORIA GERAL DO ESTADO

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Com a finalidade de exercer o controle interno de auditoria dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, foi criada a Auditoria Geral do Estado, de acordo com a Lei Estadual nº 2843 / 66.

Tendo em vista a característica de trabalho da Auditoria, ela em sua função precípua, mantém permanentemente um programa que abranja a todas as unidades de governo, na busca da conscientização para com a coisa pública, com orientação às diversas unidades administrativas do governo:

- . Matéria contábil;
- . Análise das receitas e despesas decorrentes de convênios;
- . Inspeções, auditorias, exames e verificação em toda Administração Estadual Direta, Indireta e Fundacional Pública.

### 2. Detalhamento da Proposta

Buscando sempre atingir um grau satisfatório no desempenho de suas funções, com o subprograma Administração Geral e a atividade manutenção, inspeciona o comportamento administrativo na gerência de receitas e aplicação de gastos públicos no âmbito do Governo do Estado, tornando dessa forma eficaz o desempenho da Administração Pública.



## GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

### 1. Caracterização do Órgão/ Plano de Ação

O Gabinete do Vice-Governador, criado pela Lei N° 3422 de 11 de abril de 1975, tem como sua atribuição primordial, assistir ao Vice-Governador, no desempenho de suas atividades e atribuições legais.

O Gabinete do Vice-Governador procura, dentro de suas atribuições, prestar assessoramento técnico e jurídico a nível de gabinetes e chefias do poder executivo e dos respectivos secretários e demais órgãos do poder executivo.

### 2. Detalhamento da Proposta

Serão desenvolvidas ações de caráter administrativo, que tem como objetivo a manutenção das atividades do Gabinete da Vice-Governadoria do Estado de Alagoas, desdobrando nas seguintes propostas:

- . Assessorar técnica e juridicamente as Secretarias do Estado e demais órgãos vinculados;
- . Articulação Político - Administrativa com os poderes Legislativo e Judiciário.

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Procuradoria Geral de Justiça é o órgão abrangente de todas as Promotorias de Justiça do Estado de Alagoas, e tem a primordial obrigação de ofertar as condições dignas de trabalho para atingir todas as suas atividades, cujo objetivo consiste no bem estar social, inclusive o aperfeiçoamento técnico do seu quadro de pessoal e manutenção dos respectivos bens.

Tem o Ministério Público Estadual inúmeras atribuições, primordialmente no que se refere a "persecutio crimines", bem como defesa dos direitos sociais, da criança e do adolescente, do idoso, do consumidor, do combate à sonegação fiscal e preservação do meio ambiente, isolado ou conjuntamente com outras entidades.

### 2. Detalhamento da Proposta

Os objetivos pertinentes à Procuradoria Geral ou Justiça, resumem-se basicamente em:

- . Ampliação do Edifício sede para que às condições mínimas de trabalho sejam atendidas;
- . Controle de todo o material fornecido às diversas promotorias existentes na sua sede própria, e controle de todo o material fornecido às diversas promotorias existentes;
- . Envidar esforços para efetiva implementação das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente;
- . Combater a prostituição infantil;
- . Aplicação da Lei principal que estabelece normas para o transporte urbano para deficientes físicos e idosos;
- . Criar sistema integrado de correção à degradação ambiental;
- . Combater a comercialização e a utilização irregular de produtos agrotóxicos;
- . Intensificar medidas destinadas ao efetivo combate à criminalidade, especialmente na violação aos direitos humanos.



## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Procuradoria Geral de Justiça é o órgão abrangente de todas as Promotorias de Justiça do Estado de Alagoas, e tem a primordial obrigação de ofertar as condições dignas de trabalho para atingir todas as suas atividades, cujo objetivo consiste no bem estar social, inclusive o aperfeiçoamento técnico do seu quadro de pessoal e manutenção dos respectivos bens.

Tem o Ministério Público Estadual inúmeras atribuições, primordialmente no que se refere a "persecutio crimines", bem como defesa dos direitos sociais, da criança e do adolescente, do idoso, do consumidor, do combate à sonegação fiscal e preservação do meio ambiente, isolado ou conjuntamente com outras entidades.

### 2. Detalhamento da Proposta

Os objetivos pertinentes à Procuradoria Geral ou Justiça, resumem-se basicamente em:

- . Ampliação do Edifício sede para que às condições mínimas de trabalho se jam atendidas;
- . Controle de todo o material fornecido às diversas promotorias existentes na sua sede própria, e controle de todo o material fornecido às diversas promotorias existentes;
- . Envidar esforços para efetiva implementação das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente;
- . Combater a prostituição infantil;
- . Aplicação da Lei principal que estabelece normas para o transporte urbano para deficientes físicos e idosos;
- . Criar sistema integrado de correção à degradação ambiental;
- . Combater a comercialização e a utilização irregular de produtos agrotóxicos;
- . Intensificar medidas destinadas ao efetivo combate à criminalidade, especialmente na violação aos direitos humanos .

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
020- Supervisão e Coordenação Superior				
. Manter o Gabinete	Unid.	1	1	1
. Correições Ordinárias e Extraordinárias	-	-	-	-
Outros Subprogramas				
024- Processamento de Dados				
. Manter o Departamento de Informática	Unid.	1	1	1
021- Administração Geral				
. Manter as Promotorias no Interior	-	-	-	-
. Manter os serviços administrativos	-	-	-	-
. Manter a Coordenação da Defesa dos direitos da Cidadania	Unid.	1	1	1
025- Edificações Públicas				
. Ampliar e recuperar o prédio sede da P.G.J	M2	-	1.400	1.400
206- Ensino de Pós Graduação				
. Manter a Escola Superior do M. Público	Unid.	1	1	1

## CORPO DE BOMBEIROS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

O Corpo de Bombeiros Militar é uma instituição permanente e força auxiliar e reserva do Exército, administrativa e operacionalmente subordinado ao Governador do Estado. Competindo-lhe as ações de planejamento, coordenação e execução das atividades de prevenção e extinção de incêndios, bem como busca e salvamento e de Defesa Civil.

São ações pertinentes ao Corpo de Bombeiros Militar:

- . Realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- . Realizar serviços de busca e salvamento;
- . Prestar socorro nos casos de sinistro;
- . Realizar serviços de socorro e emergência voltados para o atendimento do pré-hospitalar;
- . Participar de campanhas educativas na sua área e executar as atividades de Defesa Civil.

### 2. Detalhamento da Proposta

- . Reequipamento e construção de quartéis em pontos estratégicos da capital e do interior;
- . Viabilização da assistência médica e odontológica, atualmente em situação precária, tendo em vista à desvinculação da Polícia Militar.

TABELA DE METAS

## ÓRGÃO: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
178- Defesa Contra Sinistros				
. Ampliar a capacidade operacional do Corpo de Bombeiros Militar	Unid.	2	14	16
. Construir Quartéis de Bombeiros	Unid.	1	5	6
. Manter os serviços do Corpo de bombeiros Militar	Unid.	1	1	1
486- Assistência Social Geral				
. Manter as atividades inerentes da Comissão de Defesa Civil	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
428- Assistência Médica Sanitária				
. Implantar policlinica da CBMAL	Unid.	1	-	1
. Manter as atividades de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar	Unid.	1	-	1

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Procuradoria Geral do Estado criada pela Lei 4.233 de 30 de dezembro de 1980, representa o Poder Executivo e a Fazenda Estadual em processos judiciais em que figure como autor, réu, assistente ou oponente.

A Procuradoria Geral do Estado, dentro da finalidade a que se destina, se propõe a participar de todo o processo de reforma administrativa pela qual passa o setor público atualmente.

A visão de funcionalidade do órgão deve ser observada como um meio necessário, para que toda essa reforma venha a acontecer baseada em instrumentos legais.

### 2. Detalhamento da Proposta

Entre os objetivos que a Procuradoria procura alcançar em sua proposta, podemos ressaltar:

- . Proporcionar aos servidores da PGE, oportunidade de treinamento;
- . Prestar assessoramento ao Governo do Estado em assuntos de natureza jurídica;
- . Conceder representação judiciária ao Estado de Alagoas;
- . Construir um sistema de informação atualizado, flexível e não dispendioso, que permita o acesso rápido ao material que consta no acervo bibliotecário.

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
014- Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário				
. Representação Judiciária do Estado	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
020- Supervisão e Coordenação Superior				
. Assessoria Jurídica do Governo	Unid.	1	1	1
022- Documentação e Bibliografia				
. Reorganizar a biblioteca	Unid.	1	1	1
024- Processamento de Dados				
. Sistema de informações judiciais	Unid.	1	1	1
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Capacitar e Treinar Rec. Humanos	Cursos	-	-	-
025- Edificações Públicas				
. Ampliar e Recuperar o prédio do PGE	M <sup>2</sup>	-	3.368	3.368

## PROCURADORIA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Criada pela Lei Estadual nº 2932 de 17 de setembro de 1968, tem a finalidade de defender a Administração Pública perante o Tribunal de Contas. Como sendo órgão de representação do Ministério Público, na observância de suas múltiplas atribuições, constitucionalmente definidas e legalmente instituídas, representa os legítimos interesses da Administração e da Fazenda Pública Estadual.

É da competência da Procuradoria;

Controlar, acompanhar e avaliar o emprego dos recursos públicos, nas esferas estadual e municipal, sob enfoques jurídicos, financeiro-orçamentário, operacional e patrimonial, inclusive no que diz respeito às admissões de pessoal.

### 2. Detalhamento da Proposta

Com a finalidade de assegurar eficácia ao controle, acompanhamento e avaliação do emprego dos recursos públicos, apresenta o subprograma Administração Geral, com a atividade Dinamização das Atividades da Procuradoria, tendo em vista o desempenho de suas atribuições.



## POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Polícia Militar do Estado de Alagoas, regida pela Lei N° 3116 de 20 de outubro de 1970, tendo como finalidade, manter a ordem pública e a segurança do Estado, como força Militar e Reserva do Exército Nacional.

A Polícia Militar, na sua estrutura organizacional é composta de: Batalhões, Diretorias, Secções e Órgãos de Formação Profissional, estando diretamente subordinada ao Gabinete do Governador.

As ações da Polícia estendem-se:

- . Aos serviços de normas de trânsitos;
- . Guardas Florestais;
- . E outras, atingindo todo o Estado de Alagoas.

Nestes próximos quatro (04) anos, construir quartéis e reequipar a corporação serão as principais ações a serem desenvolvidas, com a finalidade de cumprir sua missão e, conseqüentemente, efetuar a prevenção ao delito, que lhe compete, de conformidade com o art. 144, parágrafo 5°, da Constituição da República Federativa do Brasil.

### 2. Detalhamento da Proposta

- . Dotar a Polícia Militar de condições necessárias à consecução de sua atividade fim;
- . Proporcionar melhorias ou espaço físico necessário ao desenvolvimento das atividades;
- . Proporcionar melhores condições às repartições do comando geral, nas tarefas de planejamento e coordenação a nível estratégico;
- . Proporcionar melhores condições de saúde e um bom atendimento médico, odontológico, veterinário e laboratorial no âmbito da corporação;
- . Proporcionar uma melhor formação profissional no ensino e instrução de tropa.

## POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Polícia Militar do Estado de Alagoas, regida pela Lei N° 3116 de 20 de outubro de 1970, tendo como finalidade, manter a ordem pública e a segurança do Estado, como força Militar e Reserva do Exército Nacional.

A Polícia Militar, na sua estrutura organizacional é composta de: Batalhões, Diretorias, Secções e Órgãos de Formação Profissional, estando diretamente subordinada ao Gabinete do Governador.

As ações da Polícia estendem-se:

- . Aos serviços de normas de trânsitos;
- . Guardas Florestais;
- . E outras, atingindo todo o Estado de Alagoas.

Nestes próximos quatro (04) anos, construir quartéis e reequipar a corporação serão as principais ações a serem desenvolvidas, com a finalidade de cumprir sua missão e, conseqüentemente, efetuar a prevenção ao delito, que lhe compete, de conformidade com o art. 144, parágrafo 5°, da Constituição da República Federativa do Brasil.

### 2. Detalhamento da Proposta

- . Dotar a Polícia Militar de condições necessárias à consecução de sua atividade fim;
- . Proporcionar melhorias ou espaço físico necessário ao desenvolvimento das atividades;
- . Proporcionar melhores condições às repartições do comando geral, nas tarefas de planejamento e coordenação a nível estratégico;
- . Proporcionar melhores condições de saúde e um bom atendimento médico, odontológico, veterinário e laboratorial no âmbito da corporação;
- . Proporcionar uma melhor formação profissional no ensino e instrução de tropa.

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
117- Policiamento Militar				
. Reequipar a PM	Viatura	60	220	280
	Armamento	500	2.020	2.520
	Munição	70.000	370.000	440.000
	Rádios	60	420	480
	Telefones	5	35	40
	Computadores	5	35	40
	Impressoras	5	35	40
	Helicópteros	-	1	1
. Reformar Quartéis	M2	3.000	13.000	16.000
. Construir Quartéis	Quartel	1	3	4
. Manter Comandos	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administ. da PM	Unid.	1	1	1
205- Ensino de Graduação				
. Manter a Academia Militar	Unid.	1	1	1
215- Ensino de Qualificação				
. Manter o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças	Unid.	1	1	1
188- Ensino Regular				
. Manter o Colégio Tiradentes	Unid.	1	1	1
428- Assistência Médica e Sanitária				
. Manter a Diretoria de Saúde	Unid.	1	1	1

## SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

À Secretaria do Trabalho e Ação Social compete atuar no sentido de promover o bem-estar social no Estado de Alagoas.

A SETAS-AL tem como entidades vinculadas a Fundação Alagoana do Trabalho e Desenvolvimento de Comunidades - FUNDEC e a Fundação Estadual de Apoio à Criança e ao Adolescente - FUNDAC

Esta Secretaria está voltada para as seguintes ações:

- . Assistir a força-de-trabalho do Estado, em termos de organização, utilização, qualificação e reintegração;
- . Criação de trabalhos comunitários;
- . Estimular e orientar a distribuição da força-de-trabalho em órgãos representativos de classe;
- . Assistir a órgãos cooperativos e artesanais;
- . Coordenar programas/projetos nos limites de sua competência.

### 2. Detalhamento da Proposta

Trata-se tão somente do cumprimento dos encargos sociais e administrativos, ou seja, a manutenção e conservação das instalações necessárias ao desenvolvimento da estrutura político-técnica e financeira, a fim de implementar os trabalhos na área social do Estado.

## FUNDAÇÃO ALAGOANA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A FUNDEC tem como finalidade promover, coordenar e implementar programas de Capacitação Profissional, Geração de Empregos e Renda, Habitação, Artesanato, Intermediação de mão-de-obra, Seguro-desemprego, Segurança Alimentar, entre outros.

Desenvolve ações governamentais no campo da promoção e assistência social, mediante:

- . Promoção, criação e ou fortalecimento de atividades produtivas de baixa densidade de capital;
- . Formação e qualificação de mão-de-obra;
- . Fomento ao artesanato local;
- . Execução e acompanhamento de serviços assistenciais;
- . Erradicação de núcleos habitacionais sub-normais/provisórios e construção\* de moradias em condições de habitabilidade;
- . Reingresso do trabalhador desempregado ao mercado de trabalho;
- . Difusão de métodos de segurança e higiene do trabalho;
- . Programa de Segurança Alimentar;
- . Fortalecimento das ações desenvolvidas no âmbito dos Centros Sociais Urbanos.

## 2. Detalhamento da Proposta

A FUNDEC atuará a partir das seguintes propostas:

- . Preparo de mão-de-obra profissional;  
Metas: treinar 25.652 trabalhadores desempregados; encaminhar 26.845 trabalhadores oriundos das áreas de intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego, para instituições treinadoras; treinar 2.041 pessoas na modalidade Capacitação Profissional.
- . Manutenção da Coordenação Estadual do Sistema Nacional de Emprego-SINE;  
Metas: instalação de 13 postos (capital e interior do Estado); encaminhamento, para qualificação, de 2.000 trabalhadores; encaminhamento de 17.438 trabalhadores para emprego; captação de 12.000 vagas; colocação de 9.000 trabalhadores no mercado de trabalho; promover 03 cursos na área de intermediação; promoção de 04 cursos para treinamento de 52 agentes de seguros; encaminhamento de 24.850 trabalhadores para qualificação / reciclagem.
- . Prevenção de acidentes de trabalho;  
Metas: reduzir em 50% o número de acidentes de trabalho; habilitar 100 técnicos em segurança; imprimir 10.000 cartilhas com normas de segurança e saúde do trabalho; adquirir equipamentos para treinamento de trabalhadores a respeito de prevenção de acidentes / primeiros socorros.
- . Desenvolvimento do artesanato local;  
Metas: atendimento a 1.960 artesãos/ano; realização de 20 cursos de formação e aperfeiçoamento profissional; implantação de 12 formas de associação e/ ou cooperativas de artesãos; garantir a participação de técnicos e

artesanos em 12 feiras e mostras; promoção de 16 exposições nos hotéis da Capital; elaboração de 20.000 exemplares de catálogos do artesanato alagoano; reformar e equipar 3 lojas para comercialização de produtos artesanais; concluir a construção da Casa do Artesanato.

Segurança alimentar;

Metas: instalar 14 unidades produtivas em municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária, beneficiando 65.000 famílias; produzir 2.156.000 refeições-mês a serem distribuídas em vários municípios alagoanos; adequar espaços físicos para instalação das unidades produtivas de alimentos.

Geração de emprego e renda;

Metas: instalação de 756 unidades de produção e/ou serviço vinculadas ao setor informal; instalação de 535 micro e pequenas empresas; atender 1.055 associados de cooperativas e associações; gerar em torno de 3.772 empregos.

Assistência comunitária.

Metas: assessoramento de 1.200 entidades comunitárias; apoio a 12 grupos de idosos com atividades voltadas para ressocialização e lazer; apoio a 30.000 comunitários nas áreas de cultura, lazer e esporte; recuperar e manter as instalações de 07 Centros Sociais Urbanos da Capital e do Interior do Estado; apoiar a construção de 14 Centros para comercialização de pescado; construção de 8.000 habitações populares; viabilizar, em conjunto com o Conselho Regional de Serviço Social, a instituição dos Conselhos e Fundo Estadual e Municipal de Assistência Social; viabilizar a realização de 8 eventos (seminários).

## **FUNDAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE ALAGOAS**

### **1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação**

O Plano Plurianual do Governo do Estado de Alagoas, obedecendo à Lei 5.356 / 92 que ordena Programas de Atendimento à População Infante-Juvenil no âmbito do Estado de Alagoas, estabelece a ação da FUNDAC-AL em duas linhas básicas:

Atendimento direto, através de unidade de retargada;

Apoio sócio-pedagógico para implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 / 90).

Essas ações se concretizam mediante assessoramento técnico na implantação dos Conselhos Municipais e Tutelares de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e às Instituições de Atendimento, no âmbito público e particular.

Dessa forma, a FUNDAC - AL visa a proporcionar o desenvolvimento das políticas de Assistência Social, de garantia de direitos e de proteção especial na área da Criança e do Adolescente, em articulação com as Políticas Sociais básicas desenvolvidas pelo Estado e municípios, através da orientação técnico-pedagógica específica e de manutenção de estruturas de retaguarda.

## 2. Detalhamento da Proposta

Suas propostas dizem respeito a:

- . Atendimento direto à crianças e adolescentes em situação de violação de direitos;  
Metas: pesquisas sobre a situação de crianças e adolescentes, no período 96/99, em número de quatro (04); apoio sócio-familiar (750 famílias); re-cambiamento de crianças de outros estados/municípios ( em torno de 900 crianças).
- . Atendimento direto à crianças de 0 a 6 anos de idade, com referência familiar, através de Creches Convencionais;  
Metas: manutenção de creches (13/ano); supervisão técnico-sistemáticas (280/ano); treinamentos específicos (14 no decorrer de 4 anos); realização de palestras, seminários, etc, com as famílias envolvidas (6/ano).
- . Formação pedagógica e profissional de jovens em situação de risco social e/ ou pessoal;
- . Coordenação de apoio integrado à crianças e adolescentes, através do PROGENTE - Programas Comunitários de Produção e Geração de Renda;  
Metas: implantação de Centro Unificado de Treinamento para jovens: (1 em 1996); realização de cursos de formação pedagógica e profissional para jovens (122, no quadriênio 96/97); supervisão técnico-sistemática às Unidades de Trabalho (109, no período 96/99); seminários (9, no decorrer 96/99); publicações (11 ao todo, no período 96/99); manutenção de oficinas (9/ano); recuperação de oficinas (3 em 1996); manutenção de abrigos (4/ano); realização de cursos/seminários (14, no decorrer 96/99).
- . Coordenação de apoio sócio-pedagógico;  
Metas: deslocamento das equipes técnicas; realização de seminários / encontros (24 no quadriênio 96/99); realização de cursos (12, no período 96/99); aquisição de equipamentos (5 p/ 1996).
- . Manutenção das atividades do órgão;
- . Treinamentos de recursos humanos da instituição.  
Metas: realização de cursos (16, durante 96/99).



**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ALAGOANA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
215- Curso de Qualificação				
Preparar mão de obra profissional				
Treinar desempregados	Trabalhadores	3.689	21.963	25.652
Encaminhar trabalhadores p/Inst. treinadoras	Trabalhadores	3.908	22.943	26.851
Capacitar profissionais	Pessoas	300	1.741	2.041
470- Seguro Desemprego				
Manut. da Coord. Estadual do SINE				
Encaminhar trabalhadores p/qualificação profissional	Trabalhadores	500	1.500	2.000
Encaminhar para empregos	Trabalhadores	3.662	13.776	17.438
Captar empregos junto às empresas	Vagas	2.510	9.490	12.000
Colocar trabalhadores no mercado de trabalho	Trabalhadores	1.953	7.047	9.000
Encaminhar trabalhadores p/qualificação/reciclagem	Trabalhadores	5.355	19.495	24.850
480- Prevenção de Acidentes de Trabalho				
Reduzir acidentes de trabalho		-	-	-
Habilitar técnicos em segurança	Técnicos	25	75	100
Imprimir/distribuir (notas de segurança e saúde)	Cartilhas	2.500	7.500	10.000
486- Assistência Social Geral				
Desenvolvimento do artesanato				
Concluir a construção da Casa do Artesão	Casa	1	1	1
Formar e aperfeiçoar profissionais	Artesãos	600	7.240	7.840
Apoiar e orientar implant. de Assoc. e /ou Cooperativas	Assoc./Cooperat.	1	11	12
Garantir a participação de técnicos e artesãos em eventos	Feiras	1	11	12
Promover exposições de prod. artesanais	Mostras	1	15	16
Editar catálogo do artesão alagoano	Catálogos	1.700	18.300	20.000
Reformar/equipar lojas comerc. de produtos artesanais	Lojas	1	2	3
Geração de Emprego e Renda				
Apoiar Instalação de Unidade de Produção e serviço	Unid.	160	596	756
Apoiar instalação de Micro/pequenas Empresas	Unid.	100	435	535

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ALAGOANA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Geração de Emprego e Renda (continuação)				
Apoiar instalação de unid. de produção e serviço	Unid.	160	596	756
Apoiar instalação de micro/pequena empresa	Unid.	100	435	535
Atender associados de Cooperativas e Associações	Associados	190	865	1.055
Gerar empregos	Empregos	918	2.854	3.772
Segurança Alimentar				
Instalar unidades produtivas de alimento	Unid.	10	4	14
Produzir refeições p/distribuir no Estado	Refeições	20.000.000	83.488.000	103.488.000
Beneficiar famílias do Prog. Comunidade Solidária	Famílias	50.000	65.000	65.000
487- Assistência Comunitária				
Organização Comunitária				
Construir habitações populares	Habitação	290	7.710	8.000
Apoiar a construção de centros para comerciante de pesca	Centros	2	12	14
Manter e recuperar Centros Sociais Urbanos	Centros	7	7	7
Assessorar entidades comunitárias	Entidades	30	1.170	1.200
Apoiar grupos de idosos	Grupos	3	11	14
Apoiar comunitários nas áreas de cult. e lazer	Comunitários	700	29.300	30.000
Viabilizar realização de eventos	Simpósios	1	7	8
Viabilizar Instituição dos Conselhos e Fundo Estadual/Municipal de Assistência Social	-	-	-	-
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
Manter as atividades do Órgão	Unid.	1	1	1
033- Dívida Interna				
Pagamento do principal e encargos da Dívida Interna do IAPAS e FGTS	-	-	-	-

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
483- Assistência ao Menor				
Coord. de Orientação Social				
Elaborar Pesquisa sobre a Situação do Menor	Pesquisa	1	3	4
Promover o Apoio Sócio-Familiar	Famílias	80	200	200
Promover o Atendimento ao Menor	Crianças	130	770	900
Coord. de Ação Sócio-Preventiva				
Manter as Creches	Creches	13	13	13
Capacitar Recreadoras e Atendentes	Treinamento	2	12	14
Orientar às Famílias	Seminários	3	21	24
Coord. de Assistência Integrada				
Manter as unidades de produção/profissionalização	Oficina	9	9	9
Recuperar/adequar as unidades de produção/profissionalização	Oficina	1	2	3
Manter Abrigos	Abrigos	4	4	4
Capacitar Pessoal	Curso/Seminário	2	12	14
Coord. de Promoção e Apoio Integrado				
Implantar Centro de Treinamento para Jovens	Centro	1	-	1
Promover Capacitação Profissional /Pedagógica p/Jovens	Cursos	20	102	122
Realizar Seminários	Eventos	1	8	9
Imprimir/divulgar (catálogos, folders e vídeos)	Publicações	2	9	11
Coord. de Desenvolvimento Sócio-Econômico				
Realizar Seminários/encontros	Eventos	3	21	24
Capacitar pessoal	Cursos	3	9	12
Adquirir equipamentos	Equipamento	3	2	5
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
Manter as Atividades do Órgão	Unid.	1	1	1
Cumprir as decisões judiciais	-	-	-	-
217- Treinamento de Recursos Humanos				
Capacitar Pessoal	Cursos	3	13	16
	Treinamento	2	8	10
	Encontros/Semin.	3	12	15
033- Dívida Interna				
Cumprir com o pagamento do IAPAS e FGTS	-	-	-	-

## SECRETARIA DE AGRICULTURA DE ALAGOAS

### 1- Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

A Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas foi reorganizada pela Lei nº 3.301, de 27 de setembro de 1973, tendo como objetivo geral o estudo e a execução da política de desenvolvimento da agropecuária do Estado.

Compete à SEAG, no âmbito de suas diretrizes, as seguintes ações:

- . Promover pesquisas e experimentação agropecuária;
- . Adotar medidas relativas à defesa sanitária animal e vegetal;
- . Incentivar a modernização da agropecuária;
- . Adotar medidas relativas à defesa sanitária animal e vegetal;
- . Incentivar a modernização da agropecuária;
- . Estimular a produção agrícola e pecuária;
- . Promover a difusão de conhecimentos técnicos no meio rural;
- . Estruturar, promover e executar a política fundiária estadual;
- . Estimular a organização dos produtores, tendo em vista a melhoria do sistema de comercialização.

### 2 - Detalhamento da Proposta:

As propostas da SEAG dizem respeito a:

- . Combate às pragas e doenças;  
META: cobrir, em quatro (04) anos, 80 % da área cultivada do Estado.
- . Aquisição e distribuição de sementes selecionadas;  
META: aquisição de 12.000 toneladas de sementes.
- . Defesa sanitária animal;  
META: manutenção das atividades do Laboratório de Patologia Animal - LAPAN.
- . Recuperação e manutenção da Central de Inseminação artificial de Batalha;
- . Reprodução animal;  
META: melhoramento do rebanho animal, através da Biotecnologia.
- . Inspeção, padronização e classificação de produtos;  
META: manutenção dos serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal e vegetal.
- . Promoção agrária;  
META: realização de 45 eventos agropecuários.

- Capacitação de recursos humanos;
- META: realização de 20 cursos pertinentes ao setor agropecuário.
- Manutenção das atividades administrativas da SEAG-AL, em seu todo, inclusive atendimento a pequeno e médios produtores rurais em termos de fomentos e defesa sanitária animal.

## **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS**

### **1- Caracterização do Órgão / Plano de Ação:**

A EPEAL é empresa pública com personalidade jurídica de direitos, tendo sido criada pela Lei nº 4.120 de 26 de dezembro de 1979.

Seu objetivo social é a pesquisa agropecuária no Estado de Alagoas, sua principal atividade.

Desta forma, colabora na formulação, orientação e coordenação de uma política para o setor agrícola do Estado, procurando desenvolver pesquisas, diretamente ou em parceria com outras instituições, tais como: EMATER, SEAG, UFAL, entre outras. Pesquisas que viabilizam a execução de planos de desenvolvimento agropecuário do Estado.

### **2 - Detalhamento da Proposta:**

Uma das maiores preocupação da EPEAL é a geração e difusão de tecnologia.

Para isso, propõe ações voltadas à interação entre pesquisadores extensionistas, produtores e órgãos de política agrícola.

Também na área de pesquisa aplicada este órgão desenvolve trabalhos, especificamente voltados para a geração e adaptação de tecnologia, visando soluções para os reais problemas da pequena produção.

Atenção se volta para a reestruturação das estações experimentais, a fim de oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento de seus projetos de pesquisa.

Além das ações de caráter administrativo, a empresa está empenhada em capacitar o corpo técnico e o pessoal de apoio.

Portanto, suas metas dizem respeito a:

- Assistir 50% do pequeno produtor rural;
- Equipar em 50% as necessidades de caráter administrativo;

- . Implantação e manutenção de 60 sub-projetos de pesquisa agropecuária;
- . Recuperar, equipar e manter as cinco (05) Estações Experimentais;
- . Treinar 242 funcionários do quadro da empresa.

## **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

### **1 - Caracterização do Órgão / Plano de Ação:**

Empresa criada pelo Decreto nº 2.720 de 30 de dezembro de 1975, atualmente ligada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária - MAARA.

A EMATER /AL objetiva transferir tecnologia aos produtores rurais e suas famílias, visando o incremento da produção / produtividade, como também a melhoria das condições de vida no meio rural.

Portanto, atua mediante programas de assistência técnica e rural, difundindo conhecimento técnico relevante para o desenvolvimento do Estado.

Suas ações, especificamente estão voltadas para:

- . Capacitação de recursos humanos para o serviço de Assistência técnica e Extensão Rural;
- . Manutenção dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado;

Essas ações estarão articuladas com a proposta global do Estado e sua integração interinstitucional se dará em todos os órgãos do setor agrícola, vinculados à Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas.

### **2 - Detalhamento da Proposta:**

Três grandes projetos definem a proposta de trabalho da EMATER/AL, dentro do sub-programa Extensão Rural:

- . Capacitação de Recursos Humanos para o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural;  
META: Capacitar em 1996, cerca de 66 técnicos.
- . Associativismo e Ação Social, a fim de apoiar e fortalecer os assentamentos e as comunidades rurais;  
META : Assistência técnica, anualmente, a cerca de 10.800 famílias.
- . MAARA, que corresponde ao projeto EMBRAPA / BIRD II, objetivando oferecer suporte à empresa para o processo de modernização, (recursos internacionais).

**META:** assistência a 45.000 produtores na exploração de fruticultura, olericultura, silvicultura, apicultura, bovinocultura, piscicultura, avicultura e caprino/ovinocultura.

Além dos projetos citados, a EMATER-AL propõe-se a:

- . Garantir a manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- . Pagamento do principal e encargos.

## **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE ALAGOAS**

### **1 - Caracterização do Órgão / Plano de Ação:**

Instituída com base na Lei nº 4.121, de 26 de dezembro, foi transformada em autarquia através da lei nº 5.150 de 11 de julho de 1990.

Objetiva a elaboração do planejamento agrícola a nível de Estado, em consonância com as diretrizes do Estado e do governo federal.

Suas atribuições estão voltadas para a formulação de estudos e pesquisas sócio-econômicas, elaboração de Planos Setoriais de Desenvolvimento, do Orçamento - Programa, dos Planos Operativos e Plurianuais de Investimentos do Setor Agrícola Estadual, de Estudos Conjunturais do Setor Agrícola, realização de levantamentos estatísticos, entre outros.

### **2- Detalhamento da Proposta:**

As propostas da CEPA-AL foram definidas, visando a:

- . Elaboração de estudos e pesquisas sócio-econômicas, para acompanhar a conjuntura agropecuária alagoana;  
**META:** elaboração de oito (08) relatórios de avaliação sobre o desenvolvimento agropecuário.
- . Reativação do banco de dados, afim de dotar a instituição de um sistema de informações a altura de seus objetivos;  
**META:** aquisição de dois (02) computadores.
- . Elaboração do Plano de Desenvolvimento Agrícola do Setor Agrícola, objetivando a definição de uma política agrícola para Alagoas;  
**META:** elaboração do Plano.
- . Manter as atividades do órgão no seu todo e capacitar recursos humanos (110 técnicos), fazem parte de suas propostas.

# INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS

## 1 - Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

Entidade autárquica do Estado de Alagoas, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional.

É o órgão executor da política fundiária do Estado, promovendo a discriminação e arrecadação de terras devolutas, na forma da Legislação Federal e Estadual.

Realiza atividades de demarcação, discriminação e titulação de terras, para posterior reestruturação da malha fundiária.

Além do mais, adquire área para assentamento de famílias rurais, amparando trabalhadores sem terra.

## 2 - Detalhamento da Proposta

As propostas do ITERAL dizem respeito a:

Apoiar as áreas de assentamento, tornando-as produtivas;  
META: assistência a cinco (05) assentamentos.

Regularização fundiária, apoiando o pequeno produtor rural;  
META: entregar 4.664 títulos de propriedade.

Recuperação da malha fundiária do Estado, visando um posterior diagnóstico;  
META: cadastrar 42.772 imóveis em uma área de 757.300 hectares.

Manutenção das atividades da instituição e capacitação de seus técnicos;  
META: capacitar 61 técnicos.

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE ALAGOAS

### 1 - Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

Empresa de economia mista, tem suas ações direcionadas para:

- . Mecanização agrícola;
- . Armazenagem;
- . Classificação de produtos vegetais;
- . Abastecimento;
- . Produção de sementes e mudas.

A partir de 1966, a COMAG pretende comercializar cestas básicas. Essas ações estão voltadas para médio e pequenos produtores rurais.

### 2 - Detalhamento da Proposta:

Os sub-programas definidos pela COMAG-AL contêm projetos / atividades, que gestaram as seguintes propostas:

- . Distribuição de produtos agrícolas, visando a melhoria na distribuição de hortigranjeiros e grãos;
- . Mecanização agrícola, concorrendo para o desenvolvimento do setor;
- . Produção de sementes e mudas, a fim de atender aos pequenos e médios produtores;
- . Inspeção, padronização e classificação de produtos de origem vegetal, para controle de qualidade;
- . Implantação de comercialização de produtos da cesta básica a preços acessíveis, direcionada à população de baixa renda;
- . Armazenamento e silagem, com o objetivo de equipar as unidades armazenadoras, melhorando os serviços em geral e controlando os estoques reguladores;
- . Manutenção das atividades, a fim de concretizar objetivos, propostas e metas institucionais.

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
075- Defesa Sanitária Vegetal				
. Combater as pragas e doenças das culturas de importância econômica	-	-	-	-
080- Sementes e Mudas				
. Adquirir e distribuir sementes fiscalizadas	Ton.	1.347	9.453	10.800
087- Defesa Sanitária Animal				
. Melhorar o estado sanitário do rebanho bovino através de campanhas de vacinação	Unid.	2	8	10
. Manter os serviços administrativos do laboratório de patologia animal	Unid.	1	1	1
088- Desenvolvimento animal				
. Recuperar e manter a Central de Inseminação artificial de Batalha	Unid.	1	1	1
. Promover o desenvolvimento da pecuária através de inseminação artificial e transferência de embrião	-	-	-	-
097- Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos				
. Promover ações de vigilância e controle em estabelecimentos comerciais dos serviços de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal	-	-	-	-
Outros Subprogramas				
021- Administração geral				
. Manter os serviços administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
025- Edificações Públicas				
. Reformar o Prédio da Secretaria de Agricultura	Unid.	1	1	1
112- Promoção Agrária				
. Apoiar a realização de Eventos Agropecuários	Unid.	5	34	39



TABELA DE METAS

ÓRGÃO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
054- Pesquisa Fundamental				
. Realizar eventos para divulgação dos resultados de Pesquisas de Geração e Difusão de Tecnologia Agropecuária	Eventos	31	129	160
055- Pesquisa Aplicada				
. Desenvolver projetos de pesquisas nas áreas animal e vegetal	Unid.	5	55	60
. Reestruturar Unidades Experimentais de Pesquisa	Unid.	1	4	5
. Reestruturar laboratórios de Pesquisas	Unid.	2	3	5
080- Sementes e Mudas				
. Implantar campos de produção agrícola	Ha	32	288	320
088- Desenvolvimento Animal				
. Promover o melhoramento Genético da Pecuária	Animais	83	1.117	1.200
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os Serviços Administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
. Cumprir com o pagamento de decisões judiciais	-	-	-	-
022- Documentação e Bibliografia				
. Atualizar acervo bibliográfico	Unid.	120	360	480
. Adquirir equipamentos de informática	Unid.	1	-	1
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Capacitar Recursos Humanos	Servidores	48	194	242
033- Dívida Interna				
. Cumprir com o pagamento do IAPAS e FGTS	-	-	-	-



TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
024- Processamento de Dados . Adquirir equipamentos de informática	Unid.	2	-	2
040- Planejamento e Orçamento . Realizar Pesquisas para elaboração do Plano de Desenvolvimento da Agricultura	Seminários	2	6	8
045- Estudos e Pesquisas Econômicos-Sociais . Promover o acompanhamento conjuntural da agropecuária	Relatórios	2	6	8
Outros subprogramas				
021- Administração Geral . Manter os Serviços Administrativos do Órgão . Cumprir com o pagamento de decisões judiciais	Unid. - -	1 - -	1 - -	1 - -
217- Treinamento de Recursos Humanos . Promover eventos para formação e reciclagem de Recursos Humanos	Eventos	4	16	20



## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
078- Mecanização Agrícola				
. Construir Açudes	Unid.	3	287	290
. Promover preparo do solo	Ha	136	11.759	11.895
. Construir estradas vicinais	Km	35	3.045	3.080
. Adquirir máquinas e equipamentos	Unid.	3	117	120
. Adquirir veículos utilitários	Unid.	2	7	9
080- Sementes e Mudas				
. Produzir sementes e mudas de qualidade garantida	Unid.	75.000	175.000	250.000
095- Armazenamento e Silagem				
. Recuperar armazéns	Unid.	2	3	5
. Adquirir equipamento para armazém	Unid.	3	2	5
096- Sistema de distribuição de produtos agrícolas				
. Implantar e equipar Centrais de Abastecimento	Unid.	1	2	3
097- Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos				
. Recuperar e equipar Postos de Controle e Classificação de produtos de origem vegetal	Unid.	1	2	3
. Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	5	35	40
353- Comercialização				
. Comercializar produtos da cesta básica	-	-	-	-
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
033- Dívida Interna				
. Promover o pagamento da dívida com o IAPAS, FGTS e Imposto de Renda	-	-	-	-

## SECRETARIA DA FAZENDA

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação.

Criada pela Lei nº 4323 de 22 de dezembro de 1981, com a finalidade de fiscalizar, orientar e executar as atividades inerentes à política tributária estadual e, como consequência, cumprir eficientemente a missão básica de arrecadar tributos necessários e indispensáveis ao financiamento de grande parte das despesas estaduais.

Seu plano de ação está assim caracterizado:

- . Desenvolver ações de fortalecimento do Sistema Fazendário Estadual;
- . Modernização organizacional;
- . Informatização para garantir maior eficiência na arrecadação tributária e maior racionalização dos gastos públicos.

### 2. Detalhamento da Proposta.

Para que ocorra um melhor desempenho na atuação da Secretaria da Fazenda, faz-se necessário atingir os seguintes objetivos:

- . Combater, de forma sistemática, a comercialização clandestina de produtos, a fim de diminuir a evasão de renda;
- . Dotar a Fazenda de uma infra-estrutura de informatização;
- . Viabilizar a operacionalidade da Coordenadoria;
- . Construção, reestruturação e equipamento de Postos Fiscais e Sedes Regionais;
- . Fiscalizar, orientar e executar as atividades inerentes à política tributária estadual, e, como consequência, cumprir eficientemente o seu objetivo maior, o de arrecadar tributos necessários e indispensáveis, ao financiamento de grande parte das despesas do Estado.

A SEFAZ tem como órgão vinculado o Banco do Estado de Alagoas S.A, com o qual a Secretaria da Fazenda tem participação societária, visando o fortalecimento da estrutura financeira do PRODUBAN e, ao mesmo tempo, o incremento de sua participação no processo de desenvolvimento do Estado.

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DA FAZENDA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
021 - Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Gabinete do Secretário e unidade de Assessoramento	Unid.	2	2	2
. Manter os serviços administrativos do órgão	Unid.	1	1	1
030 - Administração de Receita				
. Combater a comercialização clandestina	Veículos	20	140	160
. Informatizar o Sistema Fazendário:				
Micro Computador	Unid.	80	170	250
Impressora	Unid.	80	50	130
Banco de dados	Unid.	2	-	2
Soft. de rede	Unid.	12	-	12
Comp. Servidor de rede	Unid.	2	2	4
Estabilizador	Unid.	9	7	16
. Manter a Coordenadoria Geral de Administração Tributária	Unid.	1	1	1
025 - Edificações Públicas				
. Construir e reformar os prédios da Sefaz				
Sedes	Unid.	1	7	8
Agências	Unid.	2	10	12
Postos	Unid.	3	7	10
035 - Participação Societária				
. Incrementar a estrutura financeira do Banco do Estado de Alagoas	-	-	-	-
042 - Ordenamento Econômico				
. Possibilitar o registro contábil / financeiro do Estado	Unid.	1	1	1



# SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

## 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Secretaria da Indústria e Comércio foi criada pela Lei Estadual nº 3.430 de 09 de junho de 1975 e reformulada também pela Lei Estadual nº 4.901 de 07 de maio de 1987, com a finalidade de estudar normas que visem estimular o desenvolvimento de empresas industriais, tendo como órgão vinculado a CODEAL.

É da competência da Secretaria:

- . Estudar os problemas econômicos e técnicos da indústria e do comércio;
- . Incrementar os mecanismos de comercialização interna e externa do Estado;
- . Dotar a economia do Estado de estímulos financeiros e creditícios;
- . Fomentar a pesquisa e experimentação tecnológica nas áreas de interesse da economia do Estado.

## 2. Detalhamento da Proposta

Objetivos:

- . Coordenar e controlar as atividades administrativas;
- . Dar atendimento condigno às empresa de comércio;
- . Promover e participar de eventos, divulgando as potencialidades do Estado;
- . Promover fórum de debates entre os diversos setores da economia alagoana;
- . Criar condições para implantar e implementar o programa de atendimento ao empresário.

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas (CODEAL) como órgão vinculado, é o órgão executor das políticas definidas pela Secretaria, a saber:

- . Dotar o Estado de infra-estrutura industrial básica, que permita a implantação e ou realocação das mais variadas unidades;
- . Projetar, implantar, administrar, direta ou indiretamente, áreas e distritos industriais, bem como todos os serviços e equipamentos de apoio.

Dessa maneira, as metas da CODEAL estão assim delineadas:

. Fortalecimento do Parque Industrial do Estado;

. Recuperação do Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante;

. Interiorização industrial;

. Implantação do subprograma Bancada de Ferramentas.

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
346- Promoção Industrial				
. Realizar Estudos para Definição do Zoneamento Industrial	Publicação	-	-	
. Promover Palestras, Seminários e Cursos sobre Inovação Tecnológica	Eventos	-	-	
. Divulgar as Potencialidades do Estado	Eventos	-	-	
. Fórum de Debates	Eventos	-	-	
. Incentivos Financeiros	-	-	-	
376- Registros de Empresas				
. Manter os serviços administrativos da Junta Comercial	Unid.	1	1	
Outros subprogramas				
025- Edificações Públicas				
. Reformar e ampliar a Junta Industrial	Unid.	-	1	
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Departamento de Administração	Unid.	1	1	
020- Supervisão e Coordenação Superior				
. Manter os serviços administrativos do gabinete do secretário.	Unid.	1	1	

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
346- Promoção Industrial				
. Implantar o Polo Cerâmico de Penedo	Unid.	1	1	1
. Implantar Núcleos Industriais	Unid.	-	-	-
. Construir Galpões Industriais	Unid.	10	30	40
. Melhorar a infra-estrutura básica do Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcanti				
Sistema Viário	m	150	650	800
Sistema Elétrico	m	50	350	400
Abastecimento d'Água	m	100	400	500
Sistema de comunicação	m	70	300	370
. Dotar de infra-estrutura básica a área "B" do Polo Cloroquímico				
Sistema Viário	m	800	2.200	300
Sistema Elétrico	m	2.000	5.900	7.900
Abastecimento d'Água	m	1.900	7.300	9.200
Enfluentes Industriais	m	1.800	6.700	8.500
Segurança contra incêndio	m	2.000	7.200	9.200
. Implantar o Polo Pesqueiro de Coruripe	Unid.	1	6	7
. Elaborar o Plano Diretor Industrial do Estado	Documento	1	1	1
. Fomentar as Micro e Pequenas Empresas	-	-	-	-
. Criar o Banco de Dados Econômico-Social	-	-	-	-
. Prover os Trabalhadores de ferramentas de trabalho	Trabalhadores	1.200	3.600	4.800
Outros subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do órgão	Unid	1	1	1
. Cumprir com o pagamento de decisões judiciais	-	-	-	-
033- Dívida Interna				
. Promover o pagamento da dívida com o INSS e FGTS	Parcelas	-	-	84

## 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Secretaria de Administração foi criada pela Lei Estadual de nº 3079 de 16 de junho de 1970 e transformada pela Lei nº 3284 de 13 de junho de 1973, sendo composta em sua estrutura de um (1) órgão vinculado: O IPASEAL, Instituto de Previdência e Assistência aos servidores do Estado de Alagoas. Tem a Secretaria, como finalidade maior, o planejamento, a coordenação e o controle da política de pessoal do Poder Executivo.

A Secretaria de Administração tem como características principais do seu plano de ação:

- . Administração de pessoal;
- . Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- . Administração documental;
- . Modernização administrativa.

## 2. Detalhamento da Proposta

A eficiência e a eficácia da máquina administrativa dependem da ação conjunta de todos os segmentos. A Secretaria de Administração funciona como agente de modernização, coordenando e facilitando o acesso aos recursos humanos e físicos necessários ao cumprimento dos objetivos e metas dos demais órgãos e entidades governamentais, buscando melhorar os padrões de desempenho do setor público.

### Objetivos:

- . Informatizar todo o sistema de pessoal civil do Poder Executivo do Estado de Alagoas;
- . Desenvolvimento de tecnologias avançadas para treinamento do funcionalismo do Estado;
- . Implementação do programa de preparação e desenvolvimento de equipes técnicas e de consultores;
- . Controle automático dos cheques salários;
- . Facilitar aos diversos órgãos do Estado, na utilização dos recursos disponíveis no sistema da folha de pagamento;
- . Manter em funcionamento as atividades de controle e processamento da folha de pagamento, de forma eficaz;

- Informatizar o Departamento Central de Documentação;
- Coordenação dos serviços administrativos da Secretaria, assim como a execução dos programas específicos;
- Promover o desenvolvimento sócio-cultural e tecnológico dos profissionais que fazem a SEAD/AL.

Levando em consideração, o gerenciamento pela SEAD, far-se-á um relato breve das atribuições do seu órgão vinculado.

### **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS**

O IPASEAL, tem como função primordial assegurar aos servidores, pensão, assistência médica, hospitalar e odontológica. Além disso, proporcionar aos servidores estaduais e municipais, aquisição de moradia própria. Dispõe ainda, de um clube recreativo, que oferece aos funcionários uma área de lazer, esporte e cultura.

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
022- Documentação e Bibliografia				
. Informatizar e manter o Departamento Central de Documentação	Unid.	1	1	1
024- Processamento de Dados				
. Descentralizar a folha de pagamento do Estado				
Treinar técnicos da CAPEAL e dos setores de Recursos Humanos dos Órgãos	Unid.	156	-	156
Automatizar rubricas	Sistemas	1	1	1
Informatizar o departamento Central de Pessoal dos Órgãos	Unid.	48	-	48
Manter os serviços administrativos de CAPEAL	Unid.	1	1	1
Informatizar o Departamento Central de Pessoal	Unid.	1	-	1
043- Organização e Modernização Administrativa				
. Expandir ações do Centro de Seleção e treinamento de Pessoal - CENAPE				
Produzir vídeos	Municípios	7	91	98
Promover cursos a distância	Municípios	7	91	98
Produzir programas educativos pela TV	municípios	98	98	98
Implantar unidades Polo de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Municípios/Polos	3	2	2
Implantar programas de preparação e desenvolvimento de facilitadores	-	-	-	-
Implantar programas de preparação e desenvolvimento de equipes técnicas e consultores	-	-	-	-
Incentivar programas de intercâmbio	-	-	-	-
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Gabinete do Secretário, CENAPE, Departamento de Administração, DCM e DCD	Unid.	5	5	5

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
486- Assistência Social e Geral				
. Reforma c/ recuperação do Clube dos Func. do IPASEAL	Unid.	1	1	1
. Reconstruir colônia de férias Othon B. de Melo	Unid.	1	1	1
. Reforma e Recuperação do setor odontológico / Centro Clínico	Unid.	1	1	1
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos	Unid.	1	1	1
024- Processamento de Dados				
. Informat. do IPASEAL	-	-	-	-
428- Assistência Médica e Sanitária				
. Assistência médica-hospitalar aos servidores do IPASEAL	-	-	-	-
025- Edificações Públicas				
. Const. da Agência Regional do IPASEAL em Arapiraca	-	-	-	-
. Const. de unidades habitacioanais	m <sup>2</sup>	1.510	2.266	3.776
. Ampliação do Centro Comunitário	-	-	-	-
492- Prev. Social a Segurados				
. Contribuição para o PASEP	-	-	-	-
495- Previdência Social a Inativos e Pensionistas				
. Concessão de pécúlios, aposentadorias e pensões	-	-	-	-

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

A Secretaria de Educação e do Desporto de Alagoas foi criada pela Lei nº 3.289, de 14 de junho de 1973 ( reorganiza a SENEK); Decreto nº 2.304, de 04 de fevereiro de 1974 (aprova regulamento da SENEK); Lei nº 4.592, de 13 de dezembro de 1984 (denomina a SENEK de SED - Secretaria de Educação e do Desporto).

A SED visa administrar, organizar, dirigir, controlar e avaliar todas as atividades para execução dos objetivos educacionais, culturais ( compreendidos como parte do processo educacional) e desportivas.

A Constituição Brasileira, ao definir a educação fundamental como uma obrigação do Estado, assegura o atendimento às crianças na faixa de 0 a 06 anos e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino às crianças na faixa de 07 a 14 anos, inclusive as que a ela não tiverem acesso na idade considerada regular.

Suas ações estão voltadas para mudanças fundamentais que visam: a capacitação do corpo docente, técnico e administrativo; o atendimento à demanda escolar mediante a adequação e distribuição de materiais didáticos para todas as escolas públicas; informatização da administração educacional, além da reestruturação da Secretaria no seu todo e, conseqüentemente, a revisão e redefinição das funções dos setores e instâncias que a integram.

Através do Plano Plurianual, a SED certamente garantirá as suas diretrizes, tais como:

- . Fortalecimento da gestão educacional;
- . Valorização do profissional envolvido na educação;
- . Melhoria das condições da oferta de ensino.

### 2. Detalhamento da Proposta:

A nível de propostas, a SED assim se posiciona, mediante subprogramas, projetos e atividades:

- . Administração Geral - Definição de objetivos educacionais, como: a manutenção do Conselho Estadual de Educação; da Unidade de Planejamento e Coordenação - UPC; da Unidade de Recursos Humanos - URH e da Unidade de Documentação e informação - UDI;
- . Processamento de Dados - através do qual realiza o Censo Educacional, anualmente. Cria também as condições indispensáveis à realização do Sis-

tema de Estatísticas Educacionais, trabalho que será expandido às Coordenadorias Regionais de Ensino - CREs;

Educação Pré-Escolar, objetivando o atendimento à criança de 0 a 6 anos, propondo para o Plano Plurianual, as seguintes metas: Reforma e recuperação de 16 unidades escolares, Equipamento para salas de aula, Capacitação de 2.000 professores, Capacitação de 320 técnicos, Acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

Ensino Regular, recuperando a escola pública do Estado, minimizando as taxas de evasão, repetência e analfabetismo, especificamente no tocante a população escolar das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental;

Ensino Polivalente, para melhoria do ensino médio nas 33 escolas estaduais, com as seguintes metas: Pesquisa permanente do desempenho do ensino, Capacitação de recursos humanos, Reelaboração da sistemática de avaliação da aprendizagem, Aquisição de materiais básicos e Recuperação da estrutura física das escolas;

Cursos de Suplência, visando a melhoria da educação de jovens e adultos, utilizando tecnologias que conduzam à metodologia de Telemática e Multimídia, devendo, para tanto: Capacitar professores e técnicos, Adquirir materiais didáticos-pedagógicos e Acompanhar a qualidade desses cursos;

Educação Física, voltada especificamente para uma política pública no âmbito da cultura corporal;

Alimentação e Nutrição, objetiva aquisição de gêneros alimentícios para pré-escolar e escolares de 1º grau, 2º grau das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e entidades filantrópicas;

Educação Compensatória, para expandir, melhorar e implementar as atividades nesta área, garantindo aos portadores de deficiência, o direito à educação.

Num período de quatro anos, as ações previstas são:

Projeto "Expansão e melhoria da Educação Especial".

Projeto "Implementação das atividades de Educação Especial".

## FUNDAÇÃO ALAGOANA DE PROMOÇÃO ESPORTIVA

### 1. Caracterização do órgão / Plano de Ação:

Entidade vinculada à Secretaria de Educação e do Desporto - SED, foi criada pelo Decreto Estadual nº 1.262, de 04 de dezembro de 1964.

O objetivo maior dessa instituição é o desenvolvimento do esporte, em todas as suas modalidades.

Neste sentido, promove e estimula atividades esportivas, visando não somente aperfeiçoar profissionais descobrindo novos valores, como também, elevar o padrão de saúde de jovens e adultos do Estado.

### 2. Detalhamento da Proposta:

Em termos de proposta, a FAPE, no próximo quadriênio 96/99, pretende:

- . Administrar, dentro de padrões de qualidade, as atividades - meio que garantam o seu espaço na sociedade alagoana;
- . Construir campos de futebol em algumas cidades do interior do Estado, recuperar alguns e garantir a manutenção do Estádio Rei Pelé;
- . Construção de parques recreativos e desportivos, visando a promover e estimular atividades esportivas aos jovens e adolescentes, preparando futuros profissionais e incentivando a prática de cuidados com a saúde corporal;
- . Fazer jus ao pagamento das dívidas internas, além de promover a compra de equipamentos.

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

Órgão criado pela Lei nº 4.954, de 16 de dezembro de 1987, que tem como finalidade maior, desenvolver estudos, projetos e pesquisas direcionadas ao aprimoramento da Ação Educacional no Estado de Alagoas.

Voltado para a preocupação de planejar e executar a política educacional e cultural do governo do Estado, ocupa-se com:

- . A difusão de atividades sócio-educativas e culturais;

- . A divulgação da política educacional e cultural;
- . O aprimoramento da ação educacional, através de aulas, palestras, debates, entre outros.

## 2. Detalhamento da Proposta:

Difundir cultura é ao que se propõe o ITEAL. Nesse sentido, pretende reduzir o índice de analfabetismo do Estado, levando o ensino fundamental e o ensino médio à população, mediante programas de rádio difusão, como também a divulgação dos atos do governo voltados para a educação.

Portanto, suas metas em termos do Plano Plurianual são as seguintes:

- . Construir e equipar seis (06) salas para televisão educativa, visando melhorar o padrão de recepção do sinal transmissor da TV Educativa;
- . Manutenção de suas atividades nas áreas: administrativa, técnica, compra de equipamentos e material de consumo.

**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTO**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
<b>190- Educação Pré-Escolar</b>				
Reformar, Recuperar e Equipar Escolas	Escolas	4	12	16
Adquirir/Distribuir Material Didático-Pedagógico	Módulos	10.890	32.670	43.560
Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	580	1.740	2.320
Acompanhar as Ações Pedagógicas	Programa	1	1	1
Manter a Diretoria	Unid.	1	1	1
<b>188- Ensino Regular</b>				
<b>Expansão e Melhoria do Ensino de 1º Grau</b>				
Construir e equipar unid. Escolares	Escolas	-	15	15
Ampliar e equipar salas	Salas	-	120	120
Recuperar e equipar unid. Escolares	Escolas	13	45	58
Adquirir equipamentos p/unid. Escolares	Escolas	140	690	830
Adquirir/distribuir Material Didático-Pedagógico	Módulos	187.000	651.000	838.000
Implementar as Ações Pedag. do Ensino de 1º Grau	Programa	6	6	6
Dar suporte às atividades Técnico-Pedagógicas	Órgão	13	13	13
Restaurar estruturas intermediárias	Prédios	13	13	13
Manter as unidades escolares	Escolas	455	455	455
Concluir as unidades escolares	Escolas	06	24	30
Dar apoio administrativo ao Ensino de 1º Grau	Programa	1	1	1
Dar suporte às ações do Ensino de 1º Grau	-	-	-	-
<b>Complexo Turístico Costa Dourada</b>				
Recuperar/ampliar unidades escolares	Escolas	20	-	20
Equipar Prédios	Prédios	-	54	54
Adquirir/distribuir Material Didático Pedagógico	Módulos	-	51.963	51.963
Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	-	1.018	1.018
Acompanhar, controlar e avaliar projeto	Projeto	1	1	1
<b>Proj. NE de Educ. Básica III-Gestão Educacional</b>				
Elab. e implementar a sistemática de Gestão Educacional	Documentos	3	-	3
Implantar e implementar o sistema de Informatização	Unid.	1	-	1

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Proj. NE de Educ. Básica III-Gestão Educacional (Continuação)				
Gerenciar e acompanhar as Ações de Gestão Educacional	Programa	3	3	3
Implementar e equipar Unid. Estadual de suporte ao Projeto	Órgão	1	1	1
Proj. NE de Educ. Básica III-Provisão de Materiais-Ensino Aprendizagem				
Adquirir/distribuir Material Didático-Pedagógico	Mapas e Globos	1.284	3.854	5138
	Livros	1.730.139	4.063.913	5.794.052
	Módulos	1.986	5.960	7.946
Proj. NE de Educ. Básica III- Capacitação de Recurso Humanos				
Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	21.558	21.953	43.511
Proj. NE de Educ. Básica III-Rede Física				
Ampliar e equipar Salas de Leitura	Salas	132	-	132
Ampliar e equipar Ambientes	Ambientes	343	370	713
Recuperar e equipar salas de Aula	Salas	502	573	1.075
Manter obras físicas e equipamentos	-	-	-	-
Proj. NE de Educ. Básica III-Inovações Pedagógicas				
Implantar, Implementar e acompanhar as Ações Inov.Pedagógicas	Programa	1	1	1
199- Ensino Polivalente				
Pesquisar, analisar e avaliar o desempenho do ensino de 2º grau	Programa	1	1	1
Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	40	120	160
Reelaborar proposta curricular	Documento	1	3	4
Participar de eventos	Técnicos	20	60	80
Adquirir/distribuir material Didático Pedagógico	Escolas	33	99	132
Recuperar equipamentos	Escolas	33	99	132
Recuperar Escolas	Escolas	10	23	33
Manter as ações do Diretório de Ensino de 2º Grau	Unid.	1	1	1

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
213- Cursos de Suplência				
. Equipar Prédios	Prédios	52	241	293
. Adquirir/distribuir Material Didático Pedagógico	Módulos	58.000	86.000	144.000
. Manter os Centros de Estudos Supletivo	Centros	2	2	2
. Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	1.070	4.250	5.320
. Acompanhar o desempenho de alunos	Alunos	16.000	55.000	71.000
. Realizar Exames Supletivos	Pessoas	6.000	4.200	29.000
. Acompanhar e controlar as Ações do projeto	Projeto	1	1	1
. Manter as ações da Diretoria de Educ. Especializada	Unid.	1	1	1
223- Educação Física				
. Adquirir/distribuir material Didático Pedagógico	Módulos	123	588	711
. Participar de eventos	Pessoas	23.169	91.037	114.206
. Equipar a Diretoria	Diretoria	1	1	1
. Capacitar Recursos Humanos	Professor	5	13	18
. Manter as ações da Diretoria de Educ. Física	Unid.	1	1	1
252- Educação Compensatória				
. Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	773	1.730	2.503
. Participar de eventos	Pessoas	18	86	104
. Realizar Acompanhamento Técnico-Pedagógico	Coordenadorias	12	12	12
. Adquirir/distribuir Material Didático-Pedagógico	Módulos	1.450	4.600	6.050
. Equipar Prédios	Prédios	60	156	216
. Manter ambientes de Educação Especial	Prédios	4	5	5
	Salas	100	120	120
. Concluir e equipar o Centro de Educ. Especial	Centro	1	-	1
. Construir e equipar oficina pedagógica	Oficina	-	1	1
. Implantar sala de recreação e apoio pedagógico.	Sala	-	1	1
. Manter a Diretoria de Educ. Especial	Unid.	1	1	1

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Implantar e Implementar Caixa Escolar	Escolas	206	244	450
. Manter as atividades administrativas do Gabinete do Secretário, da Coordenação de atividades Educacionais, do CEAGB, das Coordenações Regionais de Ensino, dos Centros de atenção integral da Criança e do Adolescente e de Assistência ao Educando	Unid.	26	26	26
024- Processamento de Dados				
. Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	312	1.022	1.334
. Realizar o Censo Educacional	Pesquisas	1	3	4
. Divulgar e imprimir o Censo Educacional	Publicações	500	1.950	2.450
. Equipar escolas e Coord. regionais de Ensino	Escolas/CRE	4	14	18
. Manter os equipamentos	-	-	-	-
427- Alimentação e Nutrição				
. Capacitação de Recursos Humanos	Pessoas	500	1.500	2.000
. Adquirir equipamentos e materiais de cantina	Escolas	494	494	494
. Adquirir e distribuir gêneros alimentícios	Alunos	497.000	497.000	497.000
. Apoiar as ações desenvolvidas pelo Programa	Programa	1	1	1
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	4.095	12.285	16.380





## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

Criada pela Lei nº 2.843 de dezembro de 1966, foi estruturada a partir do Decreto nº 1.432 de 1967, passando a comandar as ações de planejamento em Alagoas.

Em 1975, a Lei nº 3.543 instituiu o Sistema Estadual de Planejamento (SISTEPLAN), criando a Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas- FIPLAN.

A SEPLAN / AL está voltada para as seguintes ações:

- . Elaboração de Planos e Programas Governamentais;
- . Elaboração do Orçamento Geral do Estado, da Lei de Diretrizes e do Plano Plurianual do Estado;
- . Elaboração de políticas e diretrizes para o desenvolvimento tecnológico do Estado;
- . Definição da Política de Investimento do Estado e captação de recursos para execução de Planos e Programas;
- . Execução da política ambiental do Estado, objetivando compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente;
- . Coordenação de programas e atividades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico.

### 2. Detalhamento da Proposta:

As propostas da SEPLAN / AL estão assim definidas:

- . Manutenção do Gabinete do Secretário;
- . Desenvolvimento das áreas de influência da Usina hidrelétrica de Xingó;
- . Manutenção da Coordenação da Área de apoio ao Projeto Usina Hidrelétrica de Xingó;
- . Manutenção do Departamento de Administração;
- . Retribuição por serviços adjudicados à FIPLAN-AL;
- . Programa Mundial de Alimentos;
- . Programa Comunidade Solidária;

- . Construção da Biblioteca da Secretaria de Planejamento de Alagoas;
- . Manutenção da Coordenação de Planos e Programas, visando a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Econômico;
- . Reativação / manutenção do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia;
- . Fortalecimento e reestruturação da Coordenação de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia;
- . Implantação do Núcleo Estadual de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoramento Remoto;
- . Avaliação das condições físicas das Estações, Postos e Açudes de Alagoas;
- . Recuperação da infraestrutura dos açudes de Alagoas;
- . Inventário e caracterização dos tabuleiros costeiros e baixada litorânea;
- . Manutenção da Coordenação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- . Implementação das ações do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural;
- . Promover a integração entre o processo orçamentário / sistema de planejamento / administração da política econômico-financeira;
- . Projeto Sururu;
- . Recuperação integrada de assentamentos urbanos de baixa renda;

## **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS**

### **1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação:**

Vinculada à SEPLAN / AL através da Lei nº 3.543, de 30 de dezembro de 1975. Inicialmente pessoa jurídica de direito privado, passou à situação de fundação pública através da Lei nº 5.150, de 11 de julho de 1990.

A estratégia global de ação da FIPLAN consiste em dar apoio técnico e administrativo à Coordenação do Sistema Estadual de Planejamento, notadamente ao que se refere à elaboração de Estudos de Desenvolvimento, ao acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos; à organização e funcionamento de sistema de informática e processamento de dados, dentre outras atribuições.

## 2. Detalhamento da Proposta :

Suas propostas dizem respeito a:

- . Manutenção das atividades do órgão;
- . Treinamento / habilitação de recursos humanos;
- . Cumprimentos de decisões judiciais;
- . Informatização da Coordenação de Recursos Humanos - CRH;
- . Manutenção / ampliação das atividades de processamento de dados;
- . Elaboração de estudos / diagnósticos globais e setoriais sobre a Economia Alagoana;
- . Implantação de novas tecnologias de informação;
- . Informatização do Instituto de Programação Econômica e Social - IPES
- . Pagamento do principal e encargos da dívida interna do IAPAS;
- . Manutenção da Coordenação Central do Programa Estadual de Saneamento Básico Rural;
- . Elaboração do Projeto Perfil Sócio-Econômico do Estado de Alagoas;
- . Elaboração do Projeto Análise e Acompanhamento Conjuntural;
- . Elaboração de Estudos dos Agregados Econômicos;
- . Manutenção das atividades de coleta e pesquisa;
- . Revitalização dos estudos sobre índice de preços ao consumidor;
- . Análise dos aspectos setoriais da sócio-economia alagoana;
- . Implantação do sistema de acompanhamento da programação governamental;
- . Modernização dos sistemas de programação e acompanhamento da dívida pública fundada;
- . Manutenção das atividades do Instituto de Programação Econômica e Social;
- . Implantação da Análise do Comportamento e Previsão de Receita do Estado de Alagoas;
- . Implantação do acompanhamento da despesa com pessoal;

. Manutenção das atividades do Instituto de Orçamento;

. Manutenção dos sistemas de acompanhamento da Dívida Pública Fundada e da Programação Governamental.

## INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

O Instituto do Meio Ambiente foi criado pela Lei n° 4986, de 16 de maio de 1988, Decreto n° 33410, de 28 de março de 1989, sendo um órgão vinculado à Secretaria de Planejamento.

O plano de ação tem como principal característica:

Executar a política ambiental do Estado de Alagoas, objetivando compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente.

### 2. Detalhamento da Proposta:

. Levantamento do meio ambiente, tratando de adequar o órgão para executar ações de política ambiental;

. Controlar e monitorar atividades econômicas poluidoras e potencialmente poluidoras, como também efetuar estudos e acompanhamentos da balneabilidade do litoral, dos recursos hídricos e credenciamento costeiro do Estado, e efetuar trabalhos de Educação Ambiental;

. Proteção à flora e à fauna;

. Informação à população sobre a balneabilidade das praias;

. Controle do uso e manejo de recursos minerais;

. Recuperação de áreas mineradas;

. Licenciamento de projetos de urbanização e produção de mudas e essências naturais.

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
297- Regularização de Cursos D'Água				
Projeto Sururu				
Interceptor Lagunar	Unid.	1	-	1
Urbanização	Ha	11,5	26,8	38,3
Abastecimento d'água	Cidades	10	11	21
Sistema Viário	-	-	-	-
Reflorestamento	Ha	669,6	2.678	3.348
Preservar o Parque Municipal de Maceió	-	-	-	-
Preservar a reserva ecológica de Pedra Talhada	Ha	1.125	3.375	4.500
Dragagem	M3	750.000	2.250.000	3.000.000
Esgotamento sanitário	Localidades	7	13	20
Assentamentos rurais	Ha	410,5	3.010,5	3.421
Uso e manejo do solo	Localidades	4	3	7
Capacitar o IMA	-	-	-	-
Fixação da Barra	Pesquisas	-	-	-
Obras nas calhas dos rios	Localidades	2	9	11
057- Informação Científica e tecnológica				
Inventário e caracterização dos tabuleiros costeiros	-	-	-	-
Implantar o núcleo de meteorologia sensoramento remoto	Unid.	1	-	1
Rede de observações hidrometeorológicas e de superfície	-	-	-	-
Recuperar a infraestrutura dos açudes	Açudes	23	-	23
Avaliar as condições físicas das estações, postos e açudes	-	-	-	-
487- Assistência comunitária				
Recuperar assentamentos urbanos de baixa renda	-	-	-	-
Programa Mundial de Alimentos				
Promover seminários de avaliação	Eventos	3	9	12
Promover reuniões de trabalhos	Reuniões	8	24	32
Visitas as comunidades assistidas	Dias	80	240	320
Programa Comunidade solidária	-	-	-	-
Promover seminários de avaliação	Eventos	3	9	12
Promover reuniões de trabalhos	Reuniões	8	24	32
Visitas as comunidades assistidas	Dias	80	240	320

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
045- Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais				
. Realizar estudos, programas e projetos nos municípios de influência da Usina Hidrelétrica de Xingó	Publicação	-	-	-
112- Promoção Agrária				
. Programa de apoio ao pequeno produtor rural				
Melhorar os níveis de produção e renda dos pequenos produtores rurais	Famílias	23.850		23.850
Outros Subprogramas				
020- Supervisão e Coordenação Superior				
. Manter os serviços administrativos do Gabinete do Secretário	Unid.	1	1	1
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Treinar técnicos da área de programação e orçamento	-	-	-	-
025- Edificações Públicas				
. Construir a biblioteca da SEPLAN	Unid.	1	-	1

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
040- Planejamento e Orçamento				
. Implantar o Sistema de Acompanhamento da Programação Governamental	Unid.	1	-	1
. Modernizar os Sistemas de Programação e Acompanhamento da Dívida Pública Fundada do Estado de Alagoas	Unid.	1	-	1
. Manter os Sistemas de Acompanhamento da Programação Governamental e da Dívida Pública Fundada	Unid.	-	3	3
. Implantar o Sistema de Análise do Comportamento e Previsão da Receita do Estado Alagoas	Unid.	1	-	1
. Implantar o Sistema de Acompanhamento da Despesa com Pessoal	Unid.	1	-	1
. Manter os Sistemas de Análise do Comportamento e Previsão da Receita e da Despesa com Pessoal	Unid.	-	3	3
. Manter as Atividades Técnicas do Instituto de Programação Econômica e Social	Unid.	1	3	4
. Manter as Atividades do Instituto de Orçamento	Unid.	1	3	4
045- Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais				
. Elaborar o Perfil Sócio-Econômico do Estado de Alagoas	Publicação	1	-	1
. Elaborar estudos de Análise e Acompanhamento Conjuntural	Relatórios	2	6	8
. Elaborar estudos especiais sobre aspectos setoriais da sócio-economia alagoana	Publicação	-	3	3
. Elaborar estudos de Agregados Econômicos	Relatórios	-	-	-
. Manter as atividades de Coleta de Pesquisas	-	-	-	-
. Realizar Pesquisa de índice de preço ao consumidor	Relatórios	-	-	-
Outros Subprogramas				
024- Processamento de Dados				
. Informatizar a Coordenação de Recursos Humanos	Equipamentos	-	-	-

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
024- Processamento de Dados (Continuação)				
. Informatizar o Instituto de Programação Econômica e Social	Equipamentos	4	10	14
. Adquirir novos equipamentos de informática para o Instituto de Processamento de Dados	Equipamentos	-	-	-
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Realizar cursos/treinamentos para os servidores da FIPLAN	Treinamentos	-	-	-
. Equipar o laboratório de treinamento da FIPLAN	Equipamentos	-	-	-
448- Saneamento Geral				
. Apoiar tecnicamente a Coordenação Central do Programa Estadual de Saneamento Básico Rural	Dias trabalhados	138	882	1.020
021- Administração Geral				
. Manter as atividades administrativas do Órgão	Unid.	1	1	1
. Cumprir com o pagamento de decisões judiciais	-	-	-	-
033- Dívida Interna				
. Promover o pagamento da dívida do IAPAS e FGTS	-	-	-	-

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
103- Proteção a Fauna e Flora				
Dar apoio a balneabilidade do litoral médio de Alagoas				
Informar a população sobre a balneabilidade	Campanhas	104	312	416
Atender a solitação do Público das Análises laboratoriais	Campanhas	104	312	416
Monitoramento dos rios que desembocam no litoral médio	Campanhas	104	312	416
Equipar o laboratório p/análise física e química de materiais pesados	Equipamentos	01	03	04
Treinar técnicos	Técnicos	6	4	10
Controlar as atividades de mineração	-	-	-	-
Licenciar os projetos de urbanização	-	-	-	-
Fiscalizar as áreas de Preservação Permanente e atividades poluidoras	-	-	-	-
Apoiar a criação e inventário da Fauna e da Flora das unidades de conservação da natureza	-	-	-	-
Produção de mudas e essências nativas	Mudas	150	850	1.000
Outros Subprogramas				
059- Levantamento do Meio Ambiente				
Adequar a infraestrutura do IMA				
Programas de informática	Programas	02	03	05
	Micros	02	-	02
	Técnicos	10	30	40
Dar apoio ao controle ambiental para o PCA	Campanhas	104	312	416
	Equipamentos	10	-	10
Dar apoio aos Estudos Básicos do Complexo Lagunar Mundaú/Manguaba	Campanhas	76	340	416
	Base de Cultura	2	7	9
	Base de Pesquisa	1	-	1
Dar apoio ao gerenciamento costeiro de Alagoas	-	-	-	-
Dar apoio à Educação Ambiental	-	-	-	-
Controlar e monitorar os Recursos Hídricos	-	-	-	-
Manter as atividades do Órgão	Unid.	1	1	1





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

### 1. Caracterização do órgão / Plano de Ação:

A Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas tem como objetivo: planejar, coordenar, executar e avaliar a Política Sanitária do Governo do Estado, promovendo a melhoria dos padrões de saúde da população.

Seu Plano de Ação assim está delineado:

- . Apoio à execução de atividades de Saúde Pública e Promoção Social;
- . Assistência médico-hospitalar gratuita à população do Estado;
- . Fiscalização das atividades paramédicas e a comercialização de alimento para a população carente;
- . Programação e execução das atividades afetas ao Gabinete do Secretário.

## FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

Órgão vinculado à SESAU, essa Fundação tem como finalidade: planejar, executar, avaliar e controlar os planos e programas aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde e Serviço Social.

As suas ações estão direcionadas para:

- . Ampliação da rede física hospitalar, assistencial e administrativa;
- . Manutenção das atividades administrativas do órgão, de hospitais, da Coordenadoria Metropolitana de Saúde e das Coordenadorias Regionais de Saúde;
- . Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- . Acesso da população rural, aos serviços básicos de saúde;
- . Prestação de serviços assistenciais por terceiros;
- . Campanhas de imunização;
- . Armazenamento e distribuição de medicamentos;

Saneamento rural.

## 2. Detalhamento da Proposta:

As propostas da FUSAL foram definidas, tendo como fundamento a sua filosofia. São elas:

- Dotar o Sistema Único de Saúde do Estado - SUS, dos medicamentos necessários e disponíveis à prevenção e recuperação da saúde de seus usuários;
- Supervisão, visando a melhoria de prestação de assistência à população;
- Vigilância sanitária estadual para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população;
- Atividades técnicas desenvolvidas pela Coordenação de Engenharia da SESAUFUSAL;
- Vigilância epidemiológica e defesa civil, com trabalhos de educação sanitária em casos de emergência, calamidade pública, etc;
- Programa Estadual de Saneamento Rural, com apoio técnico nas áreas de abastecimento d'água e esgoto, no sistemas comunitários;
- Coordenar, planejar e normatizar as ações de saúde através das Coordenações de Saúde;
- Formação, capacitação e administração de Recursos Humanos, englobando técnicos, pessoal de nível auxiliar e elementar, inclusive agentes comunitários, formulando Política de Pessoal no setor de saúde.

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
430- Vigilância Sanitária				
. Manter os serviços de Fiscalização Sanitária do Estado	Manutenção	-	-	-
. Desenvolver Ações de Vigilância Sanitária em todos os municípios através da implantação dos Núcleos Regionais de vigilância e Saúde	Municípios	-	-	-
. Viabilizar exames laboratoriais de todas as espécies	Exames	-	-	-
. Equipar os Centros Regionais de Saúde de Recursos Humanos e equipamentos p/melhor desenvolvimento das ações	Centros	7	-	7
. Desenvolver ações educativas sobre saneamento; saúde e meio-ambiente	Campanhas	-	-	-
. Adquirir equipamentos para o setor de Hemoderivados, Radiação Ionizante, Meio-Ambiente, Alimentos, Unidade Hospitalar	Equipamentos	-	-	-
. Capacitar Recursos Humanos	Pessoas	-	-	-
. Aquisição de veículos	veículos	5	-	5
. Promover articulação/integração com as equipes de Vigilância Epidemiológica, Zoonoses, Educação e informação em Saúde e Órgãos afins	Reuniões/contatos/seminários	-	-	-
Outros Subprogramas				
020- Supervisão e Coordenação Superior				
. Manter as atividades do Gabinete	Unid.	1	1	1
021- Administração Geral				
. Apoiar a execução de atividades de Saúde Pública e promoção Social	Manutenção	-	-	-

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
428- Assistência Médica e Sanitária				
. Manter as unidades de saúde assistenciais de todo o Estado:				
Projeto Nordeste I (Obras)				
Ampliar Unidades Mistas	m2	4.075	-	4.075
Reformar Postos e Unid. de Saúde	M2	533	-	533
Construir Centros e Postos	m2	1.937	-	1.937
Implementar diversas ações ambientais	Diversas	36	-	36
Implementar oficinas de Saúde - IEC	Diversas	12	-	12
Treinar Recursos Humanos	Cursos	90	-	90
Assegurar a instalação de equipamentos	Equipamentos	22	-	22
Projeto Novo (Obras) Proj. N.Rural II				
Ampliar Unidades Mistas	M2	-	7.047	7.047
Construir Unidades de Saúde	M2	-	1.284	1.284
Concluir Obras em diversos Postos de Saúde	M2	-	18.848	18.848
Reformar prédios na área da Saúde	M2	-	7.916	7.916
Implementar ações ambientais	Diversos	-	30.370	30.370
Assegurar a implantação de equipamentos	Equipamentos	-	78	78
Implantar Oficinas de Saúde através do I.E.C	-	-	-	-
Informação, Educação e Comunicação	Cursos	-	328	328
Imprimir material educativo p/saneamento rural	Cartazes, folhetos	-	167.300	167.300
Imprimir material educativo p/Coordenação e Programas Especiais - CAPES	Cartazes, folhetos	-	365.012	365.012
Capacitar Recursos Humanos nas áreas de C.D.R.H. E Saneamento Rural	Cursos	-	493	493
. Implementar ações de saúde integral para consolidação do SUS/AL	Diversas	-	-	-
. Prestação de serviços assistenciais por terceiros	Diversos	-	-	-
. Manter coordenadorias Metropolitanas e Regionais de Saúde	Coordenadorias	-	-	-
. Implementação do Fundo Estadual de Saúde - FES	Diversos	-	-	-
. Manter a rede hospitalar do Estado	-	-	-	-
429- Controle das Doenças Transmissíveis				
. Treinar pessoal para atuar em campanhas de imunização e programas preventivos	Pessoas	246	674	920
. Incrementar o controle de Doenças				

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Transmissíveis				
Programa Estadual DST.AIDS	Ampolas	606.450	1.819.350	2.425.800
	Cápsulas	130.000	390.000	520.000
	Preservativo	604.800	1.814.400	2.419.200
431- Produtos Profiláticos e Terapêuticos				
Dotar o Sistema Único de Saúde de medicamentos necessários à prevenção e recuperação de doenças (Programa CEME)	10.000 Frascos	1.760	7.265	9.025
	10.000 Ampolas	132	554	686
	10.000 Bisnagas	770	3.190	3.960
	10.000 Compridos	132.000	544.500	676.500
Outros Subprogramas				
448- Saneamento Geral				
Implantação de sistemas simplificados de abastecimento d'água	Sistemas	-	130	130
Implantação de melhorias sanitárias domiciliares	Conj. sanitários	-	12.480	12.480
Implantação de unidades simplificadas de compostagem de lixo	Equipamentos	5	24	29
217- Treinamento de Recursos Humanos				
Capacitar Recursos Humanos tendo em vista a eficiência da rede básica/hospitalar/SUS, através dos cursos:				
Alfabetização em Saúde	Cursos	02	102	104
Especialização em Adm. Hospitalar	Cursos	01	01	02
Trein. inicial exames clínicos	Cursos	-	01	01
Urgências clínicas	Cursos	01	-	01
021- Administração Geral				
Manter as atividades do órgão e cumprimento de decisões judiciárias	-	-	-	-
033- Dívida Interna				
Efetuar o pagamento da dívida interna	-	-	-	-
025- Edificações Públicas				
Ampliar a rede física e equipamento de órgãos, unidades de saúde e hospitais	Unid./órgãos	-	-	-

## SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas é um órgão setorial da Administração Direta, tendo sido criada pela Lei Estadual de nº 1.520 de 03 de fevereiro de 1968 e reformulada através da Lei Estadual de nº 4677 de 27 de junho de 1985, tem como competência planejar e executar a política governamental, destinada a manter a ordem e a segurança pública reprimindo os crimes e contravenções. Tem como órgão vinculado, o DETRAN.

O plano de ação almeja o fortalecimento da Segurança Pública da população, objetivando capacitar plenamente a Polícia Civil para o seu papel constitucional de garantir a ordem pública, através de ações que possibilitem o seu bom desempenho.

### 2. Detalhamento da Proposta

Objetivos:

- . Proporcionar condições de trabalho aos funcionários, afim de obter um atendimento satisfatório à sociedade;
- . Cobrir os aglomerados urbanos de serviços policiais necessários à segurança da população e à preservação da ordem pública;
- . Reformar e restaurar prédios de delegacias de polícia, visando a ofertar melhores serviços à comunidade;
- . Planejar e organizar os serviços de informação, estatística e telecomunicação, no âmbito desta Secretaria;
- . Dotar as unidades policiais de viaturas apropriadas para o policiamento ostensivo;
- . Elaboração de laudos periciais, extensivos ao vivo e ao morto e, bem assim, nas substâncias tóxicas, a fim de atender a sociedade e a justiça;
- . Informatizar o Sistema de Segurança;
- . Coordenar e proceder pesquisas nas atividades policiais em criminalística, medicina-legal, identificação civil e criminal.

Como órgão vinculado, o DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito) tem como finalidade principal, atender o crescimento físico de artérias e vias públicas, cujo plano de ação prevê o fortalecimento do sistema de segurança no trânsito, visando dotar esta entidade de condições necessárias ao cumprimento do seu papel de zelar pela segurança do trânsito no Estado, bem como desenvolver campanhas

educativas, no sentido de levar à população o conhecimento e a conscientização sobre a legislação do trânsito.

Destacam-se ainda, em seu plano de ação, os seguintes direcionamentos:

- Equipar o sistema viário, através de implantação de sinalização horizontal, vertical e eletrônica;
- Organizar os espaços físicos, aparelhar o edifício central e coligados através de ampla reformulação dos sistemas hidráulicos e elétricos;
- Construção de prédios de CIRETRANS, com o objetivo de abranger, em parte do interior do Estado, serviços prestados de emplacamento, fiscalização e exame para concessão de carteira de habilitação;
- Regularização de pendências no âmbito do judiciário;
- Informatização do DETRAN, com a implementação de microcomputadores, software's, para rapidez e otimização de seus serviços.

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
025- Edificações Públicas				
. Construir Instituto Médico Legal	Prédio	1	-	1
. Construir Delegacia	Delegacia	6	24	30
. Reformar e Recuperar Delegacia	Delegacia	10	40	50
179- Serviços Especiais de Segurança				
. Implantar um Laboratório Médico Legal	Laboratório	1	-	1
. Implantar laboratório Criminalístico	Laboratório	1	-	1
. Informatizar o Sistema de Segurança	Computador	1	3	4
. Manter o Departamento de Polícia Científica	Unid.	1	1	1
. Manter a Coordenadoria de Polícia	Unid.	1	1	1
174- Policiamento Civil				
. Ampliar a frota de veículos	Viaturas	90	175	265
. Manter o Departamento Central de Polícia Civil	Unid.	1	1	1
. Manter e ampliar o Fundo Especial de Reequipamento Policial	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter o Gabinete do Secretário	Unid.	1	1	1
. Manter o Departamento de Administração Policial	Unid.	1	1	1
169- Serviço Informação e Contra-informação				
. Manter o departamento de telecomunicação e estatística	Unid.	1	1	1
020- Supervisão e Coordenação Superior				
. Manter o Conselho Superior de Polícia	Unid.	1	1	1
. Manter o Conselho Diretor do Fundo Especial de Reequipamento Policial	Unid.	1	1	1
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Manter a Academia de Polícia Civil	Unid.	1	1	1

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
573- Controle de Segurança do Tráfego Rodoviário				
. Adquirir equipamentos	-	-	-	-
. Ampliar o sistema de sinalização	-	-	-	-
. Adquirir equipamentos de informática	-	-	-	-
. Promover cursos sobre educação no trânsito	-	-	-	-
. Manter os serviços de sinalização	Eventos	-	-	-
Outros Subprogramas				
025- Edificações Públicas				
. Construir CIRETRANS	M2	2.000	10.000	12.000
. Ampliar o edifício sede do DETRAN	M2	800	3.200	4.000
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
. Cumprir com o pagamento de decisões judiciais	-	-	-	-
17- Treinamento de Recursos Humanos				
. Promover treinamentos	Cursos	5	15	20
. Capacitar Recursos Humanos	Servidores	300	900	1.200

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Secretaria da Comunicação Social, criada pela Lei Estadual nº 4644 de 09 de maio de 1985, onde a sua competência restringe-se ao planejamento, coordenação, execução e o controle da política de comunicação social do Poder Executivo.

A finalidade principal da Secretaria é dar ênfase a divulgação das ações do Governo interna e externamente, a fim de que a sociedade como um todo tome conhecimento de todos os projetos, programas e obras que estão sendo realizadas, e a repercussão dessas ações na sociedade alagoana.

### 2. Detalhamento da Proposta

- Realização de campanhas para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população;

- Dotar a Secretaria de melhores condições de trabalho, com a construção de um Edifício-Sede.

A Secretaria de Comunicação tem como órgãos vinculados:

Rádio Difusora, que tem como finalidade executar atividades de radiodifusão junto à sociedade alagoana, levando ao conhecimento da população, informações sérias e precisas das ações do governo.

A Rádio Difusora de Alagoas definiu as seguintes propostas:

- Implantação de Programa de Informatização, com vistas a melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, aprimorar o atendimento ao público;

- Manutenção das atividades do órgão, visando serviços de reforma, reaparelhamento e outros imprescindíveis ao seu bom funcionamento;

- Pagamento da dívida interna.

A SERGASA definiu as seguintes propostas:

- Informatização do órgão;

- Substituição do sistema de computação industrial atual por um novo, que acompanhe o perfil operacional que o mercado requer;

- Investir na aquisição de máquinas impressoras;

Construção de Creche Escola com a finalidade de atender aos filhos de seus funcionários.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ARQUIVO ORÇAMENTÁRIO

Despesa (Subprograma / Meta)	Subprograma / Meta	Ano	Subprograma / Meta	Ano	Total
02 - Administração Geral					
02.1 - Administração Geral					
02.1.1 - Administração Geral					
02.1.1.1 - Administração Geral					
02.1.1.1.1 - Administração Geral					
02.1.1.1.1.1 - Administração Geral					
02.1.1.1.1.1.1 - Administração Geral					
02.1.1.1.1.1.1.1 - Administração Geral					



**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: RÁDIO DIFUSORA**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do órgão	Unid.	1	1	1
024- Processamento de Dados				
. Adquirir equipamentos de informática	Unid.	-	-	-
033- Dívida Interna				
. Promover o pagamento da dívida com o IAPAS	-	-	-	-

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SERVIÇOS GRÁFICOS DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
347- Produção Industrial				
. Produzir publicações oficiais	Publicação	-	-	-
348- Importação de insumos industriais				
. Adquirir equipamentos industriais				
Maquina impressora	Unid.	-	3	3
Outros Subprogramas				
024- Processamento de Dados				
. Adquirir equipamentos de informática				
Micro computador	Unid.	23	13	36
Impressora	Unid.	13	8	21
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
033- Dívida Interna				
. Promover o pagamento da dívida com os órgãos federais	-	-	-	-
025- Edificações Públicas				
. Construir creche escola	M2	-	96	96
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Capacitar Recursos Humanos	Funcionários	74	81	155

# SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO

## 1. Caracterização do órgão / Plano de Ação

Criada pela Lei Estadual N° 4.023 de 23 de maio de 1979, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e executar as ações governamentais, no que se relaciona com a identificação, o aproveitamento e a utilização de recursos hídricos de superfície e sub-solo, destinados à irrigação, visando ao fortalecimento da economia do Estado e à melhoria das condições de vida de sua população.

Dentro das diretrizes governamentais do governo, espera-se uma transformação radical da política agrícola do Estado, com o aumento de produtividade e a geração de emprego. O seu plano de ação para o quadriênio 96/99, visando o fortalecimento da economia do Estado, está voltado para:

- . Projeto de Irrigação;
- . Abastecimento de Água;
- . Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- . Psicultura.

## 2. Detalhamento da Proposta

A Secretaria Extraordinária de Recursos Hídricos e Irrigação, com o objetivo de atender as diretrizes de aumento da produtividade agrícola, planejou para os próximos 4 anos:

- . Recuperação e ampliação de perímetros irrigados existentes;
- . Reinício e a conclusão de obras de irrigação paralisadas e o aproveitamento hidroagrícola de açudes e adutoras do Estado;
- . Projetos e Implantações de novos perímetros.

**A Empresa de Recursos Naturais do Estado de Alagoas** como órgão vinculado, terá como objetivos:

- . Desenvolver ação integrada com outros órgãos e entidades privadas, na exploração e aproveitamento dos recursos naturais, pesqueiras, florestais e não energéticas;
- . Cooperar com órgãos federais na formação da política nacional de exploração e aproveitamento dos recursos naturais;

Executar, conforme os interesses do Estado de Alagoas, empreendimentos visando ao desenvolvimento de recursos naturais.

Descrição do Projeto / Plano de Ação	Objetivo	Observações
<p>1. Caracterização do órgão / Plano de Ação</p> <p>de planejar, coordenar, supervisionar, executar as ações governamentais, em nível estadual, com a identificação, o aproveitamento e a utilização de recursos hídricos superficiais e sub-solo, visando ao desenvolvimento da economia do Estado e à melhoria das condições de vida de sua população.</p> <p>Dentro das diretrizes governamentais do plano, estabelecer um plano de ação para a política estadual de água, com o objetivo de promover o aproveitamento de recursos hídricos, visando a todos os setores da economia do Estado, especialmente os setores de irrigação, abastecimento de água, geração de energia elétrica, recreação, turismo, etc.</p>	<p>1.1. Caracterização do órgão / Plano de Ação</p> <p>1.2. Abastecimento de Água</p> <p>1.3. Geração de Energia Elétrica</p> <p>1.4. Recreação e Turismo</p>	<p>1.5. Turismo</p>
<p>2. Detalhamento de Projetos</p> <p>A Secretaria Executiva de Recursos Hídricos e Energia, em conjunto com os órgãos de planejamento e execução, deverá elaborar um plano de ação para a política estadual de água, visando a todos os setores da economia do Estado, especialmente os setores de irrigação, abastecimento de água, geração de energia elétrica, recreação, turismo, etc.</p> <p>Projeto e implantação de novas barragens</p>	<p>2.1. Projeto e Implantação de Barragens</p>	<p>2.2. Geração de Energia Elétrica</p>
<p>A Empresa de Recursos Naturais do Estado de Alagoas, como órgão vinculado, tem como finalidade:</p> <p>Desenvolver, junto com outros órgãos e entidades privadas, a exploração e aproveitamento dos recursos naturais, pesqueiros, florestais e energéticos.</p> <p>Cooperar com órgãos federais no fornecimento de informações, de acordo com o aproveitamento dos recursos naturais.</p>	<p>3. Empresa de Recursos Naturais do Estado de Alagoas</p>	<p>3.1. Pesca</p> <p>3.2. Floresta</p> <p>3.3. Energia</p>

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
077- Irrigação				
Implantar, ampliar e recuperar perímetros irrigados	Ha	4 000	16 000	20 000
Construir Canal Adutor do Sertão	Km	30	100	130
Promover aproveitamento hidroagrícola de adutoras e açudes	Ha	3 000	18 000	21 000
Construir/concluir açudes/barragens para abastecimento d'água e pequena irrigação	M <sup>3</sup>	17 000 000	38 000 000	55 000 000
Elaborar estudos e projetos de irrigação e implantação	Ha	13 000	18 300	31 300
089- Desenvolvimento da Pesca				
Promover o peixamento de açudes	Ton. Avelinos	800	2 400	3 200
Recuperar a estação central de piscicultura	Unid.	1	-	1
477- Abastecimento d'Água				
Construir adutoras	Km	10	30	40
Perfurar, instalar poços tubulares	Poços	50	160	210
Recuperar e manter poços tubulares	Poços	50	100	150
Construir cisternas	Cisternas	83	417	500
Captar água subterrânea rasa	Poços rasos	180	470	650
Outros Subprogramas				
217- Treinamento de Recursos Humanos				
Capacitar corpo técnico	Técnico			
021- Administração Geral				
Manter os serviços administrativos do Gabinete do Secretário, do Departamento de Administração financeira, da Coordenadoria Pró-rios, dos Departamentos de Recursos Hídricos e de				
Elaborar Plano Estadual de Recursos Hídricos e de Irrigação	Unid	-	-	-
Elaborar Plano Estadual de Recursos Hídricos	Lei Estadual e Planos Diretores	-	-	-
Implantar e monitorar a rede hidrometeorológica	Estações Pluviométricas	10	-	10

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS DO ESTADO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
103- Proteção a Flora e a Fauna . Produzir mudas	M2	-	8.000	8.000
104- Reflorestamento . Arborizar açudes	Mudas	-	2.880.000	2.880.000
447- Abastecimento D'Água . Perfurar poços tubulares	Poços	-	252	252
. Recuperar poços tubulares	Poços	61	147	208
. Recuperar laboratório de Análises Químicas	laboratório	-	1	1
. Construir cisternas	Cisternas	125	375	500
055- Pesquisa Aplicada . Elaborar estudos, projetos e pesquisas	-	-	-	-
089- Desenvolvimento da Pesca . Recuperar base de Piscicultura	Unid.	-	1	1
292- Levantamento geológico . Elaborar mapeamento hidrogeológico do Semi-Árido	Estudo	-	1	1
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral . Manter as atividades do Órgão	Unid.	1	1	1
. Cumprir as decisões judiciais	-	-	-	-

## SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação.

Criada pela Lei nº 4447 de 20 de junho de 1983, com a função de planejar, coordenar, executar e controlar a política no que concerne ao abastecimento de água, esgoto sanitário, energia convencional e distribuição de gás natural.

São atribuições da SENERG:

- . Transferir recursos de aumento de capital social da CASAL, CEAL, ALGÁS;
- . Acompanhar todos os projetos das empresas acima citadas e dar assistência às mesmas no que se refere a nível de governo federal;
- . Acompanhar os trabalhos restantes da adutora Pão de Açúcar a de Olho D'água das Flores e implantar outras adutoras.

### 2. Detalhamento da Proposta.

São objetivos da SENERG:

- . Fortalecer a empresa responsável pela manutenção e expansão dos sistemas de gás natural;
- . Participação societária na ALGÁS, CEAL E CASAL;
- . Fortalecer a empresa responsável pela manutenção e expansão dos sistemas energéticos, distribuição de água e saneamento no Estado;
- . Implantação da Adutora Pão de Açúcar, a Olho D'água das Flores e realização de outras.

Com relação aos órgãos vinculados destacam-se os seguintes aspectos:

**CEAL:** Empresa de sociedade de economia mista, concessionária do fornecimento de distribuição de energia elétrica para o Estado de Alagoas; promovendo e viabilizando o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

**CASAL:** Empresa de economia mista, que tem como finalidade principal, promover o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário em todo o Estado de Alagoas, sob formas de atuação que permitam compatibilizar suas finalidades sociais e empresárias, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de saúde da população.

**ALGÁS:** A companhia tem por objetivo promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços cor-

relatos, observada a Legislação Federal, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás à matriz energética do Estado.

Características do Gás / Plano de Ação	Estado
<p>Transferir recursos de aumento de capital social da CASAL CEAL ALGAS para apoiar todos os projetos das empresas acima citadas e dar assistência às mesmas no que se refere a nível de governo federal, estadual e municipal.</p> <p>Apoiar os trabalhos realizados da Adutora Pão de Açúcar de Goiás e apoiar as forças e implantar outras adutoras.</p>	<p>Estado de Goiás</p>
<p>2. Detalhamento da Pesquisa</p> <p>São objetivos da SENERG:</p> <p>Realizar e manter responsável pela manutenção e expansão das redes de gás natural.</p>	<p>Estado de Goiás</p>
<p>Parceiros societários na ALGAS CEAL e CASAL</p> <p>Realizar e manter responsável pela manutenção e expansão das redes de gás natural.</p>	<p>Estado de Goiás</p>
<p>Implantação da Adutora Pão de Açúcar, a Gilco B' gás das forças e implantação de outras</p> <p>Com relação aos gases virtuais destacam-se os seguintes aspectos:</p>	<p>Estado de Goiás</p>
<p>CASAL Empresa de economia mista, concessionária do transporte de distribuição de energia elétrica para o Estado de Alagoas, promovendo a realização e desenvolvimento socio-econômico do Estado.</p>	<p>Estado de Alagoas</p>
<p>CASAL Empresa de economia mista, que tem como finalidade principal promover o abastecimento de gás natural e o resgate do gás natural em todo o Estado de Alagoas, sob forma de concessão que permita compartilhar suas instalações sociais e econômicas, contribuindo assim, para a melhoria das condições de saúde da população.</p>	<p>Estado de Alagoas</p>
<p>ALGAS: A companhia tem por objetivo promover a produção, aquisição e comercialização de gás e a prestação de serviços por</p>	<p>Estado de Alagoas</p>



TABELA DE METAS

ÓRGÃO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
266- Geração de Energia Elétrica				
· Desenvolver fontes de energia alternativas	MW	-	8,7	8,7
267- Transmissão de Energia Elétrica				
· Implantar linhas de transmissão de energia	KM	40	124	164
· Ampliar, melhorar e reformar subestações	MVA	18,8	58,5	77,3
268- Distribuição de Energia Elétrica				
· Efetuar ampliações, reformas e melhoramentos em rede de distribuição	KM	273	1.444	1.717
· Efetuar ampliações, reformas e melhoramentos em sistemas de eletrificação rural	KM	340	1.141	1.481
· Efetuar a implantação da 1º etapa do Projeto Costa Dourada	KM/linha transm.	14	-	-
	KM/linha distri.	-	12,5MVA e 10 Id	-
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
· Manter o sistema elétrico em condições adequadas a cont. do serviço e segurança	-	-	-	-

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
447- Abastecimento d'Água				
. Elevar a população beneficiada aumentando a oferta de água potável	Habitantes	63.775	41.990	105.765
. Complementar obras do sistema Pratygy para aumentar a população beneficiada	Habitantes	611.780	613.403	725.183
. Ampliar o sistema coletivo de abastecimento d'água da Zona do Agreste elevando a população beneficiada	Habitantes	267.181	56.198	323.379
. Substituir equipamentos e materiais do sistema coletivo da Bacia Leiteira p/aumentar o atendimento a população	Habitantes	53.427	-	53.427
. Elevar a população beneficiada de Craíbas, Palmeira dos Índios, Minalador do Negrão, Igaci e Estrela de Alagoas	Habitantes	64.368	13.640	78.008
. Promover o reequipamento do sistema de Rio Largo p/elevar população beneficiada	Habitantes	48.488	-	48.488
. Recuperar os sistemas de Anadia e Maribondo, visando elevar a população beneficiada	Habitantes	21.038	-	21.038
. Ampliar a capacidade de atendimento de localidades operadas p/CASAL	Habitantes	443.257	294.856	738.113
. Aumentar a população beneficiada da Adutora do alto Sertão	Habitantes	74.890	15.406	40.296
. Ampliar a capacidade de tratamento e qualidade da água, aumentando a população beneficiada	Habitantes	263.331	141.939	405.270
. Atender 1/3 da população através da melhoria e recuperação do sistema de abastecimento de Maceió	Habitantes	180.966	13.414	194.380
. Aumentar a população beneficiada c/desenvolvimento do Programa de Construção e Manutenção de poços	Habitantes	52.559	122.637	175.196
. Elevar população beneficiada com ampliação do sistema adutor da Bacia Leiteira	Habitantes	96.607	8.938	105.545
. Elevar a população beneficiada, com a implantação do novo sistema coletivo de abastecimento d'água da região Serrana	Habitantes	96.467	28.912	125.379

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: COMPANHIA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
447- Abastecimento d'água (continuação)				
. Elevar à população beneficiada de Traipú	Habitantes	6.623	-	6.623
. Elevar à população beneficiada de Arapiraca	Habitantes	114.548	35.285	149.883
449- Sistemas de Esgotos				
. Elevar o atendimento à população c/implantação de sistemas de esgotos sanitários nas localidades abrangidas pelo Projeto Costa Dourada	Habitantes	-	118.500	118.500
. Elevar o atendimento à população c/ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Maceió	Habitantes	178.631	9.452	188.083
. Elevar população beneficiada de Arapiraca c/implantação do Sistema de Esgoto Sanitário	Habitantes	31.348	63.481	94.829
. Elevar população beneficiada c/recuperação e melhoria, do Sistema de Esgoto Sanitário de Maceió	População	178.631	4.726	183.357
. Beneficiar população c/implantação de Sistema de Esgotos Sanitários diversas localidades	População	216.394	209.830	426.224
. Beneficiar população c/implantação do Interceptor da Lagoa Mundaú interligando com o Emissário Submarino	População	150.000	-	150.000
Outros Subprogramas				
043- Org. Moder. Administrativa				
. Desenvolver Sistema Empresarial da Companhia através de treinamento	Funcionários	27	73	100
. Aprimorar as condições de trabalho	-	-	-	-
. Tornar as ações de operação dos Sistemas devidamente otimizadas	-	-	-	-
. Honrar o pagamento da dívida	-	-	-	-
021- Administração Geral				
. Manutenção das atividades do Órgão	Unid.	1	1	1



## SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E RECURSOS NATURAIS DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Secretaria de Transportes, Obras e Recursos Naturais tem como objetivo planejar, coordenar, executar e controlar a Política de Transporte e Obras Públicas do Estado de Alagoas.

Compete à SETOR, em conjunto com os órgãos a ela vinculados, as seguintes ações:

- . Coordenar a implantação do sistema viário estadual;
- . Projetar, construir, conservar e recuperar a malha viária do Estado;
- . Coordenar o sistema de transporte metropolitano e intermunicipal, terminais rodoviários, aéreos, fluviais e lacustres;
- . Promover e coordenar estudos e pesquisas nas áreas de urbanismo e de preservação de monumentos naturais e sítios históricos;
- . Fiscalizar, conservar, recuperar e manter prédios públicos, como também recuperar e conservar os já tombados, patrimônio histórico do Estado.

### 2. Detalhamento da Proposta

Esta Secretaria propõe-se a:

- . Estudos e projetos para construção de aeródromos e recuperação dos existentes;  
META: construção de seis (06) aeródromos.
- . Controle e segurança do tráfego aéreo ;  
META: garantir a segurança do tráfego aéreo.
- . Construir e reformar terminais rodoviários:  
META: construir trinta (30) terminais.
- . Controle e segurança do tráfego ferroviário estadual;  
META: garantir a segurança das ferrovias.
- . Estudos, projetos e construção de terminais fluviais em alguns municípios;  
META: construção de quatro (04) terminais.
- . Projetos de segurança do tráfego hidroviário;  
META: garantir a segurança das hidrovias.

- . Estudos e projetos para a criação de transporte metropolitano no Estado;  
META: viabilização dos transportes metropolitanos.
- . Conclusão de obras no porto de Maceió (convênio com órgão afim da esfera federal);  
META: melhoria do porto de Maceió.
- . Informatização da SETOR;  
META: obter computadores e equipamentos.
- . Manutenção de atividades administrativas, inclusive adquirir dois (02) veículos de passageiros.

## **SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO ESTADO DE ALAGOAS S/A**

### **1. Caracterização do Órgão/ Plano de Ação:**

Empresa criada pela Lei Estadual 3.065 de 08 de abril de 1970, a fim de prestar serviços de Engenharia e projetos aos órgãos da administração direta e indireta Estadual e Municipal.

Vinculada à Secretaria de Transporte, Obras e Recursos Naturais, obedece ao seguinte plano de ação:

- . Estudar, projetar e fiscalizar obras de interesse dos órgãos da administração direta e indireta do Estado, dos que fazem a administração municipal de Alagoas, mediante convênios e ou contratos firmados com os respectivos órgãos.

### **2. Detalhamento da Proposta:**

As proposta da SERVEAL para o quadriênio 96/99 são as seguintes:

- . Manutenção da empresa, com o intuito de melhorar o seu desempenho;  
METAS: aquisição de seis (06) veículos e capacitar trinta e três (33) técnicos.
- . Reforma e manutenção do edifício - sede;
- . Informatizar os setores técnicos e garantir a sua manutenção;  
META: implantar onze (11) terminais de computadores.
- . Desenvolver projetos arquitetônicos e garantir a compra de equipamentos, contratar consultoria especializada e manutenção geral dessas atividades.

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de ação:

Entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, administração centralizada, vinculada à SETOR-AL.

As ações do órgão estão voltadas para a execução da Política Rodoviária Estadual, cabendo-lhe atividades técnico-administrativas necessárias ao alcance de seus objetivos, diretamente ou em cooperação com outros órgãos.

Daí então, estuda e elabora projetos rodoviários; constrói, restaura e conserva rodovias; obras de artes especiais e complementares, terminais de passageiros e controle e segurança de tráfego rodoviário.

### 2. Detalhamento da Proposta

As propostas do DER-AL dizem respeito a:

- . Construção de pontes, rodovias e diques;  
META: 1.885 m.
- . Melhoria das condições de tráfego de região litorânea, visando o desenvolvimento turístico;  
META : construção de 45,20 km.
- . Reconstrução de rodovias;  
META: reconstrução de 301 Km.
- . Aquisição de equipamentos, permitindo a execução e continuidade das obras;
- . Manutenção de equipamentos;
- . Construção e pavimentação de rodovias;  
META: 701,60 Km.
- . Estudos e projetos a fim de viabilizar o programa de investimentos;  
META: 708,50 Km.
- . Construção e melhoramento de terminais rodoviários;  
META: 2.400 m<sup>2</sup>.
- . Melhoria das condições de trabalho do órgão;  
META: 10.610 m<sup>2</sup>.

Conservação de rodovias;  
META: 2.680 Km.

Consultoria e capacitação de recursos humanos;

Restauração de rodovias;  
META: 478 Km.

Manutenção das atividades administrativas;

Item	Subprograma / Meta	Quantidade	Valor	Observações
523	Manutenção e conservação de rodovias	2.680		
524	Restauração de rodovias	478		
525	Manutenção das atividades administrativas			
526	Manutenção de veículos			
527	Manutenção de equipamentos			
528	Manutenção de instalações			
529	Manutenção de mobiliário			
530	Manutenção de energia elétrica			
531	Manutenção de água e esgoto			
532	Manutenção de telefonia			
533	Manutenção de informática			
534	Manutenção de segurança			
535	Manutenção de saúde			
536	Manutenção de cultura			
537	Manutenção de esporte			
538	Manutenção de lazer			
539	Manutenção de turismo			
540	Manutenção de meio ambiente			
541	Manutenção de planejamento			
542	Manutenção de avaliação			
543	Manutenção de comunicação			
544	Manutenção de controle			
545	Manutenção de gestão			
546	Manutenção de recursos humanos			
547	Manutenção de tecnologia			
548	Manutenção de infraestrutura			
549	Manutenção de logística			
550	Manutenção de materiais			
551	Manutenção de serviços			
552	Manutenção de outros			

**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
<b>523- Infraestrutura Aeroportuária</b>				
. Construção de 3 aeródromos com a finalidade de atender o desenvolvimento municipal	Aeródromos	-	3	3
. Conclusão do aeródromo de Santana do Ipanema e recuperação dos aeródromos de Penedo e Arapiraca	Aeródromos	1	2	3
<b>534- Terminais Rodoviários</b>				
. Construção e Reforma de terminais rodoviários em vários municípios do Estado	Term. Rodov.	3	27	30
<b>562- Portos e Terminais Fluviais e Lacustres</b>				
. Estudos, projetos e construção de Terminais Fluviais nos municípios de Penedo, Traipú, Piranhas - Pão de Açúcar	Term. Fluviais	-	4	4
<b>564- Controle e Segurança do Tráfego Hidroviário</b>				
. Providenciar projetos de Segurança p/Tráfego Hidroviário	-	-	-	-
<b>563- Portos e Terminais Marítimos</b>				
. Concluir Obras inacabadas no porto de Maceió	M2	-	-	-
<b>572- Transporte Metropolitano</b>				
. Ampliar a capacidade de transportes de passageiros	Passageiros	15.000	30.000	45.000
<b>544- Controle e Segurança do Tráfego Ferroviário</b>				
. Garantir a manutenção da malha ferroviária do Estado	-	-	-	-
<b>524- Controle e Segurança do Tráfego Aéreo</b>				
. Garantir o bom funcionamento dos aeródromos	-	-	-	-

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Outros Subprogramas				
024- Processamento de Dados				
Informatizar Diversos setores da SETOR	Computadores	-	8	8
021- Administração Geral				
Manutenção do gabinete e do órgão	Unid.	2	2	2
Aquisição de veículos	Veículos	-	2	2

**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: SERVIÇO DE ENGENHARIA DO ESTADO DE ALAGOAS**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
025- Edificações Públicas				
. Projetos arquitetônicos:				
. Compra de equipamentos e consultoria especializada	Equip./Consult.	-	-	-
. Outros Subprogramas				
024- Processamentos de Dados				
. Informatização dos setores técnicos	Terminais de comp	8	3	11
021- Administração Geral				
. Manter os Serviços Administrativos do Órgão	Unid	1	1	1
. Reforma do Prédio Sede	M2	400	400	800

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DE ALAGOAS

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
531- Rodovias				
. Construir e reconstruir rodovias através de:				
Complexo Turístico costa Dourada	KMs	-	45,20	45,20
Reconstrução de rodovias	KMs	140	161	301
Obras de Artes Especiais	M <sup>2</sup>	550	1.335	1.885
537- Construção e pavimentação de Rodovias	KMs	22,90	678,70	701,60
045- Estudos de Pesquisas Econômicos-Sociais				
. Estudos e Projetos	KMs	91,67	589,23	708,50
532- Terminais Rodoviários				
. Construção e modernização de Terminais Rodoviários	M <sup>2</sup>	400	2.000	2.400
538- Conservação de Rodovias				
. Manter a malha viária do Estado	KMs	500	2.180	2.680
539- Restauração de Rodovias				
. Melhores Condições de Tráfego	Kms	16	462	478
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter os serviços Administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
043- Organização e Modernização Administrativa				
. Capacitação de pessoal e contratação de consultoria	Pes. técnico	-	-	-
025- Edificações Públicas				
. Construir e efetuar melhoramento no prédio da SETOR	M <sup>2</sup>	2.410	8.200	10.610

## SECRETARIA DE CULTURA

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

A Secretaria de Cultura tem por finalidade o Planejamento, a Coordenação, a Execução e o Controle da Política de Cultura do Poder Executivo. Compete à Secretaria, dar execução ao Plano Estadual de Cultura, buscando a valorização do homem e a justa valorização dos bens por ele produzidos.

O Plano de Ação global do governo estadual para a área de cultura, está fundamentado em três vertentes: Preservação, Criação e Divulgação da Cultura Alagoana.

O trabalho conjunto com a Educação e o Turismo é a meta da Secretaria da Cultura, associando o evento à formação, sem a qual o esforço da retomada do trabalho cultural será inócuo. A reforma administrativa para o setor cultural deverá considerar a necessidade de ampliação de recursos e incentivos, a desburocratização dos órgãos e entidades estatais, e refletirá, através de uma estrutura ágil e atuante, o efetivo compromisso do governo com o desenvolvimento cultural de Alagoas.

### 2. Detalhamento da Proposta

Como objetivos principais para que a cultura alcance o lugar de destaque que merece, salienta-se:

- . Projetos que tenham como função resgatar a Biblioteca Pública e o Arquivo Público, como organismos disseminadores da cultura;
- . Preservação, restauração e vitalização do acervo e dos monumentos que compõem o Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado de Alagoas;
- . Criação de um elo de ligação entre a população e a classe produtora de bens culturais, estimulando a população ao consumo das produções artísticas;
- . Democratizar o acesso aos bens culturais, recuperando os acessos culturais e regionalizar a produção artística e cultural, criando um sistema de difusão, informação e divulgação na área cultural;
- . Formação, capacitação e profissionalização de pessoas para ativar a área cultural.

Com relação ao seu órgão vinculado a FUNTED é uma entidade de direito público, criada para preservar, pesquisar, guardar, fomentar, incentivar, amparar, difundir e divulgar a memória cultural e as artes no Estado, enfim desenvolver ações para a preservação cultural e para o desenvolvimento das artes no Estado.

**TABELA DE METAS**

**ÓRGÃO: SECRETARIA DA CULTURA**

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
246- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico				
. Ateliê de restauração e conservação de bens móveis				
. Adequar o espaço físico	M2	71	-	71
. Promover o levantamento das instituições e identificação do acervo	Municípios	102	-	102
. Recuperar o Palacete Barão de Jaraguá	Unid.	1	-	1
. Restaurar a Igreja de Santa Maria Madalena	Unid.	1	-	1
. Restaurar a Igreja Nossa senhora dos Anjos	Unid.	1	-	1
. Construir cerca em torno da Serra da Barriga	M	8.340	-	8.340
. Promover inventário do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Estado	Regiões Geográficas	4	-	4
. Recomposição paisagista do centro de Penedo	Imóveis	110	300	400
. Recomposição paisagista da zona de preservação Rigorosa de Marechal Deodoro	Imóveis	100	100	400
. Recuperar a Casa de Cultura de Porto Calvo	M2	360	-	360
. Recuperar a Cadeia Pública e Casa de Câmara de Marechal Deodoro	M2	300	-	300
. Promover reflorestamento da Serra da Barriga	Ha	258	-	258
. Construir e equipar o Memorial Zumbi dos Palmares	Unid	1	-	1
. Tombar e Recuperar a Cadeia Pública de Pão de Açúcar	M2	225	-	225
. Manter o Museu de Artes Sacras	Unid.	1	1	1
247- Difusão Cultural				
. Estação dos Gestos - O Nordeste Encena				
. Fórum de Debates	Participantes	800	2.400	3.200
. Oficina de Artes Cênicas	Participantes	160	480	640
. Mostra de Teatro	Espectadores	5.000	15.000	20.000
. Documentação	Exemplares	1.500	4.500	6.000
. Memória Musical de Alagoas				
. Promover Pesquisas	Entrevistas	60	-	60
. Debate Sobre Produção Musical	Encontro	1	-	1

TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CULTURA

Sub-programa / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
Edições de Discos	Edições	3	-	3
Edições de Fitas	Edições	5	-	5
Sistema de arq. e recuperação	Sistemas	2	-	2
Imagem do Real e do Imaginário Alagoano				
Recuperar e adequar o espaço físico	M2	40	-	40
Acervo de Imagens	Unid.	1	-	1
Banco de filmes e vídeos	Unid.	1	-	1
Preservar o Folclore Alagoano				
Catalogar Folguedos Populares	Grupos	27	-	27
Adquirir instrumentos	Unid.	150	-	150
Adquirir indumentária	Unid.	500	-	500
Apresentação de Grupos Folclóricos	Apresentação	30	-	30
Promover o deslocamento do Trem Cultural	Viagens	12	36	48
Promover a Semana do Folclore Alagoano	Dias	7	21	28
Mostra Nacional de Cinema e Vídeo	Dias	6	-	6
Caravana da Cultura				
Viagens de grupos artísticos ao interior do Estado	Viagens	10	60	70
Elaborar álbum sonoro e fotográfico do folclore	Unid.	-	1	1
Festival de Cinema de Penedo				
Mostra Competitiva de Cinema	Competidores	-	30	30
Mostra Competitiva de Vídeo	Competidores	-	30	30
Manter as Casas de Cultura	Unidades	06	06	06
Outros Subprogramos				
021- Administração Geral				
Manter as atividades administrativas do Gabinete e Departamento de Administração	Unid.	2	2	2
Sentenças Judiciais	-	-	-	-
022- Documentação e Bibliografia				
Reestruturar a Biblioteca Pública Estadual				
Adequação funcional da Biblioteca	Unid.	850	-	850
Recuperar e atualizar o acervo da Biblioteca	Unid.	2	-	2
Treinar pessoal	Cursos	3	-	3



TABELA DE METAS

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO TEATRO DEODORO

SECRETARIA DA CULTURA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
246- Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico				
. Promover serviços de obras e instalações	Unid.	2	-	2
. Restaurar o acervo	Unid.	42	92	134
. Preservação dos prédios	Unid.	5	5	5
247- Difusão Cultural				
. Promover a Cultura	Eventos	26	182	208
Outros Subprogramas				
024- Processamento de Dados				
. Adquirir equipamentos de informática	Unid.	5	6	11
217- Treinamento de Recursos Humanos				
. Capacitar Recursos Humanos	Funcionários	10	30	40
021- Administração Geral				
. Manter os serviços administrativos do Órgão	Unid.	1	1	1
. Cumprir com o pagamento de decisões judiciais	-	-	-	-
033- Dívida Interna				
. Cumprir com o pagamento da dívida do IAPAS e FGTS	-	-	-	-

## SECRETARIA DE TURISMO

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de ação:

O objetivo maior da SETUR é transformar o Estado de Alagoas em modelo turístico.

Para tanto, encarrega-se de:

- . Planejar, coordenar e executar a política estadual de fomento ao turismo;
- . Assistir ao Governo do Estado nos assuntos pertinentes ao setor;
- . Expedir instruções relativas à execução de leis e decretos relacionados à esfera de sua competência;
- . Compatibilizar as finalidades institucionais da EMATUR com as atribuições reservadas à Secretaria de Turismo, em conformidade com a Lei.

As ações dessa Secretaria dizem respeito a:

- . Desenvolvimento do turismo no Estado de Alagoas, visando a implantação dos Projetos Costa Dourada e Paraíso das Águas;
- . Interiorização do turismo em parceria com as Prefeituras Municipais;
- . Desenvolvimento de ações complementares para o fortalecimento do turismo no Estado;
- . Atividades de manutenção da SETUR.

### 2. Detalhamento da Proposta:

A SETUR tem como proposta global a promoção do turismo. Em assim sendo, seus trabalhos estão direcionados para:

- . Planejamento e fomento da indústria turística;
- . Incentivo à pesquisa para o desenvolvimento das potencialidades turísticas do Estado;
- . Divulgação e promoção do patrimônio cultural e das belezas naturais de Alagoas;
- . Incentivo à construção de infra-estrutura turística.

## EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação:

A EMATUR vinculada à Secretaria de Turismo, se caracteriza por adotar uma política de fomento e de execução do desenvolvimento do turismo no Estado de Alagoas, mediante estudos, programas e realização de serviços conexos às suas finalidades.

Dessa forma, suas ações estão voltadas para:

- . Dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades ligadas a estudos econômicos e turísticos;
- . Divulgar, em âmbito internacional, nacional, regional, estadual e municipal, o patrimônio cultural e ambiental do Estado;
- . Desenvolver atividades ligadas a programas especiais, especificamente aqueles ligados ao PRODETUR/NE.

### 2. Detalhamento da Proposta:

As propostas dessa empresa compreendem:

- . Ações de caráter administrativo, visando a execução de seus programas;
- . Promoção e desenvolvimento do turismo, mediante a implementação da infra-estrutura turística e implantação de equipamentos turísticos;
- . Divulgação do potencial turístico do Estado de Alagoas a nível de Brasil e do exterior, tendo em vista a geração de investimentos e de emprego a nível local;
- . Sinalização turística, que possibilite ao turista, identificar pontos de referência de seu interesse;
- . Desenvolvimento de turismo de eventos, no sentido de divulgar o potencial turístico e manter o fluxo, permanentemente;
- . Serviços de consultoria afim de desenvolver, de forma integrada, planos e projetos, apoiando a unidade executora estadual;
- . Melhoria das condições físicas da empresa, a partir da construção de sua sede;
- . Construção de Centro de Convenções capaz de proporcionar oportunidade de eventos/lazer, de modo a melhor divulgar essas atrações, em especial, transformar a baixa em média estação;

. Implantação de Centro de Processamento de Dados, visando a modernização da empresa.

Dessa maneira, suas metas dizem respeito a:

- . Implantação de quatro (4) terminais turísticos e um parque temático;
- . Realização de 39 eventos turísticos;
- . Implantação de 250 placas de sinalização;
- . Realização de 60 eventos turísticos;
- . Elaboração de projetos de consultoria em 25 municípios;
- . Construção da sede da EMATUR, com 3.000 m<sup>2</sup>;
- . Construção de Centro de Convenções numa área de 25.000 m<sup>2</sup>;
- . Aquisição de 15 microcomputadores.

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TURISMO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
363- Promoção do Turismo				
· Plano Diretores dos Municípios	Unid.	-	-	-
· Sistemas Rodoviários	Km	-	-	-
· Sistemas de Balsas	Unid.	-	-	-
· Abastecimento D'Água	Sistema	-	-	-
· Esgotamento Sanitário	Sistema	-	-	-
· Limpeza Urbana	-	-	-	-
· Energia Elétrica	Km	-	-	-
· Telecomunicação	-	-	-	-
· Vias Urbanas	-	-	-	-
· Saúde	-	-	-	-
· Educação	-	-	-	-
· Recuperação de Águas dragadas	Unid.	-	-	-
· Aperfeiçoamento Institucional	Unid.	-	-	-
Outros Subprogamas				
020- Supervisão e Coordenação Superior				
· Manter os serviços administrativos do Gabinete do Secretário	Unid.	1	1	1
021- Administração Geral				
· Manter os serviços administrativos do Departamento de Administração	Unid.	1	1	1

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: EMPRESA ALAGOANA DE TURISMO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
363- Promoção do Turismo				
. Equipamentos Turísticos	Unid.	1	4	5
. Elaborar material de divulgação turística	Publicação	-	-	-
. Participar de eventos turísticos	Eventos	4	26	30
. Implantar placas de sinalização turística	Placas	100	100	200
. Apoiar os projetos de turismo de eventos	Projetos	15	45	60
. Construir o Centro de Convenções	M2	15.000	10.000	25.000
. Contratar consultorias para elaboração de projetos de desenvolvimento turístico integrado	Consultoria	5	20	25
. Manter os serviços administrativos do órgão	Unid.	1	1	1
Outros Subprogramas				
033- Dívida Interna				
. Promover o pagamento da dívida com o IAPAS e FGTS	Parcelas	12	48	60
025- Edificações Públicas				
. Construir a Sede da EMATUR	M2	-	3.000	3.000
024- Processamento de Dados				
. Adquirir equipamentos de informática	Unid.	7	7	14

## SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação.

Criada pela Lei Estadual nº 5.518 de 15 de julho de 1993, com a finalidade de proporcionar apoio às Prefeituras das cidades do interior alagoano e promover ações de articulação entre o Ministério do Interior do Governo Federal e as Prefeituras Municipais, interessadas na obtenção de verbas federais para a realização de construção, urbanização, saneamento, infraestrutura e elaboração de projetos.

Para isso, conta com a seguinte programação:

- . Construção de obras nos municípios do interior do Estado nas áreas sociais;
- . Saneamento Básico;
- . Elaboração de Projetos para atendimento dos pleitos das Prefeituras Alagoanas;
- . A grande maioria das obras serão realizadas em conjunto com outros órgãos, quais sejam: CASAL, CEAL e SENERG.

### 2. Detalhamento da Proposta.

São seus objetivos principais:

- . Proceder a articulação entre o Município de Maceió e quantos mais com ele compõem o mesmo complexo geoeconômico e social, visando a promoção de meios voltados ao desenvolvimento integrado e redução das desigualdades existentes;
- . Planejar e fazer executar obras e serviços de interesse da comunidade metropolitana;
- . Contribuir para o relacionamento entre os municípios abrangidos e as administrações federal e estadual.

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
025- Edificações Públicas				
. Construção Mine Terminais de Ônibus	Mini-Terminais	-	16	16
. Construção de Prédios	Prédios	-	9	9
. Construção de Usina de beneficiamento de lixo	Usina	-	2	2
323- Planejamento Urbano.				
. Urbanização da Praia da Barra de São Miguel	M <sup>2</sup>	-	532	532
. Urbanização da Lagoa Oiteiro (Penedo)	M <sup>2</sup>	-	851	851
. Urbanização de Favela (Maragogi)	M <sup>2</sup>	-	532	532
448- Saneamento Geral				
. Construção de Estação de tratamento de Esgotos (Messias)	M <sup>2</sup>	-	2.500	2.500
043- Org. Modern. Administrativa				
. Elaborar Código de Postura de Penedo e Plano Diretor de Atalaia e Flexeiras	Volumes	-	3	3
. Construção de Estação Hidro Mineral (Mar Vermelho)	Estação	-	1	1
. Ampliar e melhorar o abastecimento d'água em Canapi/Viçosa	M <sup>2</sup>	-	6.000	6.000
297- Regularização cursos d'água				
. Canalização de um rio em Arapiraca	M <sup>2</sup>	-	300	300
575- Vias Urbanas				
. Melhoria no Sistema Viário	Km	-	1	1
. Pavimentação Centro Urbano	Km	-	1	1
327- Iluminação Pública				
. Melhorar Rede Elétrica de Roteiro	Km	-	1	1
Outros Subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter as atividades do Gabinete e Departamento de Administração	Unid.	1	1	1
217 - Treinamento de Recursos Humanos				
. Capacitação e treinamento em Recursos Humanos	-	-	-	-

## SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Criada pela Lei Estadual de N° 5676 de 03 de fevereiro de 1995, com a finalidade de assistir ao Governo do Estado, nos atos de programação e execução de sua política.

Existe a necessidade urgente de promover a formação e aprimoramento de recursos humanos, implantar sistemas de informática, construir, reformar, recuperar e reequipar vários setores, tendo em vista a eficiência dos serviços prestados e adequação da sua estrutura à lei de execução penal e às funções estabelecidas para esta secretaria.

### 2. Detalhamento da Proposta

Suas finalidades subsidiam as seguintes propostas:

- . Recuperar as condições físicas do prédio do Centro Psiquiátrico Judiciário;
- . Conclusão da Penitenciária Masculina de Alagoas, cujo projeto visa corrigir as atuais condições do presídio, onde uma população de 330 presos divide um espaço, cuja capacidade máxima é para 150 detentos;
- . Recuperação e ativação da Colônia Penal Agrícola Santa Fé;
- . Reforma do Instituto Prisional Santa Luzia;
- . Construção da casa do Albergando;
- . Reforma e recuperação do Estabelecimento Prisional São Leonardo;
- . Reforma do Centro de Recuperação do Menor;
- . Modernização do sistema de informações da Secretaria de Justiça.

## TABELA DE METAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE JUSTIÇA

Subprograma / Metas	Unidade	Quantidade		
		1996	1997/1999	Total
025- Edificações Públicas				
. Recuperação do Prédio do Centro Psiq. Judiciário	Prédio	1	-	1
. Construir penitenciária masculina	Prédio	1	-	1
. Recuperar e ativar a colônia agrícola Santa Fé	Prédio	1	-	1
. Recuperar e reformar o Estabelecimento prisional São Leonardo	Prédio	1	1	1
. Reformar o Instituto P. Santa Luzia	Prédio	1	-	1
. Contruir a casa do albergado	Prédio	1	-	1
. Reformar e recuperar o Centro de Recuperação do Menor	Prédio	1	-	1
. Construir cadeias públicas estaduais	Prédio	10	40	50
013- Ação Judiciária				
. Ampliar a frota de veículos	Veículos	5	15	20
. Adquirir equipamentos profissionalizantes	Equipamentos	3	11	14
. Adquirir equipamentos destinados a cozinha e a lavanderia	Equipamentos	3	11	14
. Adquirir Equipamentos médicos e odontológicos	Equipamentos	3	11	14
. Manter o Conselho E. de Entorpecentes	Unid.	1	1	1
. Manter o Conselho Penitenciário Estadual	Unid.	1	1	1
. Manter o Conselho de Recuperação do Menor	Unid.	1	1	1
015- Custódia e Reintegração				
. Ativar o pavilhão industrial	Equipamentos	3	11	14
Outros subprogramas				
021- Administração Geral				
. Manter o Departamento Orient. ao Consumidor - PROCON	Unid.	1	1	1
. Manter o Departamento Central de Justiça	Unid.	1	1	1
. Manter o departamento de Administração	Unid.	1	1	1
. Manter o Departamento de Regeneração Social do Menor	Unid.	1	1	1
. Treinamento de Recursos Humanos				
. Treinar e capacitar	Pessoas	-	-	-



## FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS

### 1. Caracterização do Órgão / Plano de Ação

Criada pela Lei complementar nº 05 de setembro de 1990, tem como finalidade amparar a pesquisa científica e tecnológica no Estado de Alagoas, promovendo o intercâmbio e a formação de pesquisadores mediante concessão ou complementação de auxílios, bolsas de estudos ou pesquisas, no país ou no exterior.

Nessa linha de ação, assessora o Governo do Estado na formulação de sua política de Ciência e Tecnologia, buscando, num processo contínuo e sustentado, a formação de recursos humanos de alto nível, estruturando um tecido de competência tecnológica necessária ao desenvolvimento do Estado.

Para tanto, conta com a seguinte programação:

- . Concessões de bolsas de estudos através de financiamentos, que vão de iniciação científica ao doutorado;
- . Concessões de auxílios à pesquisa, a nível individual e ou institucional;
- . Projetos especiais: de cunho estratégico, de desenvolvimento tecnológico e os chamados projetos induzidos.

### 2. Detalhamento da Proposta

Projetos delineados:

- . Laboratórios associados;
- . Recuperação dos Centros de Pesquisas do Estado de Alagoas;
- . Auxílios à Bibliotecas Setoriais;
- . Educação informal em C&T;
- . Instrumentação e Laboratórios;
- . Treinamentos de Professores de 1º e 2º graus;
- . Formação de Centros de Excelência;
- . Instituto Politécnico;
- . Levantamento documental.

Dos chamados projetos induzidos já se encontram instalados e/ou em fase de implantação:

- . Rede Nacional de Pesquisa;
- . Rede Estadual de Informações.



1. DESPESA À CONTA DOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DE  
**ANEXO IV - ORÇAMENTO DO PLANO**

RELEVAMENTO À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

DESCRIÇÃO	1999	2000	Total
Despesa Corrente	24.533	24.111	48.644
Despesa de Capital	47	240	287
Reserva de Contingência	20.955	20.175	41.130
Reserva de Contingência	24.754	240	25.000
Total	51.891	57.952	109.843
Despesa de Capital	47	17.410	17.457
Total	51.938	75.362	127.300

**1. DESPESA À CONTA DOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DE  
SEGURIDADE SOCIAL**

1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
001- Ação Legislativa	51.383	290.691	342.074
Despesas de Capital	430	966	1.396
Despesas Correntes	50.953	289.725	340.678
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	50.953	289.725	340.678
Total Geral	51.501	307.252	358.753
Despesas de Capital	467	17.410	17.877
Despesas Correntes	51.034	289.842	340.876
Decorrentes de Capital	81	117	198
De Duração Continuada	50.953	289.725	340.678



1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
013- Ação Judiciária	39.841	183.651	223.492
Despesas de Capital	6.059	48.421	54.480
Despesas Correntes	33.782	135.230	169.012
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	33.782	135.230	169.012
014- Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	5.784	30.478	36.262
Despesas de Capital	1.820	12.031	13.851
Despesas Correntes	3.964	18.447	22.411
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	3.964	18.447	22.411
015- Custódia e Reintegração social	398	2.194	2.592
Despesas de Capital	171	1.128	1.299
Despesas Correntes	227	1.066	1.293
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	227	1.066	1.293
483- Assistência ao Menor	1.183	5.935	7.118
Despesas de Capital	390	2.421	2.811
Despesas Correntes	793	3.514	4.307
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	793	3.514	4.307
Total Geral	105.001	343.450	448.451
Despesas de Capital	46.029	49.550	95.579
Despesas Correntes	58.972	293.900	352.872
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	58.972	293.900	352.872

1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
020- Supervisão e Coordenação Superior	452	2.550	3.002
Despesas de Capital	47	110	157
Despesas Correntes	405	2.440	2.845
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	405	2.440	2.845
Total Geral	452	2.550	3.002
Despesas de Capital	47	110	157
Despesas Correntes	405	2.440	2.845
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	405	2.440	2.845









## 1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: CASA MILITAR

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
021- Administração Geral	1.479	8.305	9.784
Despesas de Capital	7	33	40
Despesas Correntes	1.472	8.272	9.744
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	1.472	8.272	9.744
Total Geral	1.479	8.305	9.784
Despesas de Capital	7	33	40
Despesas Correntes	1.472	8.272	9.744
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	1.472	8.272	9.744

**1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL**

ÓRGÃO: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
178- Defesa Contra Sinistros	4.310	25.290	29.600
Despesas de Capital	911	8.489	9.400
Despesas Correntes	3.399	16.801	20.200
Decorrentes de Capital	1	199	200
De Duração Continuada	3.398	16.602	20.000
Total Geral	4.756	26.839	31.595
Despesas de Capital	1.150	9.559	10.709
Despesas Correntes	3.606	17.280	20.886
Decorrentes de Capital	1	209	210
De Duração Continuada	3.605	17.071	20.676

**1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL**
**ÓRGÃO: POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS**

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
177- Policiamento Militar	46.665	270.383	317.048
Despesas de Capital	1.773	17.123	18.896
Despesas Correntes	44.892	253.260	298.152
Decorrentes de Capital	331	1.989	2.320
De Duração Continuada	44.561	251.271	295.832
Total Geral	47.374	279.216	326.590
Despesas de Capital	1.996	19.712	21.708
Despesas Correntes	45.378	259.504	304.882
Decorrentes de Capital	331	1.989	2.320
De Duração Continuada	45.047	257.515	302.562



## 1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO GOVERNADOR LAMENHA FILHO

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
428- Assistência Médica e Sanitária	15.361	50.808	66.169
Despesas de Capital	467	1.208	1.675
Despesas Correntes	14.894	49.600	64.494
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	14.894	49.600	64.494
429- Controle de Doenças Transmissíveis	21	42	63
Despesas de Capital	21	42	63
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
431- Produtos Profiláticos e Terapêuticos	-	46	46
Despesas de Capital	-	46	46
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
Total Geral	24.690	118.922	143.612
Despesas de Capital	661	1.643	2.304
Despesas Correntes	24.029	117.279	141.308
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	24.029	117.279	141.308







1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ALAGOANA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
215- Cursos de Qualificação	504	1.906	2.410
Despesas de Capital	-	-	-
Despesas Correntes	504	1.906	2.410
Decorrentes de Capital	504	1.906	2.410
De Duração Continuada	-	-	-
470- Seguro Desemprego	819	2.491	3.310
Despesas de Capital	342	912	1.254
Despesas Correntes	477	1.579	2.056
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	477	1.579	2.056
480- Prevenção de Acidente de Trabalho	88	247	335
Despesas de Capital	45	120	165
Despesas Correntes	43	127	170
Decorrentes de Capital	43	127	170
De Duração Continuada	-	-	-
486- Assistência Social Geral	15.359	45.867	61.226
Despesas de Capital	8.388	22.041	30.429
Despesas Correntes	6.971	23.826	30.797
Decorrentes de Capital	6.971	23.826	30.797
De Duração Continuada	-	-	-
487- Assistência Comunitária	1.000	26.308	27.308
Despesas de Capital	361	2.567	2.928
Despesas Correntes	639	23.741	24.380
Decorrentes de Capital	639	23.741	24.380
De Duração Continuada	-	-	-
Total Geral	22.470	127.931	150.401
Despesas de Capital	9.271	26.065	35.336
Despesas Correntes	13.199	101.866	115.065
Decorrentes de Capital	8.157	49.600	57.757
De Duração Continuada	5.042	52.266	57.308



1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
075- Defesa Sanitária Vegetal	169	551	720
Despesas de Capital	81	69	150
Despesas Correntes	88	482	570
Decorrentes de Capital	88	482	570
De Duração Continuada	-	-	-
080- Sementes e Mudas	2.694	18.906	21.600
Despesas de Capital	-	-	-
Despesas Correntes	2.694	18.906	21.600
Decorrentes de Capital	2.694	18.906	21.600
De Duração Continuada	-	-	-
087- Defesa Sanitária Animal	276	1.204	1.480
Despesas de Capital	81	219	300
Despesas Correntes	195	985	1.180
Decorrentes de Capital	121	489	610
De Duração Continuada	74	496	570
088- Desenvolvimento Animal	337	1.533	1.870
Despesas de Capital	95	255	350
Despesas Correntes	242	1.278	1.520
Decorrentes de Capital	242	1.278	1.520
De Duração Continuada	-	-	-
097- Insp. Padroniz. e Class. de Produtos	78	365	443
Despesas de Capital	37	63	100
Despesas Correntes	41	302	343
Decorrentes de Capital	41	302	343
De Duração Continuada	-	-	-
Total Geral	6.476	35.933	42.409
Despesas de Capital	492	2.529	3.021
Despesas Correntes	5.984	33.404	39.388
Decorrentes de Capital	3.543	21.840	25.383
De Duração Continuada	2.441	11.564	14.005

1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
024- Processamento de Dados	63	407	470
Despesas de Capital	15	15	30
Despesas Correntes	48	392	440
Decorrentes de Capital	48	392	440
De Duração Continuada	-	-	-
040- Planejamento e Orçamento	93	975	1.068
Despesas de Capital	-	-	-
Despesas Correntes	93	975	1.068
Decorrentes de Capital	93	975	1.068
De Duração Continuada	-	-	-
045- Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	70	465	535
Despesas de Capital	6	21	27
Despesas Correntes	64	444	508
Decorrentes de Capital	64	444	508
De Duração Continuada	-	-	-
Total Geral	804	4.931	5.735
Despesas de Capital	89	225	314
Despesas Correntes	715	4.706	5.421
Decorrentes de Capital	267	2.226	2.493
De Duração Continuada	448	2.480	2.928

1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: INSTITUTO DE TERRAS DE ALAGOAS

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
066- Reforma Agrária	157	10.172	10.329
Despesas de Capital	61	128	189
Despesas Correntes	96	10.044	10.140
Decorrentes de Capital	96	512	608
De Duração Continuada	-	9.532	9.532
Total Geral	1.670	8.659	10.329
Despesas de Capital	100	89	189
Despesas Correntes	1.570	8.570	10.140
Decorrentes de Capital	102	506	608
De Duração Continuada	1.468	8.064	9.532

1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
346- Promoção Industrial	9.146	17.322	26.468
Despesas de Capital	8.033	14.723	22.756
Despesas Correntes	1.113	2.599	3.712
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	1.113	2.599	3.712
376- Registro de Empresas	747	3.903	4.650
Despesas de Capital	10	118	128
Despesas Correntes	737	3.785	4.522
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	737	3.785	4.522
Total Geral	10.542	24.398	34.940
Despesas de Capital	8.163	15.370	23.533
Despesas Correntes	2.379	9.028	11.407
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	2.379	9.028	11.407



1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
486- Assistência Social e Geral	855	-	855
Despesas de Capital	855	-	855
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
428- Assistência Médica e Sanitária	4.103	25.677	29.780
Despesas de Capital	512	3.889	4.401
Despesas Correntes	3.591	21.788	25.379
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	3.591	21.788	25.379
025- Edificações Públicas	23.743	35.642	59.385
Despesas de Capital	23.743	35.642	59.385
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
495- Previdência Social a Inativos e Pensionistas	78.401	1.102.972	1.181.373
Despesas de Capital	-	-	-
Despesas Correntes	78.401	1.102.972	1.181.373
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	78.401	1.102.972	1.181.373
Total Geral	134.845	1.375.468	1.510.313
Despesas de Capital	29.828	59.930	89.758
Despesas Correntes	105.017	1.315.538	1.420.555
Decorrentes de Capital	40	-	40
De Duração Continuada	104.977	1.315.538	1.420.515

1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTO

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
223- Educação Física	1.463	8.014	9.477
Despesas de Capital	9	49	58
Despesas Correntes	1.454	7.965	9.419
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	1.454	7.965	9.419
190- Educação Pré- Escolar	3.808	20.862	24.670
Despesas de Capital	928	5.085	6.013
Despesas Correntes	2.880	15.777	18.657
Decorrentes de Capital	2.244	12.293	14.537
De Duração Continuada	636	3.484	4.120
188- Ensino Regular	105.335	577.048	682.383
Despesas de Capital	12.456	68.236	80.692
Despesas Correntes	92.879	508.812	601.691
Decorrentes de Capital	17.421	95.437	112.858
De Duração Continuada	75.458	413.375	488.833
199- Ensino Polivalente	25.095	137.476	162.571
Despesas de Capital	1.325	7.259	8.584
Despesas Correntes	23.770	130.217	153.987
Decorrentes de Capital	8.174	44.779	52.953
De Duração Continuada	15.596	85.438	101.034
213- Cursos de Suplência	6.957	38.112	45.069
Despesas de Capital	1.280	7.012	8.292
Despesas Correntes	5.677	31.100	36.777
Decorrentes de Capital	1.973	10.809	12.782
De Duração Continuada	3.704	20.291	23.995
252- Educação Compensatória	5.403	29.599	35.002
Despesas de Capital	1.088	5.960	7.048
Despesas Correntes	4.315	23.639	27.954
Decorrentes de Capital	1.905	10.436	12.341
De Duração Continuada	2.410	13.203	15.613







1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
297- Regularização de Cursos D'Água	52.347	92.408	144.755
Despesas de Capital	50.253	85.939	136.192
Despesas Correntes	2.094	6.469	8.563
Decorrentes de Capital	2.094	6.469	8.563
De Duração Continuada	-	-	-
057- Informação Científica e Tecnológica	410	371	781
Despesas de Capital	250	186	436
Despesas Correntes	160	185	345
Decorrentes de Capital	61	107	168
De Duração Continuada	99	78	177
045- Estudos e Pesquisas E. Sociais	-	7.888	7.888
Despesas de Capital	-	79	79
Despesas Correntes	-	7.809	7.809
Decorrentes de Capital	-	7.730	7.730
De Duração Continuada	-	79	79
487- Assistência Comunitária	384	563	947
Despesas de Capital	30	29	59
Despesas Correntes	354	534	888
Decorrentes de Capital	354	27	381
De Duração Continuada	-	507	507
112- Promoção Agrária	13.748	-	13.748
Despesas de Capital	-	-	-
Despesas Correntes	13.748	-	13.748
Decorrentes de Capital	13.748	-	13.748
De Duração Continuada	-	-	-
Total Geral	71.078	112.693	183.771
Despesas de Capital	50.814	86.773	137.587
Despesas Correntes	20.264	25.920	46.184
Decorrentes de Capital	18.217	15.811	34.028
De Duração Continuada	2.047	10.109	12.156























## 1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

ÓRGÃO: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
523- Infraestrutura Aeroportuária	1.000	1.147	2.147
Despesas de Capital	900	1.101	2.001
Despesas Correntes	100	46	146
Decorrentes de Capital	100	46	146
De Duração Continuada	-	-	-
534- Terminais Rodoviários	1.542	1.785	3.327
Despesas de Capital	1.447	1.731	3.178
Despesas Correntes	95	54	149
Decorrentes de Capital	95	54	149
De Duração Continuada	-	-	-
564- Controle e Segurança do Tráfego Hidroviário	-	5	5
Despesas de Capital	-	5	5
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
562- Portos e Terminais Fluviais e Lacustres	-	573	573
Despesas de Capital	-	573	573
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
544- Controle e Segurança do Tráfego Ferroviário	-	255	255
Despesas de Capital	-	255	255
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
524- Controle e Segurança do Tráfego Aéreo	-	270	270
Despesas de Capital	-	270	270
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
572- Transporte Metropolitano	69	46	115
Despesas de Capital	60	41	101
Despesas Correntes	9	5	14
Decorrentes de Capital	9	5	14
De Duração Continuada	-	-	-











1. DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL			
ÓRGÃO: SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO			
SUBPROGRAMAS	Despesas em R\$ 1.000,00 de Julho de 1995		
	1996	1997/99	Total
025- Edificações Públicas	-	3.436	3.436
Despesas de Capital	-	2.920	2.920
Despesas Correntes	-	516	516
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	516	516
323- Planejamento Urbano	-	584	584
Despesas de Capital	-	584	584
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
448- Saneamento Geral	-	731	731
Despesas de Capital	-	731	731
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
043- Organização e Modernização Administrativa	-	219	219
Despesas de Capital	-	219	219
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
297- Regularização de Cursos D'Água	-	219	219
Despesas de Capital	-	219	219
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
575- Vias Urbanas	-	292	292
Despesas de Capital	-	292	292
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-
327- Iluminação Pública	-	146	146
Despesas de Capital	-	146	146
Despesas Correntes	-	-	-
Decorrentes de Capital	-	-	-
De Duração Continuada	-	-	-









CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

Valores em R\$ 1.000,00

Órgãos	1996			1997/1999			Total Geral		
	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total
	467	51.034	51.501	17.410	289.842	307.252	17.877	340.876	358.753
122	23.897	24.019	520	116.247	116.767	642	140.144	140.786	
46.029	58.972	105.001	49.550	293.900	343.450	95.579	352.872	448.451	
47	405	452	110	2.440	2.550	157	2.845	3.002	
31	475	506	241	2.909	3.150	272	3.384	3.656	
50	9.953	10.003	712	59.209	59.921	762	69.162	69.924	
50	5.547	5.597	1.244	31.904	33.148	1.294	37.451	38.745	
43	460	503	123	3.064	3.187	166	3.524	3.690	
7	1.472	1.479	33	8.272	8.305	40	9.744	9.784	
1.150	3.606	4.756	9.559	17.280	26.839	10.709	20.886	31.595	
1.996	45.378	47.374	19.712	259.504	279.216	21.708	304.882	326.590	
174	2.175	2.349	984	12.617	13.601	1.158	14.792	15.950	
661	24.029	24.690	1.643	117.279	118.922	2.304	141.308	143.612	
1.174	1.034	2.208	6.574	6.813	13.387	7.748	7.847	15.595	
7.190	28.015	35.205	23.073	157.326	180.399	30.263	185.341	215.604	
36	379	415	222	2.328	2.550	258	2.707	2.965	
268	5.226	5.494	1.646	30.421	32.067	1.914	35.647	37.561	
9.271	13.199	22.470	26.065	101.866	127.931	35.336	115.065	150.401	
492	5.984	6.476	2.529	33.404	35.933	3.021	39.388	42.409	
89	715	804	225	4.706	4.931	314	5.421	5.735	
100	1.570	1.670	89	8.570	8.659	189	10.140	10.329	
8.163	2.379	10.542	15.370	9.028	24.398	23.533	11.407	34.940	
366	2.581	2.947	261	17.588	17.849	627	20.169	20.796	
29.828	105.017	134.845	59.930	1.315.538	1.375.468	89.758	1.420.555	1.510.313	
33.631	200.024	233.655	184.237	1.095.776	1.280.013	217.868	1.295.800	1.513.668	
700	1.015	1.715	8.555	1.373	9.928	9.255	2.388	11.643	
179	225	404	1.057	975	2.032	1.236	1.200	2.436	
50.814	20.264	71.078	86.773	25.920	112.693	137.587	46.184	183.771	
810	10.318	11.128	7.973	47.091	55.064	8.783	57.409	66.192	
129	1.294	1.423	703	10.079	10.782	832	11.373	12.205	
-	94	94	-	472	472	-	566	566	
-	20.380	20.380	-	121.753	121.753	-	142.133	142.133	
118.016	169.770	287.786	145.296	892.536	1.037.832	263.312	1.062.306	1.325.618	
11.452	6.080	17.532	24.389	36.985	61.374	35.841	43.065	78.906	

**CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL**

Valores em R\$ 1.000,00

Órgãos	1996			1997/1999			Total Geral		
	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total
	2.123	7.642	9.765	12.414	41.565	53.979	14.537	49.207	63.744
67	1.129	1.196	1.001	4.383	5.384	1.068	5.512	6.580	
327	1.198	1.525	1.288	5.747	7.035	1.615	6.945	8.560	
79	112.954	113.033	4.138	409.582	413.720	4.217	522.536	526.753	
87.766	427	88.193	124.711	1.610	126.321	212.477	2.037	214.514	
2.507	589	3.096	5.865	510	6.375	8.372	1.099	9.471	
27.116	11.636	38.752	148.390	26.187	174.577	175.506	37.823	213.329	
4.524	1.684	6.208	10.776	10.620	21.396	15.300	12.304	27.604	
1.062	2.264	3.326	717	3.108	3.825	1.779	5.372	7.151	
95	44.368	44.463	440.372	5.056	445.428	440.467	49.424	489.891	
29	329	358	5264	2.048	7.312	5.293	2.377	7.670	
55.497	21.163	76.660	499.519	78.880	578.399	555.016	100.043	655.059	
-	14.174	14.174	-	87.144	87.144	-	101.318	101.318	
30.035	190.511	220.546	179.286	1.137.054	1.316.340	209.321	1.327.565	1.536.886	
-	132.564	132.564	-	643.331	643.331	-	775.895	775.895	
534.762	1.367.594	1.902.356	2.130.549	7.591.840	9.722.389	2.665.311	8.957.438	11.622.749	
		<b>5.550</b>			<b>32.123</b>				

**CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL**

Valores em R\$ 1.000,00

Órgãos	1996			1997/1999			Total Geral		
	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total	Despesas de Capital	Despesas Correntes	Total
	2.123	7.642	9.765	12.414	41.565	53.979	14.537	49.207	63.744
67	1.129	1.196	1.001	4.383	5.384	1.068	5.512	6.580	
327	1.198	1.525	1.288	5.747	7.035	1.615	6.945	8.560	
79	112.954	113.033	113.033	4.138	409.582	413.720	4.217	526.753	
87.766	427	88.193	124.711	1.610	126.321	212.477	2.037	214.514	
2.507	589	3.096	5.865	510	6.375	8.372	1.099	9.471	
27.116	11.636	38.752	148.390	26.187	174.577	175.506	37.823	213.329	
4.524	1.684	6.208	10.776	10.620	21.396	15.300	12.304	27.604	
1.062	2.264	3.326	717	3.108	3.825	1.779	5.372	7.151	
95	44.368	44.463	440.372	5.056	445.428	440.467	49.424	489.891	
29	329	358	499.519	2.048	7.312	5.293	2.377	7.670	
55.497	21.163	76.660	-	78.880	578.399	555.016	100.043	655.059	
-	14.174	14.174	-	87.144	87.144	-	101.318	101.318	
30.035	190.511	220.546	179.286	1.137.054	1.316.340	209.321	1.327.565	1.536.886	
-	132.564	132.564	-	643.331	643.331	-	775.895	775.895	
534.762	1.367.594	1.902.356	2.130.549	7.591.840	9.722.389	2.665.311	8.957.438	11.622.749	
		<b>5.550</b>			<b>32.123</b>				

Anexo 04 - 1999

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

ENTIDADE	Despesas em 1978	Despesas em 1979	Despesas em 1980
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DOMINANTE DE ALG...			
Programação Especial (Prog. Inoperadas)	1.000	1.000	
Manutenção Urbana	1.000	1.000	
Planejamento Urbano	1.000	1.000	
Outros Programas			
Administração Geral	1.000	1.000	
Outros Investimentos	1.000	1.000	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>47.400</b>	<b>551.200</b>	<b>278.000</b>

**3. DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS**

























**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS  
EMPRESAS ESTATAIS.**

**4. QUADRO CONSOLIDADO POR EMPRESA**

EMPRESAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000 DE JUN/95)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
COHAB	47.406	331.250	378.656
PRODUBAN	5.000	15.000	20.000
EMATER	8.537	56.552	65.089
EPEAL	3.865	14.683	18.548
COMAG	3.950	20.899	24.849
CODEAL	10.371	26.136	36.507
SERGASA	6.291	21.057	27.348
EDRN	3.839	18.959	22.798
CASAL	213.887	375.190	589.077
CEAL	137.908	40.868	178.776
ALGÁS	4.249	11.475	15.724
SERVEAL	1.085	2.815	3.900
EMATUR	9.670	19.461	29.131
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>456.058</b>	<b>954.345</b>	<b>1.410.403</b>